

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LUIS RENAN COLETTI**

**A *DECISÃO* DE PRONÚNCIA, PRINCÍPIOS E (PRE)SENÇAS:**

afinal, a *dúvida* favorece que sociedade?

**CURITIBA**

**2017**

**LUIS RENAN COLETTI**

**A *DECISÃO* DE PRONÚNCIA, PRINCÍPIOS E (PRE)SENÇAS:**

afinal, a *dúvida* favorece que sociedade?

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

**CURITIBA**

**2017**

## TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS RENAN COLETTI

A *DECISÃO* DE PRONÚNCIA, PRINCÍPIOS E (PRE)SENÇAS:  
afinal, a *dúvida* favorece que sociedade?

**Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da universidade Federal do Paraná, pela Banca Examinadora formada pelos professores:**

Orientador: Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR.

Prof. Dr. Jacson Luiz Zilio  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR.

Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes da Silveira  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR.

Curitiba, 23 de novembro de 2017.

## RESUMO

O presente Trabalho busca analisar a decisão de pronúncia, que encerra a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa empírica – cujo universo de amostragem consta como anexo deste Trabalho – no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, investigando o discurso utilizado pelos magistrados em 100 acórdãos de recurso em sentido estrito julgados na 1ª Câmara Criminal do TJ-PR em 2017. Pesquisou-se, também, as decisões de pronúncia que foram atacadas por tais recursos. Ato contínuo, apreendidas as principais teses utilizadas pela *consolidada* jurisprudência paranaense, o Trabalho se voltou a análise do *princípio in dubio pro societate*, identificando suas raízes na fascista teoria de Vincenzo Manzini recepcionada pelo CPP de 1941, e sua disseminação no movimento de autorreferência da jurisprudência e reformas parciais do referido Código. Estudou-se, então, as teorias de Ronald Dworkin e Robert Alexy, caminhando à conclusão de que o *in dubio pro societate* evidentemente não se trata de um princípio se compreendido como “*na dúvida, pronuncie-se*”. Passou-se a analisar, então, o local que a pronúncia ocupa em um processo penal constitucionalizado, reputando como prejudicial a exclusão do libelo acusatório na sistemática do júri através da reforma parcial promovida pela Lei nº. 11.689/2008. A problemática questão da *dúvida* nesta fase processual foi finalmente enfrentada, debruçando-se especialmente sobre a dicção legal *indícios suficientes*. Após reconhecer que a *normatização da vida* – através de Códigos – está longe de gerar segurança jurídica, e que as palavras naturalmente escapam de significados pretensamente totais e objetivos; observou-se que a tese de que a dúvida demanda a pronúncia do acusado nada mais é do que um atrativo e seduzente discurso retórico, apto a justificar qualquer decisão que nela se arrime. O tema em questão, destarte, deve ser visitado e garantido em consonância com todos os princípios constitucionais, inclusive da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*, concluindo este Trabalho que a pronúncia *deve ser* levada a sério: não é o padrão muito menos o caminho natural da referida fase processual, mas apenas a decisão demandada quando da existência de graves e concretos indícios de autoria e participação.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Pronúncia. Decisão. *In dubio pro societate*. Princípios. Pesquisa empírica. Fascismo. Reformas parciais. Presunção de inocência.

## ABSTRACT

The current undergraduate thesis analyzes the decision of *Pronúncia* (pronunciation, in a literal translation), which concludes the first phase of the Jury's Brazilian procedure. Firstly, it was performed an empirical research – attached at the end of this Paper – in the scope of the Judicial Courts of the state of Paraná (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná). This Paper investigated, then, the judicial speech of a 100 collegiate judgments about pronunciation's appeals, in the 1<sup>st</sup> Criminal Chamber of the Judicial Courts of the state of Paraná. It was researched, also, the pronunciation decisions themselves, that were initially object of appeals. Subsequently, captured the essential grounds professed by the local jurisprudence, this Paper came to analyze what the jurisprudence called as "*in dubio pro societate*" principle. The Paper identified its source in the fascist theory of Vincenzo Manzini, that was received in Brazil by the Code of Criminal procedure of 1941. His doctrine, also, was disseminated by the jurisprudence in a movement of self-reference, and by the partial reforms of the mentioned Code. The Paper studied, then, Ronald Dworkin's and Robert Alexy's theories, concluding that the *in dubio pro societate* evidently is not a principle, especially if understood as "in doubt, pronounce the accused". After that, this Paper studied the purpose of the pronunciation in a democratic and constitutionalized criminal procedure, concluding as adverse the legal change of Brazilian jury's procedure promoted by the partial reform of the Federal Law 11.689/2008. Then the problem of the *doubt* in pronunciation was finally faced, especially about the possible meanings of the legal expression "sufficiency of evidence" to pronounce an accused. Being recognized the impossibility of the total normalization of life into codes, this Paper argued that the *doubt situation* is intrinsic to the judicial decisions in such a way that sustain that the doubt implies the pronounce may function as a rhetorical argument to justify all pronunciations. This theme, so, must be read accordingly all the Brazilian constitutional principles, presumption of innocence inclusive. This Paper concludes that the pronunciation must be taken seriously, and the accused should be sent to Jury *only when* there are concrete and serious evidences against him.

*E como não poderia ser diferente,  
Dedico este Trabalho às pessoas mais importantes da minha vida.  
Um de Bocaiúva do Sul, outra de Doutor Ulysses.  
Um educado por um segurança de escola e uma costureira de chinelos,  
Outra que veio do município com menor IDH do Paraná para morar em Curitiba,  
sozinha, aos 15 anos de idade.  
Pai, Mãe; tenho muito orgulho em ser seu filho.  
Amo vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais nada, à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que muito mais de me formar, *constituiu-me*. Este paradoxal microcosmo que – de um lado tão original e de outro saturante – sempre foi por mim vivido de forma tão intensa, certamente soube provocar o amor e ódio que somente uma *paixão* pode causar. Agradeço por todos os estudos proporcionados, pelas grandes amizades que jamais imaginara desenvolver, pelos *cantagalenses* e *pensadores*, pela oportunidade de intercâmbio na *Università degli Studi di Firenze*, e por lá conhecer a Bruna, pelos diversos grupos acadêmicos realizados, e, finalmente, pela Bateria Os Federais e Associação Atlética Acadêmica de Direito, instituições que faço questão de ressaltar e que me mostraram o quão incrível e relevante é o trabalho em equipe para atingir grandes e comuns objetivos.

Ao Professor Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, pela singeleza de levar a docência a sério, de ser Professor e exemplo. Por estar rigorosamente todas as terças, quartas e quintas-feiras em sala de aula, batalhando pelos tais *fundamentos dos fundamentos* e conhecendo seus alunos pelo próprio nome. Finalmente, por demonstrar diariamente que o direito processual penal deve ser tratado com responsabilidade e ética acima de tudo.

Aos Professores Drs. Abili Lázaro Castro de Lima, Celso Ludwig, Daniel Wunder Hachem, Jacson Zilio, Luis Fernando Lopes Pereira, Maria Cândida do Amaral Kroetz, Maurizio Fioravanti e Rui Carlo Dissenha, os quais tenho a honra de dizer que fui aluno, e cujas lições que ainda hoje inspiram e levarei à minha vida toda.

Aos Professores André Ribeiro Giamberardino e Henrique Camargo Cardoso, por toda a amizade e ensinamentos na Execução Penal da Defensoria Pública do Estado do Paraná e na Clínica de Extensão de Acesso à Justiça e Educação nas Prisões da UFPR, da qual não pretendo me afastar tão cedo. Não consigo expressar o orgulho que tenho em dividir a batalha que é o dia a dia do sistema penitenciário paranaense e em aprender com seus ensinamentos.

## PRÓLOGO

Transitar pela linguagem é navegar. Um navegar pelo imenso mar das palavras, impossíveis de serem armazenadas em um único recipiente.

A travessia, essa é perigosa. Geralmente não é o navegante que guia a sua embarcação, mas o próprio mar, que muitas vezes norteia dois navegantes, que saíram do mesmo porto, para direções diametralmente opostas.

Muito já se tentou fazer para controlar o poder deste mar. Por longos anos, pensou-se que o imenso mar era um simples mecanismo inanimado, um instrumento pelo qual o ser humano singrava. Pensou-se que seria possível domá-lo, domesticá-lo. Criou-se manuais, instruções, mas que parecem muito pouco auxiliar diante de qualquer forte correnteza ou tempestade que abale o bravo marinheiro.

Acontece que este mar, ao mesmo tempo que carrega seus navegantes em trânsito, carrega uma história em suas correntes, viva e latente. Esta tradição, longe de ser estática e instrumental, navega junto ao marujo, quer ele perceba ou não.

Não se trata, contudo, de se entregar e sucumbir a qualquer forte corrente, afinal, *navegar é preciso*. Trata-se, ao contrário, de identificar as forças pré-existentes que agem de forma velada no grande mar da linguagem, reconhecendo sua força e possibilitando, assim, uma travessia mais estável e segura.

Alerta-se, finalmente, que nesta passagem a Aporia de Ulisses e as Sereias é fundamental: ao visitar os mais diversos horizontes de sentido, repletos de seus encantadores pré-juízos, deve o *intérprete* se amarrar ao próprio mastro, que neste trabalho será a própria Constituição Federal, evitando que o sedutor canto da dogmática tradicional defraude seu real e conservador intuito.

Convida-se, portanto, o leitor a revisitar o tema da pronúncia, no rito do Júri no direito processual penal, neste instabilíssimo, e ao mesmo tempo fascinante, oceano da linguagem.

*Deixa me encantar, com tudo teu, e revelar,  
O que vai acontecer nesta noite de esplendor  
O mar subiu na linha do horizonte, desaguando como fonte  
Ao vento a ilusão desceu  
O mar, ô o mar, por onde andei mareou, mareou  
Rolou na dança das ondas, no verso do cantador*

G.R.E.S. Portela 1981: Das Maravilhas do Mar, fez-se o Esplendor



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A PRONÚNCIA NO TJ-PR: UMA PESQUISA EMPÍRICA.....</b>	<b>12</b>
2.1. A PESQUISA REALIZADA E A BUSCA PELAS “ <i>PRE-SENÇAS</i> ” NOS DISCURSOS JUDICIAIS. ....	12
2.2. A PRONÚNCIA COMO <i>MERO</i> JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE, DE CARÁTER <i>EXCLUSIVAMENTE</i> DECLARATÓRIO, CONSTITUINDO ATO <i>TÃO SOMENTE</i> PROCESSUAL.....	13
2.3. AFINAL, DECISÃO INTERLOCUTÓRIA OU SENTENÇA? .....	16
2.4. IN DUBIO PRO SOCIETATE, O QUE É ISTO? .....	17
2.4.1. Na dúvida, decida-se em favor da sociedade!.....	18
2.4.2. Na dúvida, encaminhe-se ao juiz natural!.....	20
2.5. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, IMPRONÚNCIA, DESCLASSIFICAÇÃO E AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS: A PESQUISA COMPLEMENTAR DE EMENTÁRIOS NO TJ-PR – 2º GRAU .....	21
2.5.1. A absolvição sumária como a exceção das exceções: 0,75% dos acórdãos de recurso em sentido estrito. ....	22
2.5.2. Despronúncia/Impronúncia: 0,875%.....	23
2.5.3. Desclassificação para outro delito como a segunda decisão mais verificada no TJ-PR: 1,375%. ....	25
2.5.4. Exclusão de qualificadoras nos específicos casos .....	26
2.6. PRIMEIRA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A PRONÚNCIA COMO A DECISÃO DA MODA .....	28
2.7. GRÁFICOS A RESPEITO DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS .....	30
2.7.1. Pesquisa principal dos 100 (cem) acórdãos e suas respectivas decisões de pronúncia .....	30
2.7.2. Pesquisa complementar dos 800 (oitocentos) ementários julgados entre 20/10/2016 e 12/09/2017.....	33

### **3. O *IN DUBIO PRO SOCIETATE* EM FOCO: À QUAL SOCIEDADE SE PRESTA?**

**34**

3.1. A GESTAÇÃO DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> : A DOUTRINA DO FASCISMO, O CPP DE 1941 E O INDIVÍDUO COMO PEÇA EM FAVOR DA SOCIEDADE .....	35
3.1.1. O conturbado contexto de nascimento do fascismo, a criação do <i>novo homem fascista</i> e a supressão do <i>indivíduo</i> .....	36
3.1.2. A ascensão de um Estado autoritário ditatorial italiano e a prevalência dos interesses da <i>nação</i> em detrimento dos direitos individuais .....	37
3.1.3. O pensamento de Vincenzo Mancini, o processo inquisitorial por excelência, e a consequente desvalorização da presunção de inocência .....	39
3.1.4. O inquisitório CPP Brasileiro de 1941 e a acrítica recepção dos ideais processuais penais fascistas no Brasil .....	42
3.2. O DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> : A CONSTITUIÇÃO DE 1988, REFORMAS PARCIAIS, PERMANÊNCIAS E SOLIPSISMOS.....	45
3.2.1. A Constituição de 1988 e as reformas parciais do CPP: entre democratização e permanências inquisitórias. ....	45
3.2.2. A legitimação do <i>in dubio pro societate</i> através da autorreferência da jurisprudência: reprodução entre julgados e doutrina .....	47
3.3. O <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> É MESMO UM PRINCÍPIO? .....	48
3.3.1. Ronald Dworkin e o <i>in dubio pro societate</i> como diretriz política.....	48
3.3.2. Robert Alexy e o <i>in dubio pro societate</i> como juízo axiológico: valores x princípios .....	50
3.3.3. Construção <i>ad-hoc</i> de princípios, decisionismo e panprincipiologismo .....	52
3.4. SEGUNDA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A SOCIEDADE QUE SE PROTEGE NO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> NÃO É A MESMA PROTEGIDA NA CONSTITUIÇÃO.....	53

### **4. DISCUSSÕES PROCESSUAIS: A NATUREZA DA DECISÃO, SUA CARGA DECISÓRIA E A QUESTÃO DA DÚVIDA NA PRONÚNCIA .....**

4.1. A REFORMA DE 2008 E A INFELIZ EXCLUSÃO DO LIBELO NA SISTEMÁTICA DO JÚRI.....	56
---	----

4.2. O LOCAL QUE A PRONÚNCIA OCUPA NUM DIREITO PROCESSUAL PENAL DEMOCRÁTICO .....	58
4.2.1. A pronúncia como decisão interlocutória mista não terminativa, e não sentença. ....	59
4.2.2. O art. 5º, inc. XXXVIII, da CF, e a problemática questão da dúvida .....	61
4.2.3. O necessário reconhecimento da carga decisória no juízo de probabilidade da pronúncia.....	66
4.3. TERCEIRA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A PRONÚNCIA PRECISA SER LEVADA A SÉRIO .....	67
<b>5. CONCLUSÃO – PELA DEMOCRACIA COMO IDEOLOGIA E PELA PRONÚNCIA COMO RESPONSÁVEL FILTRO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL</b>	<b>69</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>72</b>
<b>7. ANEXO – A PESQUISA EMPÍRICA REALIZADA.....</b>	<b>78</b>
7.1. ACÓRDÃOS PESQUISADOS.....	78
7.2. DECISÕES DE PRONÚNCIA PESQUISADAS.....	90
7.3. TABULAÇÃO DE DADOS.....	98

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho, intitulado “*A decisão de pronúncia, princípios e (pre)senças: afinal a dúvida favorece que sociedade?*”, focaliza a pronúncia, decisão que encerra a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri. O objetivo desta Monografia é singelo: analisar de que forma é possível *compreender* o referido momento processual conforme a Constituição Federal de 1988 e um direito processual penal que se proponha democrático.

De início, com o intuito de apresentar o tema, estudou-se qual é a compreensão majoritária da jurisprudência e da doutrina *standard* a respeito da pronúncia, através de uma pesquisa empírica de 100 (cem) acórdãos de recurso em sentido estrito, no âmbito do TJ-PR, no ano de 2017, bem como suas respectivas decisões de pronúncia atacadas.

A partir dos elementos colhidos na pesquisa produzida, traçou-se um *panorama* do sentido atribuído pelos julgadores à decisão – ou sentença? – de pronúncia, identificando seus velados, seduzentes e silenciosos *pré-juízos*. Não se trata, pois, da análise de uma ou outra decisão, proferida por este ou aquele julgador, mas da existência de um verdadeiro *establishment jurídico*, capaz de carregar consigo a ampla maioria jurisprudencial à determinada direção.

E, como sustentado majoritariamente em domínio jurisprudencial, se a dúvida deve ser relevada em favor da sociedade, demandando a pronúncia do acusado, fez-se relevante dar alguns passos para trás e investigar a que *societas* interessa o encaminhamento de uma pessoa ao Tribunal do Júri mesmo em casos de instalada dúvida.

Os dados colhidos, ademais, sinalizaram a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o local que a pronúncia ocupa no processo penal democratizado; suas funções, requisitos, efeitos e natureza. Através de todas as reflexões, chegou-se, ainda, à problemática que parece constituir o grande *nó* das discussões relativas à pronúncia: a dúvida, finalmente, implica no encaminhamento do réu a Júri?

## 2. A PRONÚNCIA NO TJ-PR: UMA PESQUISA EMPÍRICA

### 2.1. A PESQUISA REALIZADA E A BUSCA PELAS “PRE-SENÇAS” NOS DISCURSOS JUDICIAIS.

Neste Capítulo, o tema da pronúncia será apresentado, porém sob a peculiar ótica da jurisprudência dominante local. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica em 100 (cem) acórdãos de recursos em sentido estrito julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, publicados entre 26 de maio de 2017 e 23 de março de 2017. Além disso, foram analisadas as suas respectivas decisões de pronúncia, atacadas e enfrentadas pelo Tribunal paranaense.

A presente pesquisa de campo foi efetuada através dos seguintes mecanismos de busca, todos online: inicialmente foram analisados 100 (cem) acórdãos de 2º grau do TJ-PR, disponíveis online no site <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>>, através da busca pelas palavras “recurso em sentido estrito. homicídio.”, para julgamentos publicados entre 26/05/2017 e 23/03/2017. Os acórdãos foram estudados na ordem com que foram apresentados pela própria plataforma de busca online, não tendo sido escolhidos ou mesmo filtrados previamente.

Em seguida, pesquisou-se o número dos autos de primeiro grau que originaram os recursos em sentido estrito analisados, através de uma pesquisa no sistema Oráculo, também do TJ-PR, em uma busca pelo nome do acusado. Sob posse dos números dos autos de primeira instância, procedeu-se a análise dos movimentos de cada processo no sistema PROJUDI, verificando os argumentos expostos em cada pronúncia proferida.

A tabulação de dados da pesquisa, na íntegra, segue como Anexo 1 desta Monografia. Ademais, foram produzidos gráficos a respeito dos resultados obtidos na pesquisa, os quais foram apensados ao final deste Capítulo.

O objetivo principal desta pesquisa foi a análise dos discursos prolatados pelos magistrados em suas decisões de pronúncia. Desta forma, buscou-se identificar os elementos estruturantes da compreensão dos intérpretes, através de um “choque hermenêutico”<sup>1</sup>, ou seja, estranhando e refletindo a todo momento sobre os dados

---

<sup>1</sup> STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. Editora Saraiva: São Paulo, 2014, p. 319.

apresentados, colocando em questão os *pré-juízos* que parecem naturalmente conformar os horizontes de sentido<sup>2</sup> atribuídos pelos textos.

Neste cenário, um dos maiores perigos é o de permanecer surdo ao que fala a tradição, a historicidade<sup>3</sup>: os textos não são neutros, mas carregam em si uma série de conceitos prévios, que precisam ser identificados como tal, desmascarados. Uma vez expostos, é possível analisar sua autenticidade, e, especialmente, sua legitimidade perante a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito<sup>4</sup>.

Assim sendo, parte-se da busca pelas “*verdades*” apresentadas nos discursos proferidos pelos magistrados, com o intuito de analisar qual é a compreensão dominante acerca do tema, bem como com o intuito de identificar as referências que os magistrados carregam consigo no momento de decidir<sup>5</sup>.

Questiona-se, portanto, nesta análise, quais são os *fundamentos dos fundamentos*<sup>6</sup> da decisão de pronúncia segundo o TJ-PR, para identificar qual orientação jurídico-política tal Tribunal tende a adotar a respeito do referido instituto, e, finalmente, desvelar as ideologias latentes, encobertas, porém “*pre-sentes*” em cada fundamentação e pronunciamento judicial.

## 2.2. A PRONÚNCIA COMO *MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE, DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE DECLARATÓRIO, CONSTITUINDO ATO TÃO SOMENTE PROCESSUAL.*

Inicialmente, relevante destacar o entendimento jurisprudencial acerca do lugar que a pronúncia ocupa na sistemática processual penal. Conforme restou destacado

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE, Diego Pablo Candeias de. **A inoportuna dicotomia entre ‘easy cases’ e ‘hard cases’ no direito**, p. 9. Disponível em <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/viewFile/37/39>>. Acesso em 26 de junho 2017.

<sup>3</sup> Gadamer é assertivo ao tratar da pré-estrutura da compreensão em Heidegger: “*Portanto, não se trata de modo algum, de assegurar-se a si mesmo contra a tradição que faz ouvir sua voz a partir do texto, mas, pelo contrário, de manter afastado tudo o que possa impedir alguém de compreendê-la a partir da própria coisa. São os preconceitos não percebidos que, com seu domínio, nos tornam surdos para a coisa que nos fala a tradição*”. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Vozes: Petrópolis, 1999, p. 406.

<sup>4</sup> STRECK, Lenio Luiz. *Op. Cit.*, p. 332.

<sup>5</sup> Conforme afirmação de Ludwig Wittgenstein. “80. A verdade das minhas afirmações é a prova da minha compreensão dessas afirmações. [...] 83. A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências”. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da certeza**. Tradução: Maria Elisa Costa. Edições 70: Rio de Janeiro, 1990, p. 35.

<sup>6</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Por que sustentar a democracia do sistema processual penal brasileiro?** Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/por-que-sustentar-a-democracia-do-sistema-processual-penal-brasileiro-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 10 de julho 2017.

na pesquisa empírica realizada, em 71 (setenta e um) dos 94 (noventa e quatro) acórdãos dos recursos em sentido estrito promovidos pela defesa que foram analisados, e em 62 (sessenta e duas) das 76 (setenta e seis) respectivas decisões de pronúncia<sup>7</sup>, a argumentação construída foi de que a pronúncia seria *mero* juízo de admissibilidade da acusação proposta, que simplesmente tem o condão de encaminhar os autos do processo criminal ao seu Juiz Natural, qual seja, o júri<sup>8</sup>.

Tratando-se de singelo juízo de admissibilidade, portanto, na perspectiva consagrada pelo TJPR a pronúncia seria decisão de caráter exclusivamente processual<sup>9</sup> e de conteúdo tão somente declaratório<sup>10</sup>, ignorando e, por seguidas vezes, negando expressamente quaisquer características decisórias a ela subjacentes<sup>11</sup>.

Desta forma, tendo uma banal carga declaratória, teria a pronúncia insignificante ou inexistente dano ao acusado, uma vez que *apenas* remete, ingênua

<sup>7</sup> Ressalta-se, desde já, que o motivo pelo qual o número de pronúncias analisadas é menor do que o de Recursos em Sentido Estrito: utilizou-se a plataforma online do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para realizar a pesquisa dos acórdãos, e, a partir destas decisões, procurou-se o processo criminal dos acusados em uma pesquisa integrada nos sistemas PROJUDI e ORÁCULO, ambos estaduais. Ocorre que em diversos casos não foi possível acessar o processo criminal desejado, seja porque este se encontra em segredo de justiça, seja porque o processo não foi devidamente digitalizado e disponibilizado online, ou seja porque o número dos autos simplesmente não foi localizado nestas buscas.

<sup>8</sup> “A pronúncia corresponde a um simples juízo de admissibilidade da acusação, a fim de que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, que detém a competência para a análise meritória exauriente nos crimes dolosos contra a vida”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 16369378 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/456227678/recurso-em-sentido-estrito-rse-16369378-pr-1636937-8-acordao>>. Acesso 15 de junho de 2017.

<sup>9</sup> “Pelas palavras de Frederico Marques, (...) não é decisão de mérito e sim de caráter estritamente processual” (A Instituição do Júri, 1º vol., pág. 229), limitando-se a declarar admissível a acusação para posterior julgamento pelo Júri, sendo que, relativamente à autoria, contenta-se a lei processual com indícios”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1593565-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332458/Acórdão-1593565-6>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

<sup>10</sup> “A pronúncia, segundo o Ministro Vicente Cernicchiaro “é sentença processual de conteúdo declaratório restrita a proclamar a admissibilidade da acusação” (STJ. Resp. nº 34.139 - PE, DJU 21/06/93”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1607926-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332465/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1607926-0>>. Acesso em 11 de junho de 2017.

<sup>11</sup> “Em razão disso, a presente decisão de pronúncia não é e não pode ser lida como uma decisão de mérito a respeito dos fatos trazidos ao Tribunal, mas tão somente como uma decisão de caráter meramente processual, no sentido de que ela autoriza a continuação do processo criminal, sujeitando o réu ao julgamento do Tribunal do Júri – momento em que, então, passa a vigorar o princípio basilar do Direito Penal do “in dubio pro reo”, ou seja, em caso de dúvidas, decide-se em favor do réu”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001135-34.2013.8.16.0046. Vara Criminal de Arapoti do TJ-PR. Relator: Juiz Dawber Gontijo Santos. Arapoti, PR, data de julgamento 10/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

e inofensivamente<sup>12</sup>, o processo ao júri. A partir deste momento, sendo formado o Conselho de Sentença, aí sim o acusado teria todas as suas garantias e direitos reestabelecidos, com a possibilidade de produzir novas provas e *demonstrar* sua inocência.

Nota-se, ademais, um enorme esforço para não tratar de questões envolvendo *provas*, de modo que a corrente jurisprudencial majoritária compreende que, diante da necessidade de *qualquer* análise probatória, como a tipicidade objetiva ou subjetiva da conduta, por exemplo, deve o juízo proceder a pronúncia do réu<sup>13</sup>.

Tal aversão, ainda, teria a função de evitar pré-julgamentos por parte do juízo<sup>14</sup>, constituindo uma pretensa garantia ao cidadão. De acordo com esta vertente, qualquer análise mais detida do juízo poderia interferir no ânimo do Conselho de Sentença<sup>15</sup>.

A referida *garantia*, porém, não parece ter vigência no que diz respeito à utilização de elementos informativos advindos da investigação preliminar: sendo simples juízo de admissibilidade, nenhum óbice em se utilizar o que foi produzido em inquérito policial para fundamentar a decisão. Observou-se, inclusive, acórdão que reconheceu a possibilidade do julgador se utilizar *provas* produzidas exclusivamente na fase indiciária para efetuar a pronúncia, uma vez que até o julgamento realizado em plenário, *a instrução probatória poderá ser repetida*<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> BRETAS, Adriano. **Estigma de Pilatos**: a desconstrução do Mito *in dubio pro societate* da Pronúncia no Rito do Júri e a sua Repercussão Jurisprudencial. Juruá: Curitiba, 2010, p. 19 e 20.

<sup>13</sup> “E, a alegação de ausência de dolo, de cunho puramente subjetivo, exige perquirição do animus do agente, ingressando em competência constitucional priva remetendo-se o caso à apreciação do seu juiz natural, o Tribunal do Júri”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1582578-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332454/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1582578-6>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

<sup>14</sup> “Aliás, uma análise mais detida pelo juiz, nesta oportunidade, poderia interferir no ânimo dos jurados, o que é defeso, conforme expressa previsão legal no Código de Processo Penal, prevista no art. 413, parágrafo 1º”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001890-47.2015.8.16.0124. Vara Criminal de Palmeira do TJ-PR. Relator: Juiz Gabriel Ribeiro de Souza Lima. Palmeira, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>15</sup> “Destaque-se, ainda, que não cabe a este Juízo o exame aprofundado e maiores indagações a respeito do crime, circunstâncias, e autoria, sob pena de pré-julgamento e influência indevida sobre a decisão do Conselho de Sentença”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0003000-22.2011.8.16.0092. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Imbituva do TJ-PR. Relatora: Juíza Ana Beatriz Azevedo Lopes. Imbituva, PR, data de julgamento 02/01/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 14 de junho de 2017.

<sup>16</sup> “Destaca-se, ainda, que por se tratar a pronúncia de mero juízo de admissibilidade, não há óbice que se faça uso de prova produzida somente na fase indiciária, até porque no procedimento do Júri a instrução processual se prolonga até o julgamento em plenário, onde, eventualmente, poderá ser repetida”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1596651-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017.



### 2.3. AFINAL, DECISÃO INTERLOCUTÓRIA OU SENTENÇA?

Observa-se grande indefinição da jurisprudência no que diz respeito à espécie do ato judicial que determina a pronúncia do réu ao júri, discussão esta que aparenta passar absolutamente despercebida pelos magistrados nos processos pesquisados.

Alguns, utilizando-se majoritariamente de um precedente de 1993 do Superior Tribunal de Justiça<sup>17</sup> e de obra de Júlio Fabbrini Mirabete em 1997<sup>18</sup>, observam na pronúncia uma “sentença de conteúdo declaratório” que põe fim à primeira fase do procedimento do Júri<sup>19</sup> e está restrita a declarar a admissibilidade da acusação oferecida, encaminhando o processo a Júri. Por diversas vezes, inclusive, a pesquisa verificou que o próprio cabeçalho da pronúncia vem acompanhada da palavra “Sentença”, centralizada e com destaque, em letras garrafais<sup>20</sup>.

Outros magistrados, calcados em obra diversa de Mirabete, publicada em 1994<sup>21</sup>, reconhecem na pronúncia o oposto, ou seja, uma decisão interlocutória, mas também de caráter declaratório.

---

Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324691/Acórdão-1596651-9>>. Acesso em 13 de junho de 2017.

<sup>17</sup> “Basta, para tanto, que o juiz se convença daquela existência e, em caso de dúvidas, deve o réu ser pronunciado, pois impera nesta fase, o princípio *in dubio pro societate*. Neste sentido: A pronúncia, segundo o Ministro Vicente Cernicchiaro “é sentença processual de conteúdo declaratório restrita a proclamar a admissibilidade da acusação”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1607926-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332465/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1607926-0>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

<sup>18</sup> “Em sentido semelhante, ensina JÚLIO FABBRINI MIRABETE que “a sentença de pronúncia, portanto, como decisão de admissibilidade da acusação, constitui juízo fundado de suspeita, não juízo de certeza exigido para a condenação. Daí a incompatibilidade do provérbio *in dubio pro reo* com ela. É a favor da sociedade que nela se resolvem as eventuais incertezas propiciadas pela prova” (in *Processo Penal. Atlas. SP. 1997. p. 480 – negritei*). ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001894-15.2007.8.16.0173. 1ª Vara Criminal de Umuarama do TJ-PR. Relator: Juiz Adriano Cezar Moreira. Umuarama, PR, data de julgamento 15/04/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>19</sup> “Inicialmente, destaco que a sentença de pronúncia tem por escopo, apenas, pôr termo ao “*judicium accusationis*” (1ª fase do procedimento do Júri) e dar início ao “*judicium causae*” (2ª fase do procedimento do Júri), que se materializa, efetivamente, em plenário”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001890-47.2015.8.16.0124. Vara Criminal de Palmeira do TJ-PR. Relator: Juiz Gabriel Ribeiro de Souza Lima. Palmeira, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>20</sup> ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0023752-69.2013.8.16.0019. 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, do TJ-PR. Relator: Juiz André Luiz Schafranski. Ponta Grossa, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>21</sup> “[...] como quer Júlio Fabbrini Mirabete, é “a decisão interlocutória mediante a qual o Magistrado declara a viabilidade da acusação por se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor” (*Processo Penal. 3ª ed., São Paulo - Atlas, 1994, pág. 465.*)”. ESTADO DO PARANÁ.

Sem muito refletir sobre a diferença técnica entre as duas opções, por vezes, ainda, o magistrado mescla as duas fundamentações em uma *mesma* decisão, reconhecendo a pronúncia como uma decisão interlocutória “ou” como uma sentença.

Passa-se ao largo, portanto, de qualquer discussão sobre o tema<sup>22</sup>.

## 2.4. IN DUBIO PRO SOCIETATE, O QUE É ISTO?

*Cumpra destacar que na apuração de crimes dolosos contra a vida, inexistindo prova inequívoca da excludente de criminalidade, qualquer dúvida razoável deve ser resolvida em favor da sociedade, remetendo-se o caso à apreciação do seu juiz natural, qual seja, o Tribunal do Júri*<sup>23</sup>.

Preliminarmente, a denominação deste tópico remete ao texto de Martin Heidegger “O que é isto – a filosofia?”, bem como à posterior coleção de Lenio Luiz Streck, que faz uso da mesma locução.

Tal expressão remete ao grande desafio que é encontrar um caminho para se tratar daquilo que está imediatamente diante de nossos olhos<sup>24</sup>. Se é fato que o ser é sempre o ser de um ente<sup>25</sup>, a resposta à questão anunciada no título deste tópico é muito mais complexa que uma simples e mera afirmação entre aspas.

Em verdade, a análise do ser no ente é muito mais uma tarefa de *co-respondência*, de encontrar os elementos característicos que o ente, através de sua tradição e linguagem, emana. O corresponder, portanto, é um falar<sup>26</sup>, um estudo dos

---

Pronúncia. Autos nº. 0001630-41.2004.8.16.0031. 2ª Vara Criminal de Guarapuava do TJ-PR. Relatora: Paola Gonçalves Macini de Lima. Guarapuava, PR, data de julgamento 30/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 14 de junho de 2017.

<sup>22</sup> “Assim, a pronúncia, segundo o Ministro Vicente Cernicchiaro “é sentença processual de conteúdo declaratório restrita a proclamar a admissibilidade da acusação” (STJ. Resp. nº 34.139 - PE, DJU 21/06/93), ou, como quer o doutrinador Júlio Fabrini Mirabete, é “a decisão interlocutória mediante a qual o magistrado declara a viabilidade da acusação por se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor” (Processo Penal. 3ª ed., São Paulo - Atlas, 1994, pág.465.”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000004-85.1997.8.16.0110. Vara Criminal de Manguinhos do TJ-PR. Relatora: Tatiana Hildebrandt de Almeida. Umuarama, PR, data de julgamento 31/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>23</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1597524-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333344/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1597524-1>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

<sup>24</sup> HEIDEGGER, Martin. **Qu'est-Ce Que La Philosophie?** In. Col. Os Pensadores. Tradução: Ernildo Stein, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2005, p. 3.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 7: “Todo o ente é no ser. Ouvir tal coisa soa de modo trivial em nosso ouvido, quando não de modo ofensivo. Pois, pelo fato de o ente ter seu lugar no ser, ninguém precisa preocupar-se. Todo mundo sabe: ente é aquilo que é. Qual a outra solução para o ente a não ser esta: ser? ”. Ademais, HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**. Tradução: Márcia de Sá Cavalcante. Vozes; Petrópolis, 1989, p. 35.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 15.

sentidos atribuídos às expressões aparentemente inofensivas do *in dubio pro societate*.

Desta forma, neste trabalho de garimpar o discurso referente ao *in dubio pro societate* emitido pelos magistrados, a intenção não é simplesmente copiar e colar as decisões pesquisadas, mas sim analisar a correspondência dos enunciados com uma racionalidade jurídico-filosófica, possibilitando, assim, “desvelar as obviedades do óbvio”<sup>27</sup>.

Assim sendo, a Pesquisa identificou um uso generalizado do brocardo *in dubio pro societate* nas decisões de pronúncia. Em sede de recursos em sentido estrito, 51 (cinquenta e um) dos acórdãos pesquisados se referiram expressamente ao pretenso princípio, enquanto nas respectivas decisões de pronúncia, 62 (sessenta e duas) das setenta e quatro decisões mencionaram-no.

Curiosamente, todavia, mesmo no pequeno universo de decisões abrangido pela Pesquisa, identificou-se que o *in dubio pro societate* tomou ao menos dois significados visivelmente diversos na jurisprudência paranaense.

Apesar de tais significados serem recorrentemente conjugados nos julgamentos, mesclando-se por vezes numa única decisão, é pertinente desmembrar cada significação atribuída pelos magistrados, uma vez que cada uma carrega fundamentação e tradição distintas.

Observa-se, ademais, que ocasionalmente a própria crítica doutrinária é insuficiente quando o restringe a uma das significações, deixando assim de investigar qual a real racionalidade jurídica a que se presta a fundamentação atacada.

Desta forma, relevante discorrer a respeito das diferentes concepções da jurisprudência a respeito do brocardo, suas fundamentações e significados.

#### 2.4.1. Na dúvida, decida-se em favor da sociedade!

Concebe-se como o entendimento mais disseminado na doutrina aquele que recorrentemente considera que, na fase da pronúncia no rito do Júri, tratando-se de mera análise processual da admissibilidade da acusação, eventuais dúvidas e incertezas acerca do conjunto probatório devem ser resolvidas *em favor* da

---

<sup>27</sup> STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – decido conforme minha consciência**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2013, p. 9.

sociedade<sup>28</sup>. Neste sentido, a sociedade teria interesse em que os fatos descritos na denúncia, dotados de alta relevância social, fossem devidamente apurados e seus pretensos autores levados a julgamento.

Destaca-se, portanto, que o pretense princípio, nesta perspectiva, busca reconhecer uma necessária e específica postura social frente ao caso penal, considerando de tamanha relevância a apuração dos fatos até a última oportunidade, que tal postura estaria apta a derrogar até mesmo a presunção de inocência.

Não é difícil reconhecer, por sua vez, que tal modelo tem estreita relação com o que se convencionou alcunhar de *ideologia da defesa social*, particularmente na teoria de Alessandro Baratta<sup>29</sup>.

De acordo com o autor<sup>30</sup>, tal ideologia é construída através de seis pilares: o primeiro, o *princípio da legitimidade*, considera que o Estado é a expressão da sociedade e, como tal, está legitimado a reprimir a criminalidade com o intuito de salvaguardar e reafirmar os valores do corpo social. Neste retrato, a repressão torna-se um *interesse social* de manutenção de valores importantes à sociedade, sendo exercida por meio de instituições oficiais de controle social, que teriam o poder de interpretar e aplicar a reação legítima da sociedade frente ao comportamento desviante. O segundo princípio, *do bem e do mal*, afirma que o delito constitui um dano à sociedade, e o desviante representa um mal no meio da sua comunidade (o bem). O terceiro, o *princípio de culpabilidade*, seria a constatação de que o delito é uma atitude internamente reprovável, contrária aos valores presentes na sociedade em si mesmos, antes mesmo de serem sancionadas pelos legisladores. O princípio seguinte é o *da finalidade* ou *prevenção*: a pena tem o condão de prevenir novos delitos, seja abstratamente, através da contra motivação promovida pela lei, seja concretamente, através da promoção da ressocialização do delinquente. O quinto princípio é o *da igualdade*, dispondo que a lei penal deve ser idêntica para todos, aplicando-se de igual forma aos autores de delitos. O último é o *princípio do interesse social e do delito natural*, que dispõe que as condutas previstas como delito sempre

<sup>28</sup> “Isso porque, nos julgamentos do Tribunal do Júri, até a decisão da pronúncia vigora o princípio do *in dubio pro societate*, que quer dizer que, em caso de dúvida (sobre a autoria do crime), prevalece o interesse da sociedade em apurar os fatos dos quais o réu é acusado”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000627-20.2015.8.16.0046. Vara Criminal de Arapoti do TJ-PR. Relator: Juiz Dawber Gontijo Santos. Arapoti, PR, data de julgamento 23/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

<sup>29</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Revan: Rio de Janeiro, 1999, p. 41 a 48.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 42 e 43.

representam ofensas às condições necessárias para a existência e continuidade do grupo social como um todo, de modo que os “interesses protegidos pelo direito penal são interesses comuns a todos os cidadãos”.

Observa-se, desta forma, que o *in dubio pro societate* é claramente carregado da ideologia da defesa social. Nesta perspectiva, o Estado tem a função de defender a sociedade, como um herói que defende o desprotegido e vulnerável popular, do mal proporcionado pelos vilões sociais, que *co-respondem* aos criminosos. As armas deste destemido herói são os instrumentos repressivos e, especialmente, o aparato legal.

Nesta perspectiva se justifica o *dubio* favorecer a *societate*: é interesse do corpo social que, mesmo diante de fortes dúvidas, seja o réu de crimes dolosos contra a vida encaminhado ao júri, garantindo, assim, que o vilão seja punido e o herói, exaltado. Tal ideologia, ademais, tem fortíssima relevância, tanto cientificamente como no imaginário popular nacional, estando seguramente arraigada à tradição jurídica inquisitorial a qual se insere a dogmática jurídica tradicional.

#### 2.4.2. Na dúvida, encaminhe-se ao juiz natural!

Diversa significação ao *in dubio pro societate*, entretanto, é aquela que fundamenta o referido instituto na competência privativa do Júri, enquanto representante da sociedade, para julgar delitos contra a vida, bem como na soberania dos seus veredictos.

Utilizando-se do art. 5º, inc. XXXVIII, diz-se que, mesmo em casos de dúvida, deve o juiz pronunciar o acusado para que a própria sociedade, representada pelo Conselho de Sentença formado por populares, possa exercer sua privativa competência de julgar o caso penal<sup>31</sup>.

Desta forma, a justificativa para o uso do *in dubio pro societate* não seria necessariamente a demanda de proteger a sociedade por meio da exaustiva *investigação* e processamento do delito, mas sim de reconhecer que ela, através do

---

<sup>31</sup> “Faz-se necessário a aplicação do princípio *in dubio pro societate*, pois mesmo que não haja certeza, mas se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz deverá pronunciar o acusado, para que a própria sociedade, representada pelos jurados, decida sobre a condenação ou não do acusado, tudo em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso XXXVIII”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002032-17.2015.8.16.0103. Vara Criminal da Lapa do TJ-PR. Relator: Juiz Marcos Takao Toda. Lapa, PR, data de julgamento 16/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

conselho de sentença, é a única competente a julgar e deliberar a respeito de crimes dolosos contra a vida, e não o juízo singular.

Assim sendo, não poderia o magistrado adentrar no mérito do caso penal<sup>32</sup>, pois, do contrário, estaria entrando na *desautorizada seara do mérito*, antecipando o veredicto, subtraindo, assim, competência privativa do Júri<sup>33</sup>.

Aqui, a análise é essencialmente processual penal: parte-se, portanto, da ideia de que somente o Conselho de Sentença, enquanto representante da sociedade, poderia *apreciar os fatos delituosos imputados*<sup>34</sup>, uma vez que seus veredictos são soberanos, conforme disposição constitucional, para se concluir que, na dúvida, deve o magistrado pronunciar o réu.

## 2.5. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, IMPRONÚNCIA, DESCLASSIFICAÇÃO E AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS: A PESQUISA COMPLEMENTAR DE EMENTÁRIOS NO TJ-PR – 2º GRAU

Dentre os cem referidos acórdãos analisados, não foi vislumbrado um recurso em sentido estrito sequer que promoveu a absolvição sumária, desclassificação, ou mesmo impronúncia de réus inicialmente pronunciados.

---

<sup>32</sup> “E, a alegação de ausência de dolo, de cunho puramente subjetivo, exige perquirição do animus do agente, ingressando em competência constitucional privativa do Júri (art. 5.º, inc. XXXVIII, alínea “d”, da Constituição Federal), motivo pelo qual é inviável modificar a decisão vergastada, pois teria que se adentrar na análise exauriente das provas que instruem o processo, o que é vedado na fase de admissibilidade da acusação”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1582578-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332454/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1582578-6>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

<sup>33</sup> “Suficientes, portanto, os indícios de autoria sobre a pessoa do réu para ser pronunciado e levado a julgamento popular, conforme art. 413, caput, do CPP, considerando ainda que em sede de pronúncia vigora o princípio *in dubio pro societate* a fim de não subtrair o juízo natural do Tribunal do Júri”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 7524-96.2013.8.16.0058. Vara Plenário do tribunal do Júri de Campo Mourão do TJ-PR. Relator: Juiz Fabrício Voltaré. Campo Mourão, PR, data de julgamento 05/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

<sup>34</sup> “Vale lembrar, de início, que a decisão de pronúncia, como é pacífico, consiste em mero juízo de admissibilidade da acusação, fixando-se a classificação penal, de forma a propiciar ao Conselho de Sentença – juiz natural da causa por expressa disposição Constitucional – a apreciação dos fatos delituosos imputados ao acusado. Assim, ainda que se admitisse a existência de provas conflitantes, a jurisprudência emanada de nosso Egrégio Tribunal de Justiça é no sentido de que deve haver pronúncia em caso de dúvida, inclusive em relação às qualificadoras”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000196-69.2007.8.16.0109. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Mandaguari do TJ-PR. Relator: Juíza Angela Karina Chirnev Pedotti Audi. Mandaguari, PR, data de julgamento 28/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

Diante de tal cenário, bem como do insucesso da pesquisa em constatar uma mínima frequência em que o Tribunal dá provimento aos recursos defensivos, realizou-se uma pesquisa complementar, exclusivamente de ementários de acórdãos de julgamento de recursos em sentido estrito, com o intuito de averiguar com qual periodicidade o TJ-PR reverte decisões de pronúncia em absolvição sumária, desclassificação ou impronúncia.

Desta forma, realizou-se a seguinte pesquisa complementar: foram pesquisadas as ementas de 800 (oitocentos) recursos em sentido estrito julgados pelo TJ-PR, entre 20/10/2016 e 12/09/2017, através da busca das palavras “recurso em sentido estrito. homicídio”, na plataforma online “<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>”.

Ressalta-se, desde logo, que as decisões de pronúncia não recorridas não foram objeto de análise desta breve pesquisa complementar. Isso porque tais dados não se encontravam disponíveis de forma objetiva no buscador do TJ-PR, bem como porque o intuito desta Pesquisa é diverso, qual seja, de analisar o posicionamento do tribunal, quando em julgamento de recursos em sentido estritos.

Os resultados desta pesquisa complementar foram evidenciados em dois gráficos, expostos ao final deste Capítulo.

#### 2.5.1. A absolvição sumária como a exceção das exceções: 0,75% dos acórdãos de recurso em sentido estrito.

Peculiar certamente é a compreensão dos magistrados a respeito dos requisitos necessários para se absolver sumariamente um réu neste ambiente em que a pronúncia claramente aparece como *regra*.

Para que esteja configurada alguma hipótese de absolvição sumária, a pesquisa inicial constatou que se exige periódica e habitualmente a existência provas *cabais*, concretas, indene de dúvidas sobre a ausência de autoria, a atipicidade do fato ou a superveniência de alguma hipótese de excludente de ilicitude ou culpabilidade<sup>35</sup>. Neste sentido, a excludente ou a tese negativa de autoria deve estar

---

<sup>35</sup> “Para a absolvição sumária no presente estágio processual, a prova deve ser perfeitamente convincente, concreta, indene de dúvidas sobre a ausência de autoria, conforme o disposto no artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal, de modo que a formulação de um juízo de admissibilidade da acusação represente manifesta injustiça”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000064-98.2016.8.16.0140. Vara Criminal de Quedas do Iguaçu do TJ-PR. Relatora: Juíza Paula Chedid

evidenciada de forma inquestionável e indubitosa nos autos<sup>36</sup> – o que certamente é pouquíssimo provável num processo penal em que a *verdade dos fatos* é construída diante de premissas aventadas e investigadas em inquérito policial<sup>37</sup> (plenamente disponíveis ao solitário magistrado no rito do Júri<sup>38</sup>) e, ainda, na denúncia promovida pelo órgão acusador.

Desta forma, constatou-se que, no período de aproximadamente um ano, em um universo de 800 (oitocentos) julgamentos de recursos em sentido estrito, apenas 6 (seis) absolvições sumárias foram proferidas<sup>39</sup>. Em porcentagem, 0,75% das pronúncias recorridas foram revertidas em absolvições sumárias.

A absolvição sumária, portanto, constitui exceção das exceções, não chegando a sequer 1% das decisões possíveis de serem tomadas no juízo de formação da culpa. Constata-se, desta forma, a dificuldade em se demonstrar, *acima de dúvidas*, alguma hipótese que permita a absolvição sumária do acusado neste momento processual.

## 2.5.2. Despronúncia/Impronúncia: 0,875%.

Relevante constatar, inicialmente, que a jurisprudência e a doutrina<sup>40</sup> diferenciam impronúncia de despronúncia, apesar de ambas dizerem respeito ao art.

---

Magalhães. Quedas do Iguaçu, PR, data de julgamento 10/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

<sup>36</sup> “Dessa forma, a conjectura de legítima defesa não pode ser aceita nesta fase do *judicium accusationis*, pois para esta decretação faz-se necessário que a situação excludente de antijuridicidade esteja evidenciada de forma inquestionável e indubitosa nos autos, circunstância que não se vislumbra no presente caso diante da versão apresentada pelo próprio Réu, que leva a entender que quem precisou agir em legítima defesa foi a vítima”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1637296-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344126/Acórdão-1637296-6>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

<sup>37</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do novo Juiz no Processo Penal**. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/o-papel-do-novo-juiz-no-processo-penal-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

<sup>38</sup> LOPES JR, Aury. **Tribunal do júri precisa passar por uma reengenharia processual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-08/limite-penal-tribunal-juri-passar-reengenharia-processual>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

<sup>39</sup> Tratam-se dos Recursos em Sentido Estrito de nº. **1664618-9**, julgado em 31/08/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12425145/Acórdão-1664618-9>>; de nº. **1599737-6**, julgado em 09/02/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12297495/Acórdão-1599737-6>>; de nº. **1554739-8**, julgado em 09/03/2017, disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12318766/Acórdão-1554739-8>>; de nº. **1607854-9**, julgado em 23/03/2017, disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324704/Acórdão-1607854-9>>; de nº. **1584715-7**, julgado em 05/04/2017, disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324683/Acórdão-1584715-7>>; de nº. **1426198-4**, julgado em 22/06/2017, disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12386408/Acórdão-1426198-4>>; todos acessados em 25 de setembro de 2017.

<sup>40</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2008, p. 87.



414 do CPP e de o último termo não ter sido expressamente utilizado no próprio CPP: enquanto a impronúncia ocorreria perante ao juízo singular, *a quo*, a despronúncia seria o ato do Tribunal desfazer a pronúncia determinada pelo juízo de origem.

A pesquisa inicial constatou que os magistrados majoritariamente consideram que a impronúncia ocorre nas hipóteses de ausência completa de materialidade ou de indícios de autoria, sendo tal pensamento sopesado com o princípio do *in dubio pro societate* especialmente para as situações de dúvida razoável.

Desta forma, a *despronúncia* parece ter um papel secundário, sendo verificável apenas em casos em que se constata “*absoluta ausência de prova da existência do crime ou de indícios de autoria*”<sup>41</sup>, ou ainda “*quando houver prova estreme de dúvida da inexistência do crime de que é acusado, ou, se comprovada a existência deste, não houver prova indiciária suficiente de autoria ou participação*”<sup>42</sup>.

Observa-se, portanto, que, no que diz respeito à impronúncia, a presunção de inocência permanece tão desprestigiada quanto na absolvição sumária (ou ainda mais): além das dúvidas razoáveis não implicarem em um benéfico tratamento ao réu, é ele que se vê adstrito de comprovar a *absoluta* ausência de provas de materialidade ou de indícios de autoria para que não seja ordinariamente pronunciado.

Na pesquisa principal realizada, dos 100 (cem) acórdãos analisados, também não foi verificada qualquer *despronúncia*, ou mesmo recursos do Ministério Público a respeito de decisões de impronúncia, em sede de julgamento de recursos em sentido estrito.

Na pesquisa complementar das ementas, por sua vez, dos 800 (oitocentos) acórdãos pesquisados, foram observadas 7 (sete) despronúncias<sup>43</sup>, ou seja, 0,875%

<sup>41</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1554742-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321707/Acórdão-1554742-5>>. Acesso em 18 de junho de 2017.

<sup>42</sup> “[...] *impronunciado quando houver prova estreme de dúvida da inexistência do crime de que é acusado, ou, se comprovada a existência deste, não houver prova indiciária suficiente de autoria ou participação*”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1658546-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfourti Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346388/Acórdão-1658546-1>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

<sup>43</sup> Tratam-se dos Recursos em Sentido Estrito de nº. **1638264-8**, julgado em 17/08/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12419495/Acórdão-1638264-8>>; de nº. **1601131-7**, julgado 23/03/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12405463/Acórdão-1601131-7>>; de nº. **1622938-6**, julgado em 06/07/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12394774/Acórdão-1622938-6>>; de nº. **1569329-5**, julgado em 02/02/2017, disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12294553/Acórdão-1569329-5>>; nº **1570156-9**, julgado em 16/02/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12301639/Acórdão-1570156-9>>; de nº. **1552578-7**, julgado

do total de pronúncias levantadas foram desfeitas de modo a se reconhecer a impronúncia dos acusados.

2.5.3. Desclassificação para outro delito como a segunda decisão mais verificada no TJ-PR: 1,375%.

Ao fim da primeira fase do rito do Júri, a desclassificação implica na remessa dos autos ao juízo competente, conforme art. 419 do CPP. Para sua ocorrência, todavia, a Pesquisa constatou a exigência do mesmo requisito necessário ao reconhecimento da absolvição sumária e impronúncia: somente pode ser procedida a desclassificação da conduta do réu quando verificada prova *inconteste* da ausência de *animus necandi*<sup>44</sup>.

Mais uma vez, caberia ao réu comprovar a total e manifesta ausência de dolo para ter sua conduta desclassificada para outro delito que não aquele imputado de competência do Júri<sup>45</sup>.

Dos cem recursos em sentido estrito inicialmente analisados, o único que foi integralmente provido envolveu a decisão de desclassificação: trata-se do Recurso em Sentido Estrito de nº. 1378761-8<sup>46</sup>, interposto pelo Ministério Público, irresignado com uma desclassificação proferida pelo juízo *a quo*. Sob a justificativa de que somente seria cabível a desclassificação “se houvesse absoluta certeza acerca da

---

em 25/08/2016, disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12223530/Acórdão-1552578-7>>; de nº. **1583566-0**, julgado em 18/05/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12357185/Acórdão-1583566-0>>; todos acessados em 25 de setembro de 2017.

<sup>44</sup> “Logo, por ora, diante dos elementos coligidos aos autos, não é possível desclassificar o fato narrado na denúncia para outro tipo penal, já que inexistente prova da ausência do “animus necandi”, sendo certo que nesta fase processual vigora o princípio “in dubio pro societate”, pelo que a matéria também terá de ser apreciada pelos senhores Jurados”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0005254-74.2015.8.16.0173. 2ª Vara Criminal de Umuarama do TJ-PR. Relatora: Juíza Liliane Graciele Breitwieser. Umuarama, PR, data de julgamento 20/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

<sup>45</sup> “A jurisprudência assente nesta Corte é no sentido de que só se admite a desclassificação da conduta criminosa para delito estranho à competência do Tribunal do Júri, sem usurpação da competência do Conselho de Sentença, se o Juízo da Pronúncia se deparar com provas que evidenciem, sem qualquer esforço de análise das circunstâncias fáticas ou subjetivas, a ausência de dolo caracterizador”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1574683-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12330332/Acórdão-1574683-7>>. Acesso em 18 de junho de 2017.

<sup>46</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1378761-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328542/Acórdão-1378761-8>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

real intenção do réu”, e expressamente fundamentando sua decisão com base na preponderância do *in dubio pro societate*, reformou a decisão de primeiro grau, pronunciando o réu a Júri.

Mencionou-se no acórdão, ainda, que a alegação a respeito da ausência de dolo seria de cunho puramente subjetivo, de modo que a análise quanto ao *animus* do agente é de competência privativa do Conselho de Sentença.

Quanto a pesquisa complementar, das oitocentas ementas pesquisadas, a decisão desclassificatória é a segunda espécie que mais se verifica (perdendo assim apenas para as pronúncias mantidas ou revertidas) em julgamento de recursos em sentido estrito: foram observadas 11 (onze) desclassificações<sup>47</sup>, o que representa 1,375% do total.

Mesmo consistindo na segunda decisão mais tomada em sede de recursos em sentido estrito, o número de desclassificações se apresenta como ínfimo perto do número de pronúncias confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: 11 (onze) contra 776 (setecentos e setenta e seis) decisões remetendo o réu a júri.

#### 2.5.4. Exclusão de qualificadoras nos específicos casos

Apesar de não ter sido verificado qualquer integral provimento aos recursos defensivos analisados na pesquisa principal, observou-se que ocasionalmente os magistrados promovem a exclusão de alguma qualificadora inicialmente pronunciada: dos 100 (cem) acórdãos analisados, em 4 (quatro) deles foi afastada alguma qualificadora. Além disso, em um recurso promovido pela acusação foi incluída uma

---

<sup>47</sup> Tratam-se dos Recursos em Sentido Estrito de nº **1676223-1**, julgado em 03/08/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12408460/Acórdão-1676223-1>>; de nº. **1677606-4**, julgado em 03/08/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12408874/Acórdão-1677606-4>>; de nº. **1628662-1**, julgado em 23/03/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324739/Acórdão-1628662-1>>; de nº. **1655061-1**, julgado em 08/06/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12370706/Acórdão-1655061-1>>; de nº. **1621081-8**, julgado em 25/05/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12362491/Acórdão-1621081-8>>; de nº. **1597066-4**, julgado em 11/05/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12353957/Acórdão-1597066-4>>; de nº. **1553371-2**, julgado em 01/12/2016, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12281044/Acórdão-1553371-2>>; de nº. **1376784-3**, julgado em 10/11/2016, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12266608/Acórdão-1376784-3>>; de nº. **1408016-9**, julgado em 25/05/2017, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12364739/Acórdão-1408016-9>>; de nº. **1530614-4**, julgado em 20/10/2016, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12255271/Acórdão-1530614-4>>; de nº. **1407167-7**, julgado em 20/10/2016, disponível em <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12255260/Acórdão-1407167-7>>.

qualificadora. Das 800 (oitocentas) ementas analisadas, expressivos 7,5% tiveram a retirada/inclusão e qualificadoras.

À primeira vista, o raciocínio é o mesmo: somente poderiam ser afastadas as qualificadoras *manifestamente* improcedentes, sem qualquer apoio nos autos<sup>48</sup>, sendo que, na dúvida, seria adequado sua manutenção<sup>49</sup>.

Todavia, observa-se que a jurisprudência estadual reconhece específicos e determinados cenários em que as qualificadoras não devem persistir: a discussão prévia entre autor e vítima suprimiria a qualificadora de motivo fútil<sup>50</sup>; a superioridade numérica descrita na denúncia não estaria apta, por si só, a ensejar a qualificadora de recurso que impossibilita a defesa da vítima<sup>51</sup>; e o ciúme não constitui motivação fútil<sup>52</sup> (embora tenha sido pesquisado acórdão que reconheceu o ciúme como motivo torpe<sup>53</sup>).

Desta forma, nestas específicas situações fáticas, parece a jurisprudência alterar seu discurso, deixando de se manifestar pela impossibilidade de análise

---

<sup>48</sup> “Para a exclusão das qualificadoras na pronúncia, necessário que elas sejam absolutamente improcedentes e sem qualquer apoio nos autos. Consoante a prova até então produzida, em que pese o depoimento do réu e sua companheira, a vítima nega que tenha importunado a esposa do réu, permanecendo, portanto, a dúvida quanto à motivação fútil. Da mesma forma, deve permanecer a qualificadora atinente ao recurso que dificultou a defesa da vítima, posto que há indícios de que o réu retornou ao local, ocultou a arma e desferiu os disparos de forma repentina”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628948-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346352/Acórdão-1628948-6>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

<sup>49</sup> “Da mesma maneira, o afastamento da qualificadora motivo fútil não pode prosperar pois se extrai dos autos que o motivo do crime teria sido em razão de um varal que estaria no terreno do Réu. Outrossim, qualificadoras só podem ser excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes, sendo clara, nesse sentido, a jurisprudência da Suprema Corte”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570694-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344109/Acórdão-1570694-4>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

<sup>50</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570700-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346319/Acórdão-1570700-7>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

<sup>51</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1588235-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328554/Acórdão-1588235-0>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

<sup>52</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1624588-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328554/Acórdão-1588235-0>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

<sup>53</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570787-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328554/Acórdão-1588235-0>>. Acesso em 11 de julho de 2017.

decisória do caso penal, para ora reconhecer que a acusação não individualizou devidamente *como* a conduta do réu geraria a incidência de uma qualificadora, ora expressamente analisando o conjunto probatório e concluindo que não seria o caso de inserir a qualificadora, pelos motivos acima expostos.

Infere-se, porém, que somente nestes específicos casos a jurisprudência tende a reverter qualificadoras pronunciadas pelo juízo *a quo*, sendo necessário o “enquadramento” da conduta típica em uma das restritas hipóteses em que o Tribunal não considera como qualificada. Não se trata, portanto, de uma análise factual do caso concreto como ponto de partida, mas sim de um raciocínio lógico dedutivo<sup>54</sup>, partindo de estritas premissas que são tomadas como verdades e que, a partir disto, os casos concretos precisam se adequar. Questiona-se, porém: as escolhidas premissas maiores são efetivamente argumentos dedutivamente válidos, sempre?

## 2.6. PRIMEIRA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A PRONÚNCIA COMO A DECISÃO DA MODA

Nesta sistemática apresentada, a pronúncia é evidentemente a regra do jogo, o padrão neste momento processual. É a confortável decisão que, dotada de efeitos tão somente declaratórios e de caráter simplesmente processual, apenas encaminha os autos ao seu juiz natural. É uma fase do processo criminal, finalmente, em que a presunção de inocência deixa de existir em nome de um “princípio” que coloca o réu contra toda a sociedade.

Trata-se de um discurso que, através da insistente e reiterada autorreprodução das decisões, tocando como uma sinfonia única, apresenta-se como o *discurso do conforto*<sup>55</sup>. Constitui, pois, a *moda*, sendo utilizada de modo acrítico e legitimada pelos tribunais superiores.

Não é por acaso, portanto, que em um universo de 800 (oitocentos) recursos em sentido estrito pesquisados, 776 (setecentos e setenta e seis) ordenam a pronúncia do réu ao Tribunal do Júri. Relevante investigar, desta forma, quais são os

---

<sup>54</sup> SAINSBURY, Mark. **Lógica indutiva versus lógica indutiva**. Tradução: Desidério Murcho, disponível em <http://www.each.usp.br/camiloneto/tadi/logica.indutiva.versus.logica.dedutiva.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

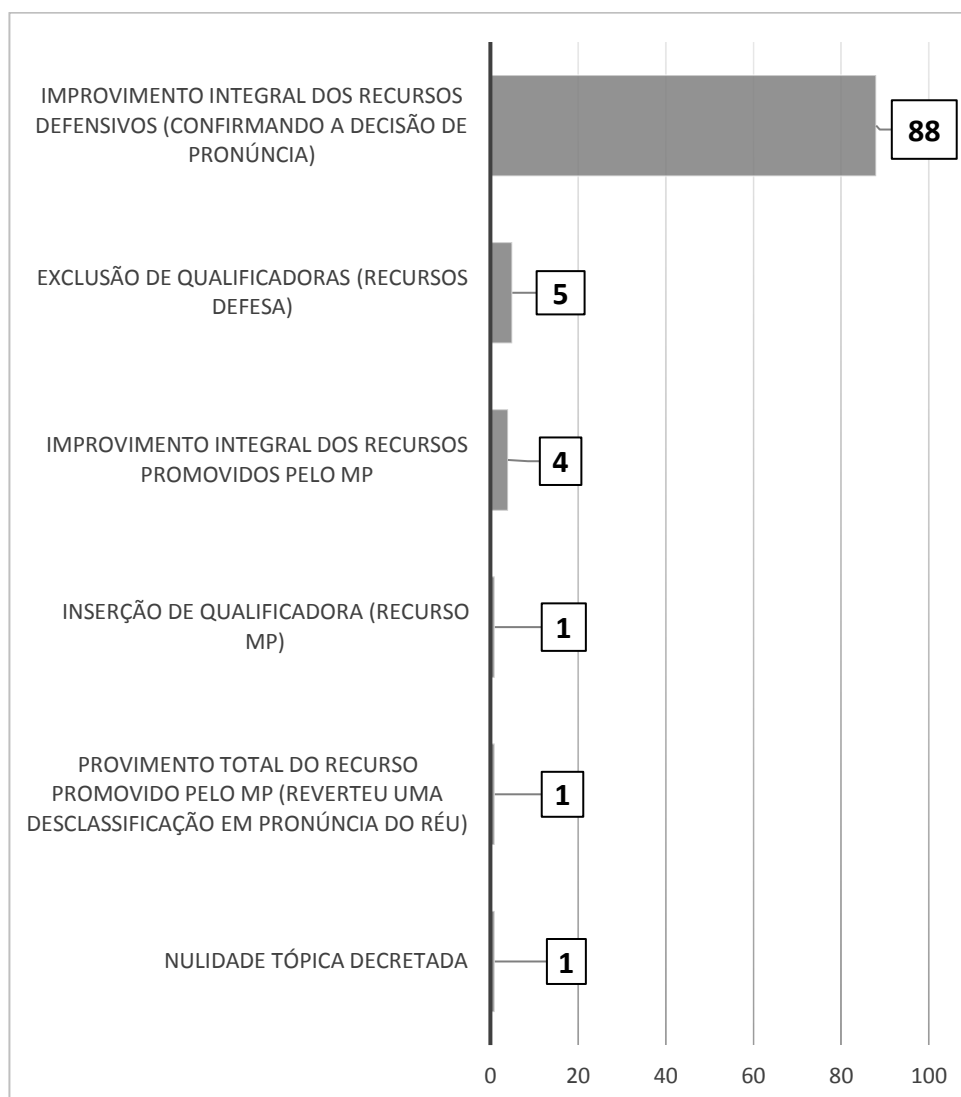
<sup>55</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. **Quando o juiz veste Prada, a moda dita a hermenêutica**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-mai-03/diario-classe-quando-juiz-veste-prada-moda-dita-hermeneutica>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

interesses não ditos que, de forma velada e silente, conformaram o quadro acima constatado.

## 2.7. GRÁFICOS A RESPEITO DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS

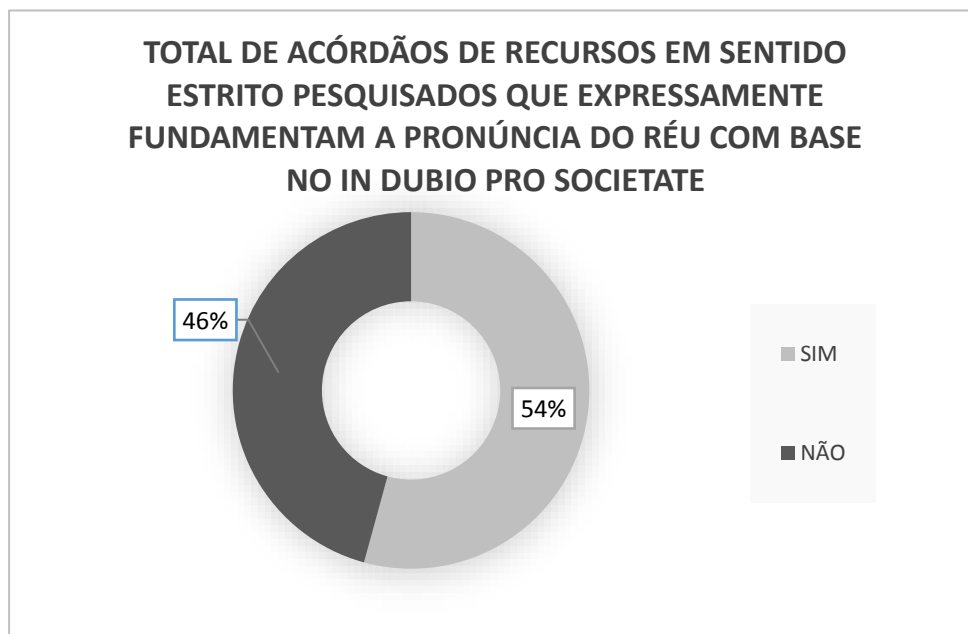
2.7.1. Pesquisa principal dos 100 (cem) acórdãos e suas respectivas decisões de pronúncia

### GRÁFICO 1 – RESULTADO DOS RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PESQUISADOS<sup>56</sup>

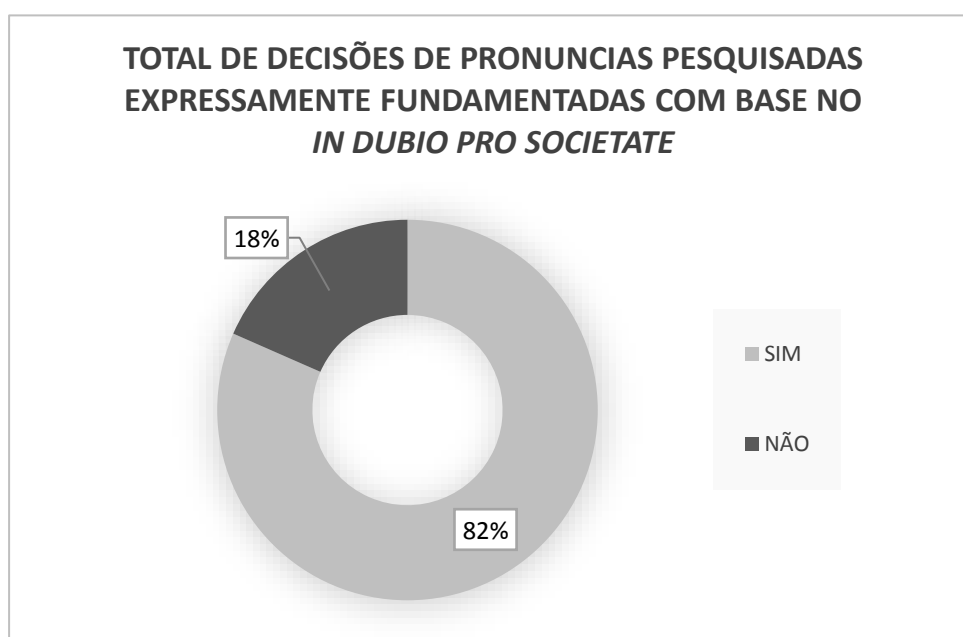


<sup>56</sup> Neste gráfico, optou-se pelo layout de barras (e não de pizza), em números absolutos e não em porcentagem, em decorrência da pluralidade de decisões pesquisadas.

**GRÁFICO 2 – TOTAL DE ACÓRDÃOS DE RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PESQUISADOS QUE EXPRESSAMENTE FUNDAMENTAM A PRONÚNCIA DO RÉU COM BASE NO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

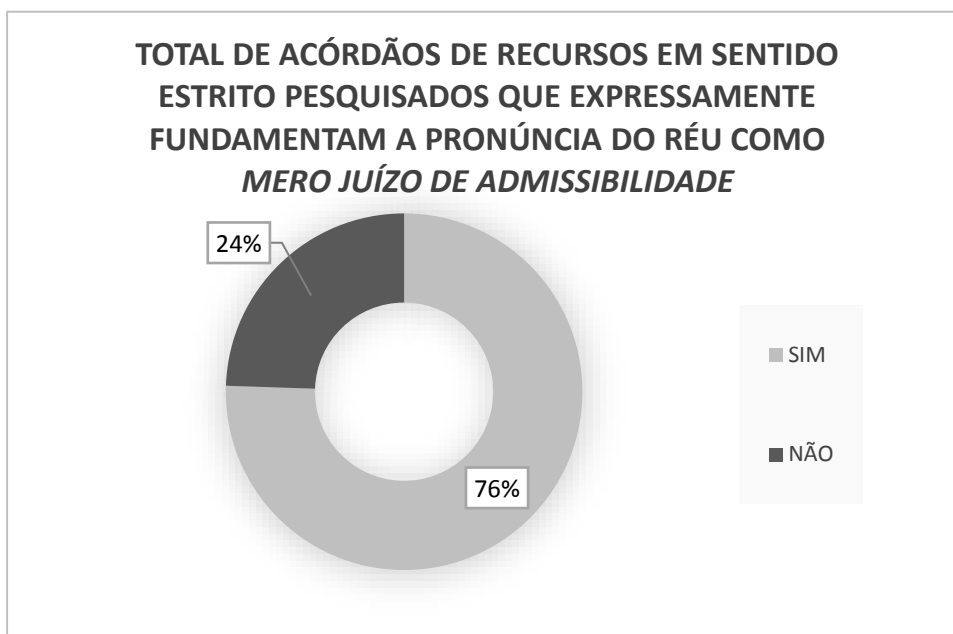


**GRÁFICO 3 – TOTAL DE DECISÕES DE PRONUNCIAS PESQUISADAS EXPRESSAMENTE FUNDAMENTADAS COM BASE NO *IN DUBIO PRO SOCIETATE***

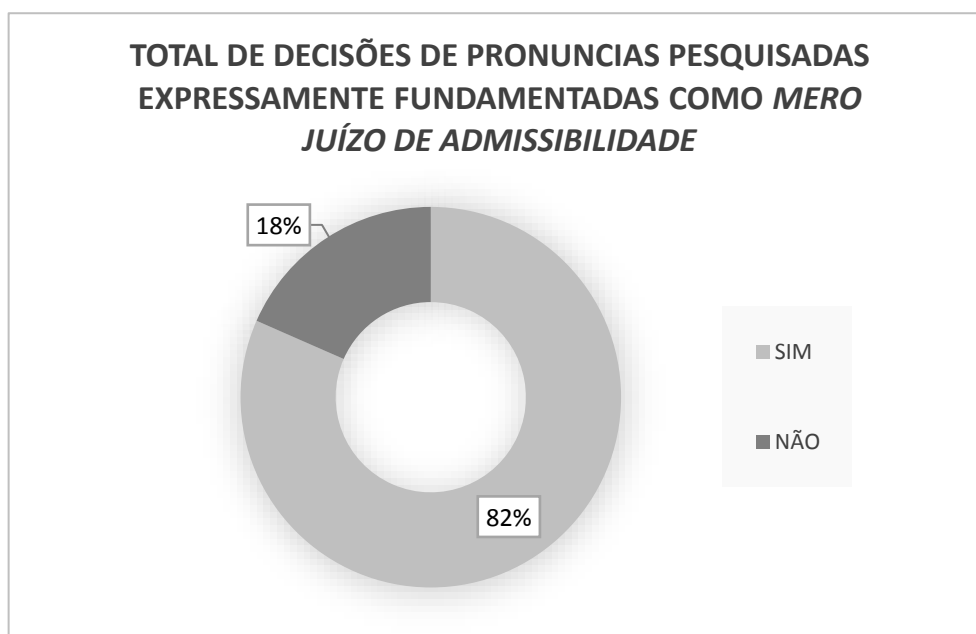




**GRÁFICO 4 – TOTAL DE ACÓRDÃOS DE RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PESQUISADOS QUE EXPRESSAMENTE FUNDAMENTAM A PRONÚNCIA DO RÉU COMO *MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE***



**GRÁFICO 5 – TOTAL DE DECISÕES DE PRONUNCIAS EXPRESSAMENTE FUNDAMENTADAS COMO *MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE***



2.7.2. Pesquisa complementar dos 800 (oitocentos) ementários julgados entre 20/10/2016 e 12/09/2017.

**GRÁFICO 1 – RESULTADO DOS RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PESQUISADOS**



**GRÁFICO 2 – DAS PRONÚNCIAS CONFIRMADAS EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, QUANTAS TIVERAM REDUÇÃO DE UMA OU MAIS QUALIFICADORAS**



### 3. O IN DUBIO PRO SOCIETATE EM FOCO: À QUAL SOCIEDADE SE PRESTA?

**Atenas:**

*Serei a última a pronunciar o voto  
e o somarei aos favoráveis a Orestes.  
[...] para que Orestes vença,  
basta que os votos se dividam igualmente*<sup>57</sup>.

A grega trilogia *Oresteia* demarca para muitos o que seria o *nascimento da Justiça*<sup>58</sup> através de uma dramatização literária a respeito da passagem entre um sentido de justiça como *dever* de vingança privada em direção a uma institucionalização desta baseada no direito<sup>59</sup>. A Peça teatral é composta por três tragédias de autoria de Ésquilo: *Agamêmnon*, *Coéforas* e *Eumênides*, tendo sido representadas pela primeira vez em 458 a.C., a respeito de eventos que teriam ocorrido no século XII a.C.<sup>60</sup>.

Para fins deste Trabalho, relevante é a tragédia *Eumênides*, história que narra o julgamento de Orestes pelo assassinato de sua própria mãe, *Clitemnestra*, cometido com o intuito de vingar a morte de seu pai, o herói grego *Agamêmnon*.

A tragédia é certamente esclarecedora sobre esta nova justiça grega: Orestes é acusado pela *Erínias* (Fúrias), as seis deusas da vingança que desde o matricídio o perseguiram, sendo inclusive interrogado pelas acusadoras. Tem sua defesa, ademais, realizada por Apolo, quem o acompanha do início ao final do julgamento, que é realizado por dez cidadãos de Atenas. A própria Deusa Atena é quem “preside” o feito.

Após os debates, Atena se pronuncia pela absolvição de Orestes (antes mesmo do julgamento realizado pelos cidadãos atenienses), conclamando pela primeira vez o que será posteriormente referido como *in dubio pro reo*: o eventual empate – a dúvida, portanto – favoreceria o acusado. O julgamento é realizado, tendo sido

<sup>57</sup> ÉSQUILO. *Oréstia*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

<sup>58</sup> PONTES, Juliana Fonseca. *O testemunho de Ésquilo*: considerações sobre o registro literário do nascimento da Justiça. In: Revista Eletrônica Amazônia em Foco. Vol. 4, nº. 7, jul – dez 2015. Castanhal: Estácio/FCAT, 2015.

<sup>59</sup> STRECK, Lenio Luiz. *Making a murderer, Orestéia e minha ode à Constituição!* Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jan-21/senso-incomum-making-murderer-oresteia-minha-ode-constituicao>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

<sup>60</sup> KARAM, Henrique. *A Oresteia e a origem do Tribunal do Júri*. In: Revista Jurídica – UNICURITIBA, vol. 04, nº. 45, Curitiba, 2016, p. 81. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1764/1156>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

realmente verificado um empate entre os votos pela condenação e absolvição, de modo que Orestes é inocentado.

A trilogia de Ésquilo, portanto, representa o ponto de partida na discussão a respeito da presunção de inocência, constituindo uma representação *mitoliterária* da passagem entre uma irrefreável vingança privada familiar e uma retribuição pública equânime<sup>61</sup>. Esta é, em suma, a primeira vez em que se relata a aplicação do *in dubio pro reo*.

O mesmo não pode se dizer do dito princípio *in dubio pro societate*. Em realidade, mesmo emprestando do latim o que aparenta ser uma pretensa legitimidade e autenticidade, este Trabalho não encontrou uma referência sequer na filosofia clássica que dissesse respeito ao referido brocardo.

Cogitou-se, então, tratar de uma construção brasileira prévia à Constituição Federal de 1988, em algum momento histórico cuja relevância dada à presunção de inocência não fosse tão central. Também não foram encontrados registros neste sentido.

A gestação deste *princípio*, todavia, certamente não foi por acaso e tem raízes anteriores a 1988. Conforme se verificou, sua completa correlação com a ideologia da Defesa Social é certamente fruto de influências histórico-culturais que este Capítulo buscará estudar.

### 3.1. A GESTAÇÃO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*: A DOUTRINA DO FASCISMO, O CPP DE 1941 E O INDIVÍDUO COMO PEÇA EM FAVOR DA SOCIEDADE

*A relação entre sociedade e indivíduo, portanto, aparece na doutrina do fascismo perfeitamente renovada. Para a fórmula das doutrinas liberais, democráticas e socialistas: a sociedade para o indivíduo. O fascismo substitui por outra: o indivíduo para a sociedade. Mas com esta diferença de que, enquanto aquelas doutrinas anulavam a sociedade no indivíduo, o fascismo não anula, porque o indivíduo é na sociedade. Subordina-o, não anula, porque o indivíduo, como parte da sua geração, enquanto elemento, seria sempre infinitesimal e transitório perante a sociedade*<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>62</sup> Tradução livre de ROCCO, Alfredo. **La Dottrina Politica del Fascismo**. In: GIUFFRÉ, A. Scritti e Discorsi Politici di Alfredo Rocco. La Lotta Contro la Reazione Antinazionale. Milano: G. Colombi & C., 1938, *in verbis*: “Il rapporto pertanto fra società ed individuo appare nella dottrina del fascismo perfettamente rovesciato. Alla formula delle dottrine liberali, democratiche e socialistiche: la società per l'individuo, il fascismo sostituisce l'altra: l'individuo per la società. Ma con questa differenza, che mentre quelle dottrine annullavano la società nell individuo, il fascismo non annulla, perchè l'individuo nella

Se o *in dubio pro societate* constitui uma relativização da presunção de inocência em nome de um pretenso interesse da sociedade, o que parece ser um consenso mesmo para a jurisprudência que a reputa válida, é certo que tal ideia não adveio das apartadas consciências e visões de mundo apenas dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Trata-se, ao contrário, de *significados compartilhados intersubjetivamente*, que *pré-existem* nos textos e constituem o mundo do sentido pelo qual se navega, compreende e interpreta<sup>63</sup>.

O trecho acima excertado corresponde a Conferência *La Dottrina Politica del Fascismo*, de Alfredo Rocco. Nesta, o ministro da justiça de Mussolini explica o que seria um dos principais postulados da doutrina fascista, naquele momento em ascensão: o indivíduo – e todos os seus direitos, conseqüentemente – seria subordinado à *societade*, em favor da *nação*. Os direitos individuais, nesta ótica, subsistiriam, porém em um patamar inferior, condicionados a um suposto interesse social maior e mais relevante.

Desta forma, relevante estudar o fascismo, suas características e teoria, especialmente no que diz respeito à presunção de inocência.

### 3.1.1. O conturbado contexto de nascimento do fascismo, a criação do *novo homem fascista* e a supressão do *indivíduo*

O fascismo inegavelmente nasceu em um cenário de crise e de guerra: se a Primeira Guerra Mundial havia deixado suas feridas absolutamente abertas em um país em desigual modernização, a vitória italiana paradoxalmente havia sido valorizada como um símbolo positivo e construtivo da nação italiana<sup>64</sup>. Ao mesmo tempo, a dinâmica política foi afetada, não sendo o liberal Estado formado até então capaz de responder adequadamente às demandas sociais<sup>65</sup>, permanecendo o Parlamento inerte aos contrastes da sociedade italiana.

---

*società. Lo subordina, non annulla, perchè l'individuo, come parte della sua generazione, è pur sempre elemento, sia pure infinitesimale e transeunte, della società*”.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – A hermenêutica jurídica?** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-29/isto-hermeneutica-juridica>>; acesso em 5 de setembro de 2017.

<sup>64</sup> Costa, Pietro. Civitas. **Storia della cittadinanza in Europa**, vol. 4: L'età dei totalitarismi e della democrazia. Roma e Bari: Laterza, 2001, p. 216.

<sup>65</sup> *Idem*.

Surgem, então, em 23 de março de 1919<sup>66</sup>, os *Fasci Italiani di Combattimento*, grupos revolucionários fundados por Benito Mussolini que encontravam na guerra e, especialmente, no mito da *nação italiana* seus principais fundamentos.

Com o intuito de sustentar o novo projeto social, até mesmo um conceito sobre o *homem fascista* foi desenvolvido: pronto para lutar e para se sacrificar pela sua terra natal, o novo homem fascista deveria ser ativamente engajado aos valores do novo regime, sendo físico, moral e intelectualmente forte como o Estado que se pretendia; fascista<sup>67</sup>.

A própria figura de Benito Mussolini surge como a encarnação do grupo, expressando um novo espírito da juventude italiana, e constituindo “*um super genial assimilador e improvisador, e um tão perfeito italiano, cheio de cor, paixão; um homem de completo equilíbrio mental e ideal tipo físico*”<sup>68</sup>.

Compreende-se, portanto, a relevância que a unidade entre Estado e sociedade tem no projeto fascista: se a falha do Estado liberal estava exatamente no completo fracasso em solucionar conflitos sociais, no fascismo a sociedade deveria se tornar *una*, mobilizada e totalmente direcionada aos *interesses da nação*, que, sabendo o que é melhor aos italianos, poderia determinar “livremente” a lei e o Estado.

Nesta perspectiva, o indivíduo deixa de ser visto como tal: passa a constituir uma mera parcela do gigante corpo social, uma engrenagem da máquina fascista. O ser humano, aliás, somente constituiria a humanidade na medida em que fizesse parte ativamente desta sociedade, de modo que o *outro*, o diferente que não se encaixasse neste novo modo de vida, tinha sua subjetividade completamente desmantelada: “*enquanto o antissemitismo havia animalizado o hebreu, expelindo-o do gênero humano, o racismo havia providenciado a animalização da população de cor*”<sup>69</sup>.

3.1.2. A ascensão de um Estado autoritário ditatorial italiano e a prevalência dos interesses da *nação* em detrimento dos direitos individuais

<sup>66</sup> MUSSOLINI, Benito. **Discorso sulla Fondazione dei Fasci di Combattimento**.

<sup>67</sup> MOSSE, George L. **The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity**. Oxford: Thamesman Publications, Oxford Brookes School of Business imprint, 1994, p. 155 e ss.

<sup>68</sup> Tradução livre de trecho de: BOSWORTH, Richard J.B. **The Italian Dictatorship: Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism**, London: Arnold, 1998, p. 43.

<sup>69</sup> Tradução livre de trecho de: GERMINARIO, Francesco. **Fascismo e antisemitismo**. Progetto razziale e ideologia Totalitaria, Rome and Bari: Laterza, 2009, *in verbis*: “*mentre l’antisemitismo aveva animalizzato l’ebreo, espellendolo dal genere umano, il razzismo aveva provveduto ad animalizzare le popolazioni di colore*”.

Em 1921, os *Fasci di Combattimento* dão lugar ao Partido Nacional Fascista, e em 1922, após a famosa *Marcha sobre Roma*, Mussolini chega ao poder<sup>70</sup>. Em 2 de janeiro de 1925, por sua vez, o *Duce* anuncia a fascização completa da Itália<sup>71</sup>, com a ascensão de um governo ditatorial e autoritário que prometia finalmente dar estabilidade e coerência a um confuso e ineficiente Estado italiano<sup>72</sup>.

Em ordem para construir o Estado-nação italiano, o movimento fascista apoderou-se da máquina estatal e buscou transformar todo o povo em parte do Estado<sup>73</sup>, transformando o indivíduo em um simples e substituível instrumento<sup>74</sup> aos objetivos da nação.

Costa ressalta, ademais, a importância da *soberania absoluta* dada ao Estado Fascista, em uma ordem em que os direitos fundamentais ficavam submetidos às deliberações estatais proferidas pelo *Duce*<sup>75</sup>. Assim sendo, nesta ordem legal é inconcebível a existência de direitos pré-estatais, ou mesmo a limitação da soberania estatal. O Estado detém, aqui, plenos poderes para deliberar o que seria conveniente para a nação, estabelecendo suas ações de acordo com o que fosse, em sua perspectiva, *o melhor para a sociedade*.

Finalmente, na lógica fascista os direitos e garantias individuais não limitam a atuação estatal, mas ocorre justamente o contrário, de modo que a lei subsiste, mas é a todo momento alterada e reinterpretada pelo Herói, o *Duce*, com o intuito de readequá-la às exigências da sociedade, acima de qualquer limite e critério jurídico<sup>76</sup>.

---

<sup>70</sup> BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**: na encruzilhada da ordem e da revolta. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 74.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>72</sup> Como denota Hanna Arendt, tratando a respeito da tomada de poder pelo partido Nacional Fascista: “É óbvio que, após muitas décadas de governo multipartidário ineficiente e confuso, a tomada do poder por um só partido pode parecer um alívio, pois garante pelo menos, se bem que por tempo limitado, certa coerência, certa permanência e um pouco menos de contradição”. ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdharendt\\_origens\\_totalitarismo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdharendt_origens_totalitarismo.pdf)>. Acesso em 22 de setembro de 2017, p. 274.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>74</sup> STOLZI, Irene. **Private, Public and Collective**: the twentieth century in Italy from fascism to democracy. In Madsen, Mikael R. and Thornhill, Chris. **Law and the Formation of Modern Europe**: Perspectives from the Historical Sociology of Law, Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 156.

<sup>75</sup> COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. **O Estado de Direito**: história, teoria, crítica. Tradução: Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 182.

<sup>76</sup> Neste sentido, relevante trazer a citação de Pietro Costa: “O Estado (*Ético*) pode desvencilhar-se de qualquer norma, mas não pode prescindir de um ordenamento jurídico, de um sistema normativo, que tome “regular” e ordenada a sua vontade; o Estado não encontra limites à sua vontade e pode mudar o ordenamento a seu bel-prazer, mas deve acertar as contas com a história, com “as exigências da consciência popular”. Se ele pode ser obrigado a limitar a liberdade em função do interesse público, isso não ocorrerá “jamais pelo arbítrio dos governantes”, mas “mediante um comando geral que é o da lei”. *Ibidem*, p. 183.

Trata-se do “Estado Ético” – e não mais do Estado de Direito na mais uma vez acertada visão de Costa – que assume a responsabilidade de interpretar e determinar as exigências profundas da sociedade *acima de qualquer limite jurídico*.

### 3.1.3. O pensamento de Vincenzo Manzini, o processo inquisitorial por excelência, e a consequente desvalorização da presunção de inocência

*Advirta-se ainda que o pretenso princípio exegético in dubio pro reo, se é falso ao direito penal, o é ainda mais para o direito processual penal. Na dúvida, na realidade, nada autoriza a inclinar a lei a favor do imputado: nem a razão, nem o direito*<sup>77</sup>.

Relevantíssimo ao presente estudo é o pensamento de Vincenzo Manzini, um dos principais teóricos (senão o grande) do *Codice di Procedura Penale*, publicado em conjunto com o Código Penal Italiano, o *Codice Rocco*, de 1930. Conforme Coutinho, não se duvida que Manzini, *camicia nera desde sempre*, foi o efetivo responsável pela produção do referido Código, que representava a cara do regime fascista<sup>78</sup>.

Destaca-se sua obra *Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano*, inicialmente publicada em Torino em 1931, com o prefácio escrito pelo próprio Alfredo Rocco<sup>79</sup>.

Manzini, na referida obra, funda as diretrizes a serem observadas em um direito processual penal visivelmente inquisitório e de matriz fascista, sendo assertivo quanto a sua concepção de presunção de inocência: sendo errôneo considerar que o direito processual penal se direciona a uma *tutela de inocência*, seria inda mais falso a noção de que o processo penal deva assegurar a favor do acusado uma presunção de

<sup>77</sup> Tradução livre de trecho de MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1956, p. 118, *in verbis*: “Avvertasi ancora che il preteso principio esegetico: in dubio pro reo, se è falso per il diritto penale, lo è ancor più per il diritto processuale penale. Nel dubbio, infatti, nulla autorizza a piegare la legge a favore dell'imputato: nè la ragione, nè il diritto”.

<sup>78</sup> “A questão é tentar quase o impossível: compatibilizar a Constituição da República, que impõe um Sistema Acusatório, com o Direito Processual Penal brasileiro atual e sua maior referência legislativa, o CPP de 41, cópia malfeita do Codice Rocco de 30, da Itália, marcado pelo princípio inquisitivo nas duas fases da persecutio criminis, logo, um processo penal regido pelo Sistema Inquisitório. (...) Lá, como é do conhecimento geral, ninguém duvida que o advogado de Mussolini, Vincenzo Manzini, *camicia nera desde sempre*, foi quem escreveu o projeto do **Codice** com a cara do regime”. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 15, n. 175, p. 11-13, jun. 2007, p. 11.

<sup>79</sup> Nota-se, porém, que em edições publicadas no pós-segunda guerra, como na edição de 1956, o Prefácio de Alfredo Rocco foi retirado da obra, junto de qualquer outra referência ao regime fascista.



inocência<sup>80</sup>. Isto, continua Manzini, seria absolutamente paradoxal e irracional, bastando pensar na prisão preventiva, em que, existindo indícios suficientes de culpa a prisão, é demandada, constituindo muito mais uma *presunção de culpabilidade* do que de inocência<sup>81</sup>.

Nesta sistemática, a presunção de inocência é injustificável inclusive como correlato da *obrigação do órgão acusador em provar a acusação feita*, seja porque esta obrigação não implicaria necessariamente que o imputado deva se presumir-se inocente, seja porque a própria acusação seria em parte provada pelos indícios que determinaram sua acusação, seja porque a prova da autoria e materialidade poderia ser verificada de ofício pelo juiz<sup>82</sup>.

E aqui Manzini esclarece uma das principais facetas da legislação processual penal fascista e depois ampla e expressamente adotada pelo CPP brasileiro, que é a inquisitória maneira de se gerir as provas.

Mais do que uma simples constatação, o reconhecimento do papel ativo do juiz na produção probatória demonstra qual é o “*sistema*” processual penal a ser desenvolvido, ou seja, o *ideal para o qual deve tender toda a ciência, a unidade de conceitos múltiplos em torno de uma ideia*<sup>83</sup>. Sistemas estes, ademais, que são informados por um princípio unificador, um ponto de partida, uma ideia central que ordena todas as demais e as destina a um específico fim<sup>84</sup>.

O direito processual penal, por sua vez, produziu ao longo da história apenas dois tipos de sistemas: o inquisitório, informado pelo princípio inquisitivo, e o acusatório, regido pelo princípio dispositivo<sup>85</sup>.

Tal dicotomia, que já foi representada em outros tempos pela confusão entre acusador e julgador no sistema inquisitório e separação entre os dois ofícios no acusatório, hoje representa o cotejo entre as iniciativas dirigidas à formação de provas no direito processual penal: enquanto no sistema acusatório a gestão das provas é

---

<sup>80</sup> MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1956, p. 120.

<sup>81</sup> *Idem*.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 201 e 202.

<sup>83</sup> SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço. **Introdução ao Direito Processual Penal**. 2 ed. Florianópolis: empóriadodireito, 2015, p. 23, *apud* KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburguer. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (col. Os Pensadores), p. 492.

<sup>84</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do novo juiz no processo penal**. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/leitura/o-papel-do-novo-juiz-no-processo-penal>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

<sup>85</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 15, n. 175, p. 11-13, jun. 2007, p. 11.

atribuída às partes, constituindo o juiz um árbitro desta disputa, que tem como escopo de garantir uma ordem isonômica entre os antagonistas; no sistema inquisitório o julgador é o verdadeiro gestor da prova, sendo o centro do cosmos probatório uma vez que esta é um *afazer* do juiz, que governa a reconstrução dos fatos e traz consigo as fontes do conhecimento<sup>86</sup>.

Neste sistema processual penal, inquisitório, *“delineia-se um modelo que celebra a (pretendida) reconstrução da verdade a todo custo, em que o juiz é colocado como livre perquiridor”*<sup>87</sup>, de modo que o julgador permanece com o pesado ofício de encontrar a *verdade real* dos fatos, de modo solitário<sup>88</sup>, pela visão que tem do caso penal a ele legado<sup>89</sup>.

Assim sendo, resta como evidente que Vincenzo Manzini tem um projeto de direito processual penal claramente inquisitório. Reconhecendo a inexistência da presunção de inocência, sustenta que o processo penal deveria se fundar com base no *princípio da busca pela verdade real*<sup>90</sup>, de modo que o juiz deveria ter o poder e dever de se convencer livremente para *procurar* aquilo que corresponde à verdade material dos fatos<sup>91</sup>.

Para tanto, o julgador não precisaria fundar sua decisão naquilo que lhe apresentam o Ministério Público e o imputado: há, de acordo com Manzini, a faculdade e o dever de ordenar e realizar de ofício as ulteriores indagações que estimem úteis à descoberta da *verdade real*<sup>92</sup>.

Não destaca nem Manzini nem os demais apoiadores do projeto fascista, porém, os perigos desta visão em que o juiz é o centro probatório. Sob a solidão em que os inquisidores trabalham, na busca pela verdade real de um caso penal, o julgador elege uma versão a ser procurada, considerando e relevando apenas os

---

<sup>86</sup> SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço. **Introdução ao Direito Processual Penal**. 2 ed. Florianópolis: empóriadodireito, 2015, p. 31 a 34.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>88</sup> SACCONI, Giuseppe. **Il processo penale tra esigenze di difesa sociale e garanzie della persona: l'esperienza italiana**. Disponível em: <<https://www.diritto.it/il-processo-penale-tra-esigenze-di-difesa-sociale-e-garanzie-della-persona-l-esperienza-italiana/>>. Acesso em 3 de setembro de 2017.

<sup>89</sup> SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes. **A tipicidade e o juízo de admissibilidade da acusação**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2005, Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

<sup>90</sup> MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1956, p. 204.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>92</sup> *Idem*.

elementos que confirmem seu entendimento prévio<sup>93</sup>. Forma-se, então, no interior da própria lógica do sistema, o que é alcunhado como *quadro mental paranoico*<sup>94</sup>: todo o acervo probatório é colocado em direção da *sua* hipótese previamente formulada (premissa maior de uma lógica dedutiva), pouco importando o contraditório entre as partes. É, finalmente, o *primado da hipótese sobre os fatos*<sup>95</sup>, em que o *caminho da verdade* conduz, “casual e fortuitamente”, o magistrado exatamente ao local em que estava desde o início *investigando*, procurando.

Manzini leva a cabo, portanto, uma teoria de direito processual penal inquisitória por excelência. Seu projeto, ademais, expressamente atesta que o *interesse fundamental que determina o processo penal é aquele de alcançar a punição aos culpados, tornando possível a “pretensão punitiva do Estado” contra o imputado, e não o interesse de alcançar a inocência do inocente*<sup>96</sup>.

### 3.1.4. O inquisitório CPP Brasileiro de 1941 e a acrítica recepção dos ideais processuais penais fascistas no Brasil

Não é segredo que o Código de Processo Penal Brasileiro de 1941, idealizado e publicado em meio ao Estado Novo getulista, foi elaborado com o *evidente selo do código Rocco* italiano<sup>97</sup>, de 1930. Assim sendo, o Brasil importou não apenas as disposições processuais penais técnicas da Itália, mas toda sua racionalidade: constituindo o *criminoso* um dos vários inimigos do regime fascista, o réu certamente é retratado como um *inimigo da sociedade*<sup>98</sup> na sistemática processualista penal brasileira.

<sup>93</sup> MARRAFON, Marco Aurélio. **Quadro mental paranoico não pode imperar na solução de casos jurídicos**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-14/constituicao-poder-quadro-mental-paranoico-nao-imperar>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

<sup>94</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do novo Juiz no Processo Penal**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/o-papel-do-novo-juiz-no-processo-penal-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 19 de outubro de 2017.

<sup>95</sup> *Idem*.

<sup>96</sup> MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1956, p. 197.

<sup>97</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro - I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 409.

<sup>98</sup> GIACOMOLLI, Nereu José. **Algumas marcas inquisitoriais do Código de Processo Penal brasileiro e a resistência às reformas**. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 143-165, 2015, p. 4. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22197/rbdpp.v1i1.8>>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

Sob esta base, em total conformidade com a ideologia de defesa social, entre o classicismo penal e a Escola Positiva, bem como movido pelo norte do *tecnicismo jurídico* (como notavelmente observado por Giamberardino e Pavarini<sup>99</sup>), o CPP de 1941 surge optando pela minimização de direitos e garantias fundamentais em nome de um direito processual penal de natureza abertamente inquisitória e pretensamente eficiente na repressão penal<sup>100</sup>.

Constata-se facilmente esta herança fascista e autoritária na própria Exposição de Motivos deste Código, redigida por Francisco Luís da Silva Campos, ministro da justiça de Getúlio Vargas. O documento advoga pela consolidação de um *novo* aparato processual penal<sup>101</sup>, recepcionando natural e abertamente a doutrina fascista de Vincenzo Manzini, repressivo e *eficiente* ante a *injustificável primazia do interesse do indivíduo sobre o da tutela social*. Optou-se pela transcrição integral de um trecho da Exposição de Motivos, com o intuito de esclarecer seu discurso:

*De par com a necessidade de coordenação sistemática das regras do processo penal num Código único para todo o Brasil, impunha-se o seu ajustamento ao objetivo de maior eficiência e energia da ação repressiva do Estado contra os que delinquem. As nossas vigentes leis de processo penal asseguram aos réus, ainda que colhidos em flagrante ou confundidos pela evidencia das provas, um tão extenso catálogo de garantias e favores, que a repressão se torna, necessariamente, defeituosa e retardatária, decorrendo daí um indireto estímulo à expansão da criminalidade. Urge que seja abolida a injustificável primazia do interesse do indivíduo sobre o da tutela social. Não se pode continuar a contemporizar com pseudodireitos individuais em prejuízo do bem comum. [...] Este o critério que presidiu à elaboração do presente projeto de Código<sup>102</sup>.*

O diploma legal, ademais, é visivelmente inquisitório, permitindo de modo expresso a atuação do juiz para a busca da verdade real dos fatos, mais uma vez em clara conformidade com Manzini. Quem esclarece é o próprio Francisco Campos:

*“[...] o juiz deixará de ser um espectador inerte da produção de provas. Sua intervenção na atividade processual é permitida, não somente para dirigir a marcha da ação penal e julgar a final, mas também para ordenar, de ofício, as provas que lhe parecerem úteis ao esclarecimento da verdade”<sup>103</sup>.*

<sup>99</sup> GIAMBERARDINO, André; PAVARINI, Massimo. **Teoria da Pena e Execução Penal**: uma Introdução Crítica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012, p. 39 e p. 141.

<sup>100</sup> CARVALHO, Salo. **Considerações sobre o discurso das reformas processuais penais**. In: Doutrina (13). Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 2002. p. 316 – 339, p. 317.

<sup>101</sup> *Idem*.

<sup>102</sup> Exposição de Motivos do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, p. 1. Disponível em: <[http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp\\_processo\\_penal.pdf](http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/exmcpp_processo_penal.pdf)>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 4.

O papel legado à presunção de inocência e à aplicabilidade do *in dubio pro reo*, finalmente, é expressa e orgulhosamente restringido<sup>104</sup> no projeto. Em realidade, a codificação de 1941 tem como escopo principal a construção de um direito processual penal *eficiente e ágil na punição*, comprimindo ao máximo eventuais garantias processuais que se coloquem entre o Estado e a repressão<sup>105</sup>. A justificativa, é conhecida: sempre o interesse social na punição rápida e exemplar.

Especificamente quanto ao *in dubio pro societate*, apesar de não ter sido referenciado no CPP, a Exposição de Motivos do CPP 1941 mais uma vez esclarece: a nova legislação direciona-se à finalidade da defesa social, orientando-se no *superior interesse da sociedade*<sup>106</sup>. É inegável, portanto, que a matriz ideológica do instituto tem íntima relação com este período autoritário e distanciado da Constituição Federal de 1988.

Curioso, ademais, um dos acórdãos pesquisados, julgado pela 1ª Câmara Criminal do TJ-PR em 20 de abril de 2017, que cita Renato Brasileiro de Lima exatamente no sentido de esclarecer que definitivamente não há *in dubio pro reo* na fase da pronúncia, alicerçando-se na própria Exposição de Motivos do CPP:

*Sobre o tema, leciona Renato Brasileiro de Lima: "Consoante prevê a própria Exposição de Motivos do CPP, enquanto não estiver averiguada a matéria de acusação ou da defesa, e enquanto houver uma fonte de prova ainda não explorada, o juiz não deverá pronunciar o 'in dubio pro reo' ou o 'non liquet'. É por isso que se diz que o processo penal o juiz tem o dever de investigar a verdade; e a busca da verdade traduz um valor que legitima a atividade jurisdicional penal. Assim, remanescendo dúvidas quanto à presença dos requisitos da pretendida excludente da ilicitude, é mister deixá-la à inteira apreciação do Tribunal do Júri, juiz natural da causa, em nome do princípio in dubio pro societate que impera nesta fase processual".*<sup>107</sup>

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>105</sup> CARVALHO, Salo. **Considerações sobre o discurso das reformas processuais penais**. In: Doutrina (13). Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 2002. p. 316 – 339, p. 320 e 321.

<sup>106</sup> “O JÚRI. [...] têm sido excelentes os resultados desse Decreto-Lei que veio afeiçoar o tribunal popular à finalidade precípua da defesa social. A aplicação da justiça penal pelo júri deixou de ser uma abdicação, para ser uma delegação do Estado, controlada e orientada no sentido do superior interesse da sociedade”. Exposição de Motivos do Código de Processo Penal *op. cit.*, p. 7.

<sup>107</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1600288-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342482/Acórdão-1600288-7>>. Acesso em 19 de outubro de 2017.

### 3.2. O DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*: A CONSTITUIÇÃO DE 1988, REFORMAS PARCIAIS, PERMANÊNCIAS E SOLIPSISMOS

#### 3.2.1. A Constituição de 1988 e as reformas parciais do CPP: entre democratização e permanências inquisitórias.

Em 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. *Constituindo*, sabidamente, uma carta programática e democrática, desenha-se finalmente um Estado Democrático de Direito alicerçado na dignidade da pessoa humana como princípio fundante. Nesta nova ordem político-econômico-social, exatamente com o intuito de garantir tal dignidade até mesmo às minorias e setores mais vulneráveis, construiu-se um conjunto de garantias penais e processuais penais contra o arbítrio, como a presunção de inocência até prova em contrário, o ônus da prova a cargo da acusação, o princípio do *in dubio pro reo*, a publicidade do procedimento probatório no processo, o contraditório e o direito de ampla defesa mediante refutação da acusação<sup>108</sup> (sendo certo que esta acusação não é livre e ilimitada, devendo observar os ditames constitucionais para a existência de uma acusação justa<sup>109</sup>)...

Desta forma, a busca pela verdade passa a ser controlada por tais princípios constitucionais, ou seja, *a verdade é garantida pela estrita legalidade*<sup>110</sup> constitucional. Afasta-se, portanto, do processo inquisitório e do decisionismo, de busca por uma verdade substancial sem qualquer limite normativo aos meios de aquisição e gestão de provas<sup>111</sup>.

Constatou-se, a muito custo, que a nova ordem constitucional simplesmente não se encaixava com muitas disposições do CPP de 1941, de modo que se procedeu a uma série de reformas parciais, sendo as mais relevantes ao presente Trabalho aquelas projetadas desde 2001, ou mesmo antes, e finalizadas em 2008. Apesar de

---

<sup>108</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: Teoria do Garantismo Penal. 2 ed. Tradução: Ana Paula Zomer Sica; Fauzi Haddan Choukr; Juarez Tavares; Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 498.

<sup>109</sup> GUEDES, Néviton. **O direito de ser bem acusado, ou nem tudo pode numa acusação**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-08/constituicao-poder-direito-bem-acusado-ou-nem-tudo-numa-acusacao>>; acesso em 3 de setembro de 2017.

<sup>110</sup> FERRAJOLI, Luigi. *Op. cit.*, p. 500.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 498 e 499.

não se duvidar dos muitas vezes positivos intuitos de reformar para constitucionalizar o processo penal, tais parciais reformas acabaram por representar um maior retrocesso legal, legitimando, ao fim e ao cabo, um direito processual penal ainda mais destinado à contenção dos *inimigos da sociedade*<sup>112</sup>.

Curiosamente, entretanto, é exatamente após a promulgação desta Constituição, *garantista*, que a expressão *in dubio pro societate* surge com força nos tribunais (junto de diversas outras práticas de matriz autoritária e antidemocrática), sendo intensificada ainda mais na última década. Como explicar tal aparente contradição?

Ocorre que, conforme expõe Coutinho, com precisão: “Na matriz dos problemas está uma razão simples: reformas parciais – com boas intenções ou não – tendem a destruir os sistemas (ou quase) se eles não são levados em consideração”<sup>113</sup>. As várias reformas ao Código de 1941, ao buscarem corrigir contradições apresentadas pelo Código sem se atentarem aos reflexos que cada mudança poderia gerar ao sistema processual penal até então construído, acabaram por gerar ainda mais inconsistências e problemas. Quando se permite o início de cumprimento de pena em segunda instância, por exemplo, esquece-se do grande impacto que tal mudança gerará ao até então cristalizado conceito de coisa julgada.

Desta forma, a Constituição de 1988 não foi capaz de democratizar o processo penal brasileiro: este foi reformado parcialmente por influxos ideológicos que pugnam pela celeridade (por incrível que pareça, mais uma vez a celeridade), pela informalização e eficiência<sup>114</sup>, e não necessariamente com o intuito de adequá-lo à nova Constituição vigente. Terminou por manter, portanto, e legitimar um direito processual penal inquisitório e solipsista. Em suma, as reformas processuais penais deixaram a sensação de que se muda, muda, muda... e tudo permanece como sempre ou pior do que era<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 206 e 207.

<sup>113</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Reformas Parciais do processo penal: Breves apontamentos críticos**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/reformas-parciais-do-processo-penal-breves-apontamentos-criticos-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 18 de outubro de 2017.

<sup>114</sup> CARVALHO, Salo. **Considerações sobre o discurso das reformas processuais penais**. In: Doutrina (13). Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 2002. p. 316 – 339, p. 322.

<sup>115</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Reformas Parciais do processo penal: Breves apontamentos críticos**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/reformas-parciais-do-processo-penal-breves-apontamentos-criticos-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 18 de outubro de 2017.

Neste sentido, a própria Lei 11.690/08, uma das famigeradas reformas de 2008, deu nova redação ao art. 156 do CPP, que retratava a possibilidade do juiz produzir provas de ofício: ao invés de retirar tal prerrogativa, deu-se ao julgador ainda mais poder, colocando nele o expresse comando jurisdicional da busca e produção da prova<sup>116</sup>.

E foi assim que nasceu e se desenvolveu o *in dubio pro societate*, como uma das tantas heranças autoritárias em meio a um posterior ambiente constitucional democrático. Proclamando ser do interesse da sociedade o encaminhamento do acusado a Júri mesmo *em dúvida*, comprou-se, portanto, o mesmíssimo discurso que conformou tanto o CPP de 1941 como suas reformas parciais: a necessidade de eficiência, celeridade, e maximização de condenações aos “*criminosos*”, mesmo que isto resulte na relativização de direitos e garantias individuais fundamentais.

### 3.2.2. A legitimação do *in dubio pro societate* através da autorreferência da jurisprudência: reprodução entre julgados e doutrina

Relevantíssimo papel para a disseminação do brocardo tiveram a doutrina e a jurisprudência, em claro movimento de autorreferência e reprodução. O direito certamente é um campo em que se conserva na autoridade parte substancial do seu prestígio, de modo que a doutrina e a jurisprudência, agregadas em uma direção, geram o que se pode chamar de *establishment* jurídico, ou ainda uma uniformização de sentido<sup>117</sup>. O poder advindo da autoridade, aqui, é controle<sup>118</sup>, de modo que o receptor age conforme o estabelecido não por conhecer ou concordar com os fundamentos, mas sim por inércia, como se levado pela forte correnteza que emana das *célebres mentes pensantes* do direito processual penal. Agir conforme o *establishment* é certamente muito mais fácil, sendo suficiente a simples referência “neste sentido, a doutrina de...”, ou “a jurisprudência dominante já pacificou o entendimento de que...”, “já decidiu a Egrégia...”, “no dizer de...”, dentre tantos outros argumentos de autoridade que foram observados inclusive nesta Pesquisa.

---

<sup>116</sup> *Idem*.

<sup>117</sup> STRECK, Lenio. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**: Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 68 e 69.

<sup>118</sup> *Idem*.



Desta forma se disseminou exponencialmente o *in dubio pro societate*, sendo recepcionado por conhecidos autores de direito processual penal sem que fossem enfrentados seus fundamentos, origens ou legitimidade. Muito pelo contrário, conclama-se por uma suposta *neutralidade e tecnicidade* contra ideologias políticas, enquanto paradoxalmente se ratifica diariamente um direito processual penal manifestamente inquisitório e arraigado na *despretensiosa* defesa social<sup>119</sup>.

A jurisprudência, por sua vez (inclusive os tribunais superiores), aceitou o instituto ainda mais facilmente, gerando uma enxurrada de julgados que confirmam na própria ementa que, na dúvida, pronuncia-se. Mesmo as dissidências – pouquíssimas – do entendimento dominante parecem se perder em meio a imensa maioria que aceita expressa ou tacitamente o instituto.

O *in dubio pro societate*, ademais, foi recepcionado como um *princípio* pela jurisprudência dominante, de modo que, em uma singela prática de sopesamento, prevaleceria neste momento do rito do júri sobre a presunção de inocência.

### 3.3. O *IN DUBIO PRO SOCIETATE* É MESMO UM PRINCÍPIO?

O *in dubio pro societate*, portanto, é referenciado como *princípio* por grande parte da jurisprudência e doutrina que a recepcionam. Todavia, investiga-se: o que esta cultura jurídica padronizada considera como princípio?

#### 3.3.1. Ronald Dworkin e o *in dubio pro societate* como diretriz política

Relevante, inicialmente, trazer a distinção que Ronald Dworkin faz entre princípios e *diretrizes políticas*<sup>120</sup>.

Quanto aos princípios e políticas, inicialmente identificando ambos como padrões diversos das regras, o autor observa que tais *standards* não se confundem: políticas (*policies*) se caracterizam na medida em que estabelecem objetivos *comuns* a serem alcançados, geralmente uma melhoria em algum aspecto econômico, político ou social *de uma comunidade*. Princípios, por sua vez, constituem padrões a serem

<sup>119</sup> CASARA, Rubens. **Realidade e Ideologia no Sistema de Justiça Criminal**. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/01/30/realidade-e-ideologia-no-sistema-de-justica-criminal/>>, acesso em 23 de agosto de 2017.

<sup>120</sup> RONALD, Dworkin. **Levando os direitos a sério**. Tradução: Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 36 e 37.

observados não por representarem um possível desenvolvimento de aspectos da comunidade, mas sim por constituírem uma *exigência* de justiça, equidade ou outro sentido de moralidade em determinado sistema jurídico<sup>121</sup>.

Apesar de, em alguns momentos, orientações políticas acabarem por coincidir com princípios<sup>122</sup>, suas direções tendem a ser diversas. Neste sentido, os argumentos de política são proposições que buscam justificar uma decisão através da proteção de objetivos coletivos, relevantes à comunidade como um todo<sup>123</sup>. Os argumentos de princípios, por outro lado, orientam a decisão política na direção de *estabelecer, respeitar ou garantir direitos individuais ou coletivos*<sup>124</sup>.

Dworkin defende, em seguida, que decisões judiciais devem ser geradas por princípios, e não por políticas, mesmo em *hard cases*. Argumenta o autor que identificar o direito como política, ou seja, como *um compromisso entre objetivos e finalidades individuais em busca do bem-estar da comunidade como um todo*<sup>125</sup>, e não com princípios estabelecidos constitucionalmente, geraria uma série de problemas: o primeiro diz respeito à total ausência de legitimidade do Poder Judiciário em identificar, através de comparações de utilidade ou preferência (vive aqui Jeremy Bentham e todo o utilitarismo liberal), objetivamente quais caminhos gerariam maior bem-estar à comunidade como um todo. O segundo problema, igualmente insuperável, seria a tomada de decisões que, apesar de aparentemente *justas* politicamente, gerem deveres ao demandado que não existiam no momento dos fatos.

Dworkin alerta, ainda, que estes dois problemas não ocorreriam em uma decisão judicial baseada em princípios. Quanto à primeira objeção, explica o autor que nem sempre um argumento de princípio se fundamenta na natureza e intensidade dos diferentes interesses sociais em cotejo na sociedade, mas sim nos direitos que são protegidos por ele<sup>126</sup>. Desta forma, não são relevantes para a solução do caso as demandas da maioria política, mas sim os direitos protegidos pelo argumento principiológico. Quanto à segunda objeção à originalidade judicial, justifica-se que o dever criado não seria uma novidade arquitetada arbitrariamente pelo Tribunal, mas

---

<sup>121</sup> *Idem*.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 36 e 37.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 132 e 133.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 134.

sim o simples reconhecimento de um direito previamente estabelecido, que certamente o demandante tem o poder de exigir-lo.

Desta forma, uma singela e rápida análise demonstra que de princípio certamente o *in dubio pro societate* não se trata, uma vez que não estabelece, respeita ou garante direitos individuais ou coletivos.

E aqui abre-se um parêntese, que sequer se faria necessário em qualquer teoria constitucional minimamente séria, mas que, em tempos em que sustentar a observância de garantias constitucionais representa *bandidolatria*<sup>127</sup>, demonstra-se pertinente: é evidente que o *direito à segurança*, exposto no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, não é absoluto e deve ser exercido nos limites determinados pelo próprio texto constitucional, dentre eles, a presunção de inocência. Desta feita, o *in dubio pro societate* certamente não garante qualquer direito coletivo de segurança, sendo impensável que tais signos venham ferir direitos individuais fundamentais expressamente constituídos. Ao contrário, límpido que a segurança genuína somente poderá ser conquistada com o respeito à liberdade e direitos individuais<sup>128</sup>.

Este trabalho nega veementemente que a inquisitorial medida de se almejar uma punição *a todo custo* constitua qualquer avanço em uma sociedade, mas se reconhece que muito mais crível do que dar a alcunha de princípio seria reconhecer no *in dubio pro societate* uma política, na teoria de Dworkin. Política esta, ademais, que, partindo de equivocados pressupostos utilitaristas de que um fantástico bem-estar social seria produzido através da supressão de algumas indesejáveis garantias individuais, certamente cederia em vista do princípio – aí sim – de presunção de inocência e do *in dubio pro reo*.

### 3.3.2. Robert Alexy e o *in dubio pro societate* como juízo axiológico: valores x princípios

---

<sup>127</sup> Infelizmente faz-se necessário copiar um trecho do famigerado *Manifesto contra a BANDIDOLATRIA*, idealizado por diversos membros do Ministério Público, alguns juízes de direito e até “professores” universitários: “Você pensa que eles querem garantias para você, cidadão, mas eles só querem que não haja punições de verdade, só querem garantir criminosos... É O QUE ELES CHAMAM DE GARANTISMO, NO BRASIL: QUE TEM GERADO CADA VEZ MAIS IMPUNIDADE DA FORMA QUE APLICAM”. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ghbr/noticia/26662/Manifesto-contra-a-BANDIDOLATRIA-/>>, acesso em 19 de outubro de 2017.

<sup>128</sup> AMARAL, Augusto Jobim. **A pré-ocupação de inocência no processo penal**. In: Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 62, pp. 85 - 115, jan./jun. 2013, p. 91.

É lugar comum na jurisprudência que adota o *in dubio pro societate* o entendimento de que este *princípio* prevalece sobre o *in dubio pro reo* na fase da pronúncia<sup>129</sup>, ou seja, que em uma prática de *sopesamento de princípios*, o *in dubio pro societate* apareceria com maior força normativa do que a presunção de inocência. Necessário, portanto, analisar a teoria de Robert Alexy quanto a sua teoria de princípios, especialmente no que diz respeito à diferença entre princípios e valores.

De acordo com o autor, valores se diferenciam-se de princípios na medida em que estes têm caráter deontológico, enquanto aqueles constituem juízos axiológicos<sup>130</sup>. Princípios, nesta visão, são conceitos que expressam um *dever ser*<sup>131</sup>, um dever de obediência à norma, funcionando no binômio lícito-ilícito e admissível-inadmissível, enquanto que valores são juízos de valoração daquilo que é *bom ou ruim*, classificando determinados conceitos como bonitos, corajosos, seguros, econômicos, sociais<sup>132</sup>... Os valores são teleológicos, portanto, uma vez que buscam *fatores de abertura da legalidade formal*<sup>133</sup>, possibilitando, assim, a busca por uma verdade real dos fatos, uma justiça material.

No direito, porém, *o que importa é o que deve ser*, conforme Alexy<sup>134</sup>, ou seja, valores e princípios não se sopesam. Seja porque os critérios axiológicos são impossíveis de metrificar/hierarquizar no direito constitucional em valores comparáveis objetivamente<sup>135</sup>, seja porque no direito o seu caráter ontológico se expressa mais claramente através de normas, seja porque o conceito de princípio gera menos interpretações equivocadas do que o conceito de valor<sup>136</sup>.

Mesmo em Alexy, portanto, a ponderação não se dá de maneira arbitrária, elegendo o magistrado simplesmente o valor que mais lhe interessar como o

---

<sup>129</sup> Aliás, uma análise mais detida pelo juiz, nesta oportunidade, poderia interferir no ânimo dos jurados, o que é defeso. Justamente por essa razão, nesta fase processual, não impera o princípio do *in dubio pro reo*, mas tão somente o princípio *in dubio pro societate*, para o qual, em caso de dúvida, esta há de ser dirimida em favor da sociedade, submetendo-se o acusado a julgamento em plenário, quando, aí sim, prevalecerá o *in dubio pro reo*.

<sup>130</sup> ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 153.

<sup>131</sup> *Idem*.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>133</sup> CANÁRIO, Pedro. “Direito não pode ser corrigido por valores morais”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-abr-02/valores-morais-nao-podem-nortear-principios-juridicos-lenio-streck>>, acesso em 03 de outubro de 2017.

<sup>134</sup> ALEXY, Robert. *Op. cit.*, p. 153.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 153.

dominante<sup>137</sup>. A estrutura de princípios é deontológica, ou seja, gera padrões dotados de um *dever* de obediência, em qualquer situação, de modo que definitivamente não é democrático que o julgador imponha aos jurisdicionados os seus próprios valores, decorrentes do caráter axiológico que vê neles, para construir sua decisão.

Todavia, nesta lógica, vê-se claramente que o *in dubio pro societate*, assumido como “na dúvida, pronuncie-se em favor da sociedade”, não passa de um valor axiológico assumido como princípio. Se a pronúncia constitui a *melhor* opção neste cenário de dúvida, e é aplicada por ser o interesse da sociedade (e não por constituir um dever imposto pela legislação e aplicável em todas as situações similares), é evidente que de princípio não se trata, mas sim de um valor axiológico.

### 3.3.3. Construção *ad-hoc* de princípios, decisionismo e panprincipiologismo

Muito mais que conectado com qualquer teoria de princípios, a ascensão do *in dubio pro societate* certamente está relacionada ao que Lenio Streck alcunhou de *panprincipiologismo*: observa-se atualmente uma proliferação exorbitante de *princípios*, idealizados e legitimados pelos próprios magistrados, em suas práticas judiciais, tratando-se de construções *ad-hoc*, nitidamente pragmáticas, que adquiriram pretensões de universalização em pouquíssimo tempo<sup>138</sup>.

Tratam-se, deste modo, de enunciados performativos dotados de uma função de estabelecer *os limites do sentido e o sentido dos limites ao aplicador*<sup>139</sup>, criando o que o autor chama de supraconstitucionalidade, ou seja, *standards interpretativos* que não encontram qualquer limite legal ou constitucional.

A referida proliferação de princípios, através da compreensão destes como uma abertura interpretativa do direito, é extremamente perigosa em um Estado Democrático de Direito, uma vez que pode implicar num enfraquecimento da força normativa da Constituição na medida em que tais princípios – e seus discursos de

---

<sup>137</sup> STRECK, Lenio. **Eis porque abandonei o “neoconstitucionalismo”**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-mar-13/senso-incomum-eis-porque-abandonei-neoconstitucionalismo>>, acesso em 05 de outubro de 2017.

<sup>138</sup> STRECK, Lenio. **Verdade e Consenso**: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014, p. 542.

<sup>139</sup> STRECK, Lenio. **Verdade e Consenso**: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014, p. 546.

correção – transformem-se em *um álibi para decisões que ultrapassem os próprios limites semânticos do texto constitucional*<sup>140</sup>.

Desta forma, princípios não podem ser considerados hipóteses de abertura interpretativa, uma vez que, se são dotados de caráter deontológico, são deveres, e se são deveres devem *ser levados a sério*, constituindo escopos de ação *sempre*. Em última *ratio*, princípios são padrões decisórios que se constroem historicamente, gerando um dever de obediência<sup>141</sup>, vivenciados socialmente e, por isto, são elevados ao status constitucional, de modo que não pode o magistrado negar vidência a tais padrões em nome de um argumento retórico que legitima qualquer decisão.

#### 3.4. SEGUNDA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A SOCIEDADE QUE SE PROTEGE NO IN DUBIO PRO SOCIETATE NÃO É A MESMA PROTEGIDA NA CONSTITUIÇÃO.

O *in dubio pro societate* concebido como “na dúvida, pronuncie-se em favor da sociedade”, desta forma, além de injustificável, não constitui um princípio. Nascido com o intuito de recepcionar no direito processual penal um suposto *interesse social* na pronúncia de réus, trata-se de um escancarado argumento político, axiológico, e não de um princípio.

Os fundamentos desta teoria de relativização do *in dubio pro reo* e da presunção de inocência, ademais, não são novos, enraizando-se à doutrina fascista e especialmente em Vincenzo Manzini, talvez o grande idealizador do Código de Processo Penal Italiano de 1930 e, conseqüentemente, do CPP de 1941, brasileiro.

Ao se colocar um míope e equivocado interesse da sociedade acima de direitos e garantias individuais constitucionais, o julgador assume a posição de inquisidor, consagrando um processo penal evidentemente autoritário e paranoico, que por certo que não se restringe apenas à inofensiva decisão de pronúncia, mas contamina todo o conjunto probatório e processo até então produzido e que será posteriormente julgado pelo Conselho de Sentença.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 545.

<sup>141</sup> STRECK. Lenio Luiz. **O que é decidir por princípios? A diferença entre a vida e a morte.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-06/senso-incomum-decidir-principios-diferenca-entre-vida-morte>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

Desta feita, responde-se: a sociedade que tem interesse na *verdade real dos fatos* e na punição a todo custo não é a mesma que instituiu um Estado Democrático na Constituição Federal de 1988<sup>142</sup>. É, em realidade, uma sociedade que não vê problemas em decisionismos, arbitrariedades e supraconstitucionalidade.

Neste Trabalho, destarte, rechaça-se tal posição, reconhecendo a presunção de inocência como um dever de obediência, ou seja, um verdadeiro princípio, expressamente previsto tanto no art. 5º, inc. LVII, da Constituição Federal, como no art. 8º, 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica). Presunção esta, ademais, que se apresenta em três dimensões distintas: (i) como dimensão de tratamento<sup>143</sup>, ou seja, qualquer imputado deve ser tratado como inocente até que sobrevenha sentença penal condenatória irreversível; (ii) como dimensão probatória, orientando-se pela máxima do *in dubio pro reo* e colocando no órgão acusatório o *dever* de comprovar a materialidade e autoria descritas na denúncia, de modo que, não sendo capaz de fazê-lo, o acusado deverá ser absolvido; (iii) como dimensão de garantia contra opressões tanto advindas do Poder Público, da mídia, ou até da *societate*<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> Conforme ressaltado no próprio Preâmbulo da Constituição de 1988.

<sup>143</sup> Ressalte-se que não será utilizado neste trabalho as expressões “regra de tratamento”, “regra probatória” e “regra de garantia”, com o intuito de não realizar confusões com a forma que se trabalhou os conceitos de regras e princípios até aqui.

<sup>144</sup> CASARA, Rubens. **Uma ilustre desconhecida: a presunção de inocência**. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/01/17/uma-ilustre-desconhecida-presuncao-de-inocencia/>>; acesso em 22 de outubro de 2017.

#### 4. DISCUSSÕES PROCESSUAIS: A NATUREZA DA DECISÃO, SUA CARGA DECISÓRIA E A QUESTÃO DA DÚVIDA NA PRONÚNCIA

*O juízo é um mecanismo delicado como um aparato de relojoaria: basta trocar a posição de uma pequena engrenagem para que todo o mecanismo resulte desequilibrado e comprometido*<sup>145</sup>.

Morais da Rosa alerta: para se compreender o *jogo processual penal*, muito mais do que se estudar as normas processuais em cotejo, é necessário conhecer os variados e muitas vezes contraditórios sentidos estabelecidos pela doutrina e jurisprudência<sup>146</sup>. De fato, cada unidade jurisdicional parece ter um *regramento próprio*, mesmo que tal constatação costume ser sufocada em nome de uma pretensa e pouco crível *objetividade e neutralidade*<sup>147</sup> (sim, ainda hoje).

Entretanto, se o objetivo deste Trabalho é auxiliar na construção de um processo penal em consonância com os direitos e garantias individuais fundamentais, com a presunção de inocência constituindo um verdadeiro ponto de partida<sup>148</sup>, é necessário voltar-se à norma.

Neste Capítulo, portanto, serão estudadas as pequenas e delicadas engrenagens processuais que compõem a pronúncia. Seu escopo, significação e relevância neste processo penal que se propõe *constitucionalizado*. A espinhosa questão da *dúvida*, ademais, será enfrentada: afinal, na dúvida, deve o magistrado pronunciar?

Traz-se à discussão, neste momento, a trama kafkaniana *Na Colônia Penal*, de 1914. Nesta curta e ao mesmo tempo complexa novela, retrata-se a história de um explorador que, ao visitar certa ilha com o intuito de presenciar uma antiga prática penal local, depara-se com uma bárbara – e literal – *máquina* de execução de pena: através de diversos e precisos rastelos de vidro e amarras, um aparelho mecânico gravava a sentença no corpo do próprio apenado, em um verdadeiro espetáculo popular. Ao final do *processo*, o violento mecanismo provocava a lenta e dolorosa morte do sentenciado (ou seria ‘*reeducando*’?), gerando uma grande catarse social.

---

<sup>145</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 806; *Apud* CARNELUTTI, Francesco. **Derecho Procesal Civil y Penal**. Tradução: Enrique Figueroa Alfonzo. Mexico: Episa, 1997, p. 342.

<sup>146</sup> MORAIS DA ROSA, Alexandre. **Guia Compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014, p. 41.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 98.



Na referida *Colônia Penal*, o processo era integralmente conduzido pela figura do *Oficial*, personagem que cumulava a função de acusador, juiz e *operador da máquina* de execução da Colônia. Tratando da máquina como se fosse *sua*, o Oficial relembra nostálgico das grandes execuções públicas e de como a população comparecia ao espetáculo nos tempos áureos e assistia maravilhada.

Mesmo lá, a mortífera máquina, que literalmente *tatuava* a sentença no corpo dos apenados até a morte, entrou em desuso. O *Oficial*, longe de reconhecer o caráter bárbaro e brutal da *sua* máquina, porém, decide finalmente se colocar no local dos sentenciados. Literalmente, porém. Na trama de Kafka, diante da adquirida impopularidade daquele procedimento, o *Oficial* prefere se tornar vítima do próprio equipamento do que reconhecer sua absurdez, morrendo após os rastelos terem rabiscado em seu peito a expressão “*Seja justo*”.

*- As coisas se passam da seguinte maneira. Fui nomeado juiz aqui na colônia penal. Apesar da minha juventude. Pois em todas as questões penais estive lado a lado com o comandante e sou também o que melhor conhece o aparelho. O princípio o qual tomo decisões é: a culpa é sempre indubitável. [...] São estes os fatos. Faz uma hora o capitão se dirigiu a mim, tomei nota das suas declarações e em seguida lavei a sentença. Depois determinei que pusessem o homem na corrente. Tudo isso foi muito simples. Se eu tivesse primeiro intimado e depois interrogado o homem, só teria surgido confusão. Ele teria mentido, e se eu o tivesse desmentido, teria substituído essas mentiras por outras e assim por diante. Mas agora eu o agarrei e não largo mais, está tudo esclarecido?*<sup>149</sup>

#### 4.1. A REFORMA DE 2008 E A INFELIZ EXCLUSÃO DO LIBELO NA SISTEMÁTICA DO JÚRI.

Uma das novidades trazidas pela Lei nº. 11.689/2008, que reformou o procedimento do Júri, foi a exclusão do libelo, peça promovida pela acusação em momento imediatamente posterior à decisão confirmatória da pronúncia, que inaugurava a segunda fase do Júri (*judicium causae*)<sup>150</sup>. No libelo eram apresentados os fatos criminosos, circunstâncias, agravantes e atenuantes em que o réu estava

<sup>149</sup> KAFKA, Franz. **O veredicto / Na colônia penal**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 37 a 39.

<sup>150</sup> ASSI. José Marçal de Ataíde. **Guia Prático da Denúncia e do libelo**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1996, p. 89.

sendo acusado<sup>151</sup>, através de proposições simples e diretas, sempre de acordo com a pronúncia anteriormente proferida<sup>152</sup>.

As justificativas para a exclusão do referido ato processual são rigorosamente as mesmas que conformaram todas as reformas parciais do CPP de 1941: a necessidade de eficiência, a simplificação e celeridade do processo penal, a *excessiva morosidade que o libelo trazia*<sup>153</sup>, a fonte inesgotável de nulidades que provocava<sup>154</sup>...

Não se notou, todavia, que o libelo acusatório certamente cumpria relevantíssima função em um direito processual penal que se pretende democrático: era esta manifestação que fixava a imputação a ser julgada pelo Tribunal do Júri<sup>155</sup>.

Aumentou-se exponencialmente a relevância da pronúncia, portanto, adquirindo a função de delimitar a imputação que será objeto de julgamento posterior pelo Tribunal do Júri. Em resumo, atribuiu-se ao juízo uma tarefa que tradicionalmente é da acusação, qual seja, de comunicar o juiz natural (no caso, o Conselho de Sentença a ser formado) o possível cometimento, por parte do imputado, de um fato definido como crime<sup>156</sup> doloso contra a vida.

A consequência da retirada do libelo é tão simples quanto trágica: quando o próprio juízo *fixa* a imputação do acusado e a encaminha ao Júri (que, ressalte-se, lerá todo o conteúdo da decisão), a imparcialidade resta abalada, ou pior. A acusação, por sua vez, deixa de sustentar a sua respectiva tese em Plenário, defendendo, a partir de então, a imputação arguida pelo próprio magistrado, o mesmo que determina a pronúncia “*em favor da sociedade*”.

Sabe-se que a referida reforma dispôs que durante os debates orais as partes não podem mencionar a decisão de pronúncia, conforme art. 478, inc. I do CPP. Além de criar um obstáculo – certamente insuperável – ao demandar que a acusação não

<sup>151</sup> CALLEGARI, André Luís; Wedy, Miguel Tedesco (Orgs.). **Reformas do Código de Processo Penal**. Porto Alegre: Livrari do Advogado, 2009, p. 143.

<sup>152</sup> ASSI. José Marçal de Ataíde. *Op. Cit.*, p. 89-90.

<sup>153</sup> NUNES, Regina Lopes Dias. **Tribunal do Júri – alterações no procedimento (instrução preliminar, pronúncia, jurados e quesitação)**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/tribunal-do-j%C3%BAri-altera%C3%A7%C3%B5es-no-procedimento-instru%C3%A7%C3%A3o-preliminar-pron%C3%B4ncia-jurados-e-quesit>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

<sup>154</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 11ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009, p. 719.

<sup>155</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Reformas Parciais do processo penal: Breves apontamentos críticos**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/reformas-parciais-do-processo-penal-breves-apontamentos-criticos-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 18 de outubro de 2017.

<sup>156</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Correlação entre acusação e sentença**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2000, p. 71 a 73.

se refira ao documento que exatamente demarcou os limites acusatórios, todavia, tal vedação cai por terra quando o mesmo diploma legal, no art. 472, parágrafo único, estabeleceu que ao jurado será apresentada a decisão de pronúncia, em momento imediatamente anterior ao início da sessão de julgamento.

Tal procedimento, portanto, muito mais do que promover celeridade ou eficiência, tem como necessária consequência o desequilíbrio entre as partes, afetando diretamente a *paridade de armas* entre defesa e acusação<sup>157</sup>. Além de se defender da acusação, o *imputado* se vê adstrito a contraditar a figura do próprio magistrado em juízo, detentor de enorme poder simbólico e representante da *presença encarnada do Poder Judiciário*<sup>158</sup>.

Resta claro, destarte, que a exclusão do libelo acusatório consistiu em uma ofensa ao princípio da Imparcialidade, construindo uma sistemática em que a própria decisão jurisdicional de pronúncia constitui não apenas um juízo de admissibilidade, mas a verdadeira imputação – acusatória – que será julgada pelo Conselho de Sentença.

#### 4.2. O LOCAL QUE A PRONÚNCIA OCUPA NUM DIREITO PROCESSUAL PENAL DEMOCRÁTICO

No decorrer da pesquisa empírica realizada neste Trabalho, constatou-se que a pronúncia constitui o grande padrão na sistemática processual penal construída pela jurisprudência de segunda instância do TJ-PR. Todas as demais decisões, sejam de absolvição sumária, impronúncia ou de desclassificação, aparecem como *secundárias*, em estreitíssimas e delimitadas hipóteses.

Com a construção da pronúncia como simples decisão processual de caráter declaratório, tendo vigência o *in dubio pro societate*, foi de fato disseminado que a absolvição sumária somente seria possível quando *evidenciada*, de forma *inquestionável e indene de dúvidas*, provas *cabais e concretas* de ausência de autoria, atipicidade do fato ou superveniência de alguma hipótese de excludente de ilicitude

---

<sup>157</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Reformas Parciais do processo penal: Breves apontamentos críticos**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/reformas-parciais-do-processo-penal-breves-apontamentos-criticos-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 18 de outubro de 2017.

<sup>158</sup> *Idem*.

ou culpabilidade<sup>159</sup>. A impronúncia, por sua vez, verificável apenas em casos de *absoluta ausência* de prova da existência do crime ou de indícios de autoria<sup>160</sup>. A desclassificação, por último, somente cabível quando constatada prova *inconteste* de ausência de *animus necandi*.

É como se a pronúncia constituísse um natural destino no procedimento do Júri, um ponto de chegada direto e acessível, sem qualquer esforço. As outras decisões nesta fase processual, por sua vez, demandam dantesco empenho e labor do julgador, constituindo verdadeiras exceções. Em suma, exige-se fundamentação muito maior para impronunciar/absolver/desclassificar do que para enviar o acusado a Júri.

#### 4.2.1. A pronúncia como decisão interlocutória mista não terminativa, e não sentença.

Conforme se tratou no tópico 1.3 deste Trabalho, a discussão a respeito de se a pronúncia constitui uma decisão interlocutória ou uma sentença passa ao largo da dominante jurisprudência paranaense, que por vezes em uma mesma decisão reconhece a pronúncia como sentença e, duas linhas depois, consagra-a como decisão interlocutória. Tal imprecisão não é exclusividade do Judiciário, e possivelmente foi causada pela confusão terminológica presente no próprio CPP brasileiro: na redação original, de 1941, optou-se pela adoção da expressão *sentença de pronúncia* em diversos dispositivos legais, alguns ainda hoje vigentes (como o art. 373, inc. II, e o art. 564, inc. III, 'f'); enquanto isso, a reforma de 2008 promovida pela Lei nº. 11.689/2008 passou a adotar não mais o termo sentença, mas sim *decisão de pronúncia*.

A necessidade de se estudar a natureza da decisão não é meramente de caráter técnico-terminológico, mas tem função essencialmente prática: trata-se de um ponto de partida para analisar seus requisitos, características e efeitos. Mais do que isso: a simples referência a palavra "SENTENÇA", centralizada e em letras garrafais no cabeçalho da pronúncia, certamente não se demonstra como neutra, provocando

---

<sup>159</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.818.

<sup>160</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1554742-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321707/Acórdão-1554742-5>>. Acesso em 18 de junho de 2017.

arrepios tão somente em imaginar os efeitos simbólicos que este mero elemento pode acarretar na subjetividade de um jurado popular<sup>161</sup>.

Entendendo a função do processo penal como o acerto do caso penal<sup>162</sup>, porém, reconhece-se com tranquilidade que a pronúncia não se trata de uma sentença. A explicação, simples: a sentença é o ato pelo qual se *resolve* o mérito do caso penal, a pronúncia não.

A pronúncia, neste sentido, de fato é um acolhimento provisório da acusação<sup>163</sup>, constituindo um juízo de *probabilidade*<sup>164</sup>, encerrando a primeira fase do rito do Júri e encaminhando o processo até então produzido ao Conselho de Sentença a ser formado, diante da existência de provas de materialidade do fato e indícios *suficientes*<sup>165</sup> de autoria ou participação.

É, finalmente, uma decisão interlocutória não terminativa, sendo injustificável o entendimento de que constitui *sentença processual*<sup>166</sup>, tanto replicado pela jurisprudência paranaense. Ora, se constitui um juízo de admissibilidade e não resolve o mérito do caso penal, evidente que a pronúncia não constitui uma sentença penal.

Digno de referência também a concepção de Nunes Bretas a respeito do tema. Em síntese, o autor conclama uma teoria crítica, de fato diversa da sustentada pela jurisprudência majoritária, para concluir que a pronúncia corresponde sim a uma sentença, tendo em vista a necessidade de tratar do mérito do caso penal e da seara probatória na pronúncia. *In verbis*:

*E é, precisamente, aqui, que se interpõe uma questão de ordem intransponível aos que enquadram a pronúncia na moldura das decisões interlocutórias mistas: como é que o juiz decidirá, “fundamentadamente”, de modo a satisfazer à exigência legal, acerca de questões nevrálgicas como a materialidade do crime e a existência de indícios “suficientes” de autoria, se ele não puder triscar o mérito da causa, nem a seara probatória? Como dirá se existem indícios de autoria? Se esses indícios são (in) suficientes? Se a materialidade está provada ou não? Sem embargo, todas essas questões são, positivamente meritórias e o seu enfrentamento, ainda que “perfunctório”, como se tem dito, exige revolvimento da prova dos autos. Para se aferir a “suficiência” dos indícios, é inegável a necessidade de um juízo examinatório da prova constituída. Não se pode aceitar a ideia de que a*

<sup>161</sup> STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do Júri: Símbolos e Rituais**. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 126.

<sup>162</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá Editora Ltda, 1989, p. 135.

<sup>163</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.803.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 807.

<sup>165</sup> Para maiores discussões a respeito da suficiência de indícios, ver tópico 3.2.2 deste Trabalho.

<sup>166</sup> MIRABETE, Julio Frabbrini. Mirabbete. **Código de processo penal interpretado**: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial. São Paulo: Atlas, 2003, p. 1088.

*pronúncia seja mero despacho. É, com efeito, um julgamento. E julgamento de mérito*<sup>167</sup>.

Com absoluto respeito à opinião do autor, discorda-se. Em realidade, todas as decisões têm caráter decisório, produzindo diversos graus de gravames ao imputado. Inclusive esta é a forma de tradicionalmente se cindir decisões e despachos de expediente, sendo que estes não costumam produzir *prejuízos* ao acusado, exatamente por não envolver cargas decisórias<sup>168</sup>. Carga decisória, contudo, não permite que se confunda decisões interlocutórias com sentenças: aquelas podem produzir graves efeitos à esfera individual do acusado e sem dúvida ter fortíssimo caráter constitutivo e decisório, contudo somente estas têm o condão de acertar positivamente (condenando) ou negativamente (absolvendo) o caso penal. Em resumo, a pronúncia não é uma sentença, ao contrário da absolvição sumária, por exemplo.

Neste momento, portanto, resta afirmar que a decisão que confirma a pronúncia do acusado evidentemente não condena, mas encerra a fase da *judicium accusationis*. Trata-se, portanto, de uma decisão interlocutória mista não terminativa, realizando o juízo de probabilidade da acusação, para fins de submeter o acusado a julgamento pelo Júri Popular.

#### 4.2.2. O art. 5º, inc. XXXVIII, da CF, e a problemática questão da dúvida

A maior problemática envolvendo a decisão de pronúncia certamente diz respeito a como deve agir o julgador diante de situações de *dúvida*. Hoje, a regra utilizada é de que a dúvida favorece a *sociedade* e demanda o encaminhamento do réu a Júri.

Ademais, corroborando a tese, diz-se que, sendo o Tribunal do Júri o juízo competente para julgar crimes dolosos contra a vida, conforme o já referido art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição, qualquer decisão que retire a competência deste para julgar o caso penal transgride, de certo modo, a Constituição<sup>169</sup>. Esta seria, ademais, uma das faces do *in dubio pro societate* expressa na jurisprudência pesquisada neste

---

<sup>167</sup> BRETAS, Adriano. **Estigma de Pilatos**: a desconstrução do Mito *in dubio pro societate* da Pronúncia no Rito do Júri e a sua Repercussão Jurisprudencial. Juruá: Curitiba, 2010, p. 25 a 27.

<sup>168</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 892.

<sup>169</sup> OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 708.

Trabalho: na dúvida, encaminhe-se o processo para que a própria sociedade, composta no Júri Popular, proceda o julgamento do caso penal<sup>170</sup>. Relevante, portanto, investigar se este é o melhor tratamento a ser dado para a dúvida na fase da pronúncia.

Antes de mais nada, cumpre desmistificar e dar concretude mínima ao alcance do que se trata como dúvida neste Trabalho. O art. 413, *caput*, do CPP, objetivamente coloca como requisitos para a pronúncia o convencimento a respeito da materialidade do fato e a existência de *indícios suficientes* de autoria e de participação. Se quanto a materialidade delitiva há relativa segurança e consenso em se afirmar que, para se pronunciar um acusado, é necessário *provar* que o fato típico ocorreu; quanto à autoria e participação o limiar da dúvida instaura-se de modo aparentemente insuperável.

A expressão legal “*indícios suficientes*” de certo que é problemática, e está agonizantemente alocada em um paradoxal efeito da linguagem: *tentar dizer o que não se pode*<sup>171</sup>. A normatização da vida dentro de códigos, longe de produzir segurança jurídica, muitas vezes acaba por originar ainda mais imprecisão.

Conforme brilhantemente expõe Morais da Rosa, indagar-se sobre o *significado* de uma palavra não mais faz qualquer sentido, uma vez que a resposta está na falsidade da premissa, no reconhecimento da total impossibilidade de atingir uma resposta única e definitiva<sup>172</sup>. As palavras evidentemente escapam, e o não-dito velado do inconsciente constitui barreira intransponível a qualquer interpretação que se repute objetiva<sup>173</sup>. Ademais, Coutinho leciona: a lei “*não salva ninguém, e o que é pior, denuncia a todos a qualquer momento, por infundáveis motivos dos quais poder-se-ia destacar a impossibilidade de precisão nas relações semânticas*”<sup>174</sup>.

---

<sup>170</sup> “Faz-se necessário a aplicação do princípio *in dubio pro societate*, pois mesmo que não haja certeza, mas se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz deverá pronunciar o acusado, para que a própria sociedade, representada pelos jurados, decida sobre a condenação ou não do acusado, tudo em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso XXXVIII”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002032-17.2015.8.16.0103. Vara Criminal de Lapa do TJ-PR. Relator: marcos Takao Toda. Lapa, PR, data de julgamento 16/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 24 de outubro de 2017.

<sup>171</sup> MORAIS DA ROSA. Alexandre. **Se o jurista inconsciente, o diálogo com a psicanálise é fundamental**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-27/diario-classe-jurista-inconsciente-dialogo-psicanalise-fundamental>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

<sup>172</sup> *Idem*.

<sup>173</sup> *Idem*.

<sup>174</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Glosas ao “Verdade, dúvida e certeza”, de Francesco Carnelutti**. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/backup/glosas-ao-verdade-duvida-e-certeza-de-francesco-carnelutti-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

Talvez a etimologia possa auxiliar. A palavra “dúvida” tem sua raiz etimológica atrelada as latinas palavras *dubium*, *duo*. Decidir, por sua vez, também vem do latim, de ‘*de-cidere*’, ou seja, optar por um caminho e cindir com os demais.

A questão principal é que a dúvida *sempre* existirá no processo penal<sup>175</sup>. Até mesmo após ter sido proferida a decisão ela permanece: se não há como extrair a totalidade ou a *verdade real* dos fatos pelo processo, a decisão é apenas uma escolha. E nada mais<sup>176</sup>.

Ao magistrado, por sua vez, resta a angústia. Ou, no presente caso, a pronúncia. O discurso majoritário, confirmatório da pronúncia, tão natural nos Tribunais nacionais (o Paraná não é uma exclusividade), é reconfortante, retirando das costas do julgador o pesado fardo de decidir em casos de dúvida, e realocando-o no Tribunal do Júri, na sociedade, no artigo 5º da Constituição Federal...

Reconhece-se que evidentemente juiz nenhum tem o interesse de condenar e encarcerar pessoas inocentes (espera-se). Todavia, remeter um acusado à Júri diante da existência de *indícios mínimos*<sup>177</sup>, em decorrência do fato de que a “*mínima dúvida já favorece a sociedade*”<sup>178</sup>, não é apenas uma forma do magistrado se desincumbir da angústia decorrente da decisão, mas sim uma ampla e assustadora transgressão aos direitos individuais fundamentais do acusado.

É, finalmente, uma fraude, uma armadilha dogmática, sofisticada e silenciosa (e aqui Nunes Bretas acerta<sup>179</sup>): atrativo e seduzente, o discurso mostra-se apto a justificar absolutamente qualquer encaminhamento de acusados ao Tribunal do Júri

<sup>175</sup> CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do Processo Penal**. Tradução: Ricardo Rodrigues Gama. Campinas/SP: Russel Editores. Ebook, p. 22.

<sup>176</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Opt. Cit.*

<sup>177</sup> “Diante do exposto, paira dúvida acerca da ocorrência da qualificadora em questão, e em caso de dúvida, em homenagem ao princípio do “*in dubio pro societate*”, deve ser esta submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri. Portanto, havendo indícios mínimos da ocorrência da qualificadora descrita na denúncia, incabível o afastamento desta neste momento, cabendo ao Tribunal do Júri apreciar a questão oportunamente, quando da sessão de julgamento”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001514-44.2010.8.16.0154. Vara Criminal de Santo Antônio do Sudoeste, do TJ-PR. Relatora: Pryscila Barreto Passos. Santo Antônio do Sudoeste, PR, data de julgamento 19/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 24 de outubro de 2017.

<sup>178</sup> “Nessa fase, é aplicável o princípio *in dubio pro societate* e, não o princípio do *in dubio pro reo*, pois, havendo dúvida, por menor que seja, deve o acusado ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, seu Juiz Natural, eis que, nesses casos, a *mínima dúvida já favorece a sociedade*”. ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1591124-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12330337/Acórdão-1591124-7>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

<sup>179</sup> BRETAS, Adriano. **Estigma de Pilatos**: a desconstrução do Mito *in dubio pro societate* da Pronúncia no Rito do Júri e a sua Repercussão Jurisprudencial. Juruá: Curitiba, 2010, p. 18 e 19.



(ou conforme se verificou nesta pesquisa, em 97% deles), sob a roupagem de princípio e pior, arrimando-se em dispositivos constitucionais.

A justificativa é singela: a *soberania do júri* para julgar delitos dolosos contra a vida deve ser exercida em vista dos demais princípios constitucionais, sabidamente a presunção de inocência<sup>180</sup>. E em princípios não se cede, leva-se à sério.

Deste modo, não se pode aceitar que a existência de *elementos mínimos* de autoria e materialidade levem um indivíduo a julgamento pelo Júri, que, ressalte-se, não necessariamente *julga mal*, mas carrega consigo todas as idiossincrasias e pré-juízos estruturais do Poder Judiciário como instituição vista *de fora*<sup>181</sup>.

Mesmo não constituindo um juízo de certeza<sup>182</sup>, e sim de probabilidade, a pronúncia cumpre fundamental papel em um direito processual penal democrático (ainda maior com a fatídica exclusão do libelo acusatório), que é o de constituir um filtro constitucional-processual a denúncias pouco fundadas<sup>183</sup>. Caso contrário, não teria razão sequer para existir!

Neste sentido, o magistrado, quando absolve, de certo está seguro e tem a plena certeza de sua decisão. Não a certeza de que a prova apresentada pela defesa é indene de *dúvidas, absoluta e inquestionável*, mas a certeza de que, diante da razoável e verossímil alegação defensiva e da versão acusatória apresentadas, *faltam provas para pronunciar*<sup>184</sup>. Reitera-se: quando o acervo probatório não indica com firmeza que a tese defensiva de absolvição sumária é inverossímil, a presunção de inocência impera e por óbvio que a dúvida deve ser compreendida em favor do réu.

Retrata-se, ademais, que a presente posição perante a dúvida não implica que somente sejam encaminhados a Júri *réus pré-condenados*, uma vez que “afastada a dúvida” do Júri:

<sup>180</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 806.

<sup>181</sup> Neste sentido, “O Tribunal do júri, na medida em que é um ritual por excelência, é uma instituição que re (articula) mensagens diretamente relacionadas com a sociedade a qual representa”. STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do Júri: Símbolos e Rituais**. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 106.

<sup>182</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Glosas ao “Verdade, dúvida e certeza”, de Francesco Carnelutti**. Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/backup/glosas-ao-verdade-duvida-e-certeza-de-francesco-carnelutti-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

<sup>183</sup> MENEZES, Bruno Seligman; CIPRIANI, Mário Luís Lírio. **A decisão de pronúncia: garantia ao réu culpado ou loteria ao réu inocente?** Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/a-decisao-de-pronuncia-garantia-ao-reu-culpado-ou-loteria-ao-reu-inocente-por-bruno-seligman-de-menezes-e-mario-luis-lirio-cipriani/>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

<sup>184</sup> PEREIRA, Marcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? Eis a questão...O in dubio pro societate como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro**. In: Revista Espaço Acadêmico – nº 117 – Fevereiro de 2011, p. 44.

*Não é verdade. A questão passa pelo sistema escalonado do processo penal, que pode ser progressivo ou regressivo de culpabilidade, sem qualquer problema. O suspeito indiciado hoje não é, necessariamente, o acusado de amanhã; nem o submetido a longa prisão preventiva será logicamente condenado (a não ser que seja adota a presunção de culpabilidade manziniana) [...]. No plenário, quem julga não é mais o mesmo juiz presidente e uma nova situação processual é gerada, a partir do debate e da prova eventualmente produzida naquele momento. Então, são outros julgadores decidindo a partir de outro cenário probatório, ou ainda, noutra situação jurídico-processual<sup>185</sup>. (Comentei, entre parênteses).*

Não se trata, pois, de um julgamento antecipado da *lide* lastreado no direito processual civil<sup>186</sup>, jamais se esquecendo da enorme luta que se travou para o – instável – reconhecimento da autonomia do direito processual penal<sup>187</sup>. Se no processo civil é possível o julgamento antecipado especialmente na hipótese em que *não houver necessidade de produção de novas provas*<sup>188</sup>, no processo penal tal demanda inexistente: não havendo provas e indícios necessários para a pronúncia, simplesmente absolve-se ou impronuncia-se! Em resumo, se o cenário de dúvida não permite concluir que existem indícios suficientes para a *condenação em plenário*<sup>189</sup>, nada autoriza que seja dado andamento ao processo penal, para que se *busquem* novas provas aptas a efetivar tal condenação.

Desta forma, conclui-se: em um processo penal que se pretenda minimamente acusatório e democrático, ademais, a dúvida a respeito da suficiência do acervo probatório para pronunciar demonstra apenas que a acusação não teve êxito em comprovar os fatos alegados em sua denúncia, sendo inaceitável que tal deficiência probatória seja resolvida em desfavor do acusado<sup>190</sup>, portanto.

<sup>185</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 818 e 819.

<sup>186</sup> Neste sentido, manifestam-se expressamente: HOLANDA, Erilene da Costa; SILVA, Ticiane Teixeira. **Da possibilidade de julgamento antecipado da lide no processo penal**. In: Revista Direito e Liberdade – Mossoró – v. 5, n. 1, p. 461 – 480 – mar 2007; p. 467.

<sup>187</sup> PILATI, Aline Guidalli. **Juízo de Admissibilidade da Ação Penal à luz da Democracia Processual Penal**: exercício do Contraditório Prévio e dever de Motivação. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 69.

<sup>188</sup> Conforme art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil (art. 330 do antigo CPC). *In verbis*: “Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas [...]”.

<sup>189</sup> PEREIRA, Marcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? Eis a questão...O in dubio pro societate como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro**. In: Revista Espaço Acadêmico – nº 117 – Fevereiro de 2011, p. 45.

<sup>190</sup> RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 576.

#### 4.2.3. O necessário reconhecimento da carga decisória no juízo de probabilidade da pronúncia

Ao retratar a pronúncia como um *mero juízo de admissibilidade*, a jurisprudência pesquisada – de modo basicamente uníssono – consagra esta decisão como dotada de conteúdo exclusivamente declaratório e de caráter nitidamente processual<sup>191</sup>.

Nada mais falacioso, a não ser que se ignore o quanto o processo penal *pesa* sobre o imputado<sup>192</sup>. Inquestionável que o próprio processo penal se assemelha hoje a uma verdadeira *pena*, muitas vezes tão gravosa quanto a própria punição decorrente da sentença penal condenatória (ou até maior)<sup>193</sup>. As chamadas *penas processuais*, produtos de um escopo de punição antecipada, intimidação polícial, estigmatização social e midiática<sup>194</sup>, são reais.

A própria noção de temporalidade sem dúvidas está intimamente atrelada a *poder*: quem *está em condições de impor aos demais o seu ritmo, dinâmica e temporalidade*<sup>195</sup> se apossa de imensurável poder com relação ao indivíduo acusado. A pronúncia, por sua vez, constituindo forte demonstração de poder do Estado em direção ao indivíduo, não foge à regra, e não é por acaso que a pronúncia é uma das causas interruptivas da prescrição penal<sup>196</sup>.

A reforma promovida pela Lei nº. 11.689/2008, ademais, aumentou ainda mais a relevância da pronúncia, como aludido alhures. A exclusão do libelo acusatório na sistemática do júri implicou na necessária nova – e inconstitucional – função da pronúncia em fixar a imputação que será levada a Júri. Em total contrassenso,

<sup>191</sup> Conforme julgados referidos no tópico 1.2; bem como: “Assim, com a pronúncia, o juiz julga apenas ser admissível o *jus accusationis*. A sentença aí, tem caráter nitidamente processual (Fernando da Costa Tourinho Filho, in *Processo Penal*, vol. 4, p. 25)”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000348-85.2001.8.16.0026. Vara do Plenário do Tribunal do Júri de Campo Largo, do TJ-PR. Relator: Marcos Antonio da Cunha Araújo. Campo Largo, PR, data de julgamento 28/10/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

<sup>192</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá Editora Ltda, 1989, p. 148.

<sup>193</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. 2 ed. Tradução: Ana Paula Zomer Sica; Fauzi Haddan Choukr; Juarez Tavares; Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 588.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 587.

<sup>195</sup> LOPES JR., Aury. **O tempo como pena processual**: em busca do direito de ser julgado em um prazo razoável. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=458](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=458)>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

<sup>196</sup> Conforme art. 117, inc. II, do CP. *In verbis*:

“Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: [...] II – pela pronúncia”.

reconhece-se a natureza declaratória da pronúncia para *evitar julgamentos prévios que possam influenciar o ânimo dos jurados*, mas não se vê problemas em pronunciar acusados *em nome da sociedade* ou em se realizar outras assertivas que interferem sim na subjetividade do jurado<sup>197</sup>.

Finalmente, é evidente que a pronúncia de um acusado a Júri representa um imenso risco tanto ao acusado como à administração da justiça diante do julgamento mediante a íntima convicção de jurados populares<sup>198</sup>. Não se trata, portanto, de decisão simplesmente processual, de caráter meramente declaratório<sup>199</sup> e, mais uma vez, deve ser levada a sério pelo julgador.

De forma alguma a pronúncia realizada mediante fracas bases probatórias pode estar em consonância com o texto constitucional<sup>200</sup>, devendo os magistrados assumirem posturas mais responsáveis e menos burocráticas na condução dos processos submetidos ao rito do Júri<sup>201</sup>. A soberania do júri no julgamento dos delitos legados ao Júri, em realidade, somente comprova a necessidade de um significativo controle jurisdicional, uma vez que, sentenciado o acusado, dificilmente o veredicto poderá ser alterado.

#### 4.3. TERCEIRA CONCLUSÃO PRELIMINAR: A PRONÚNCIA PRECISA SER LEVADA A SÉRIO

<sup>197</sup> Com a máxima vênia, utiliza-se como exemplo a seguinte decisão de pronúncia compreendida no universo de pesquisa deste Trabalho, que inicialmente reconhece a impossibilidade de uma análise mais detida do juízo, com o intuito de evitar a interferência da pronúncia no ânimo dos jurados, mas afirma, poucas páginas após, que as qualificadoras *restaram comprovadas*, e que o *motivo fútil é flagrante*: “Aliás, uma análise mais detida pelo juiz, nesta oportunidade, poderia interferir no ânimo dos jurados, o que é defeso, conforme expressa previsão legal no Código de Processo Penal, prevista no art. 413, parágrafo 1.º. [...] No que diz respeito às qualificadoras, estas restaram comprovadas. Primeiramente, imperioso ressaltar que o motivo fútil é flagrante. [...] Há testemunhos de que a vítima já se encontrava embriagada. No que se refere aos réus, estes sequer tinham um relacionamento com a namorada do adolescente e, mesmo assim, aderiram a conduta do menor ao participarem do homicídio e dos demais delitos. Portanto, denota-se que motivo foi extremamente desproporcional ao resultado produzido”. ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001890-47.2015.8.16.0124. Vara Criminal de Palmeira, do TJ-PR. Relator: Gabriel Ribeiro de Souza Lima. Palmeira, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

<sup>198</sup> PEREIRA, Marcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? Eis a questão...O in dubio pro societate como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro**. In: Revista Espaço Acadêmico – nº 117 – Fevereiro de 2011, p. 45.

<sup>199</sup> Como mais uma vez bem notou Adriano Bretas.

<sup>200</sup> BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 665.

<sup>201</sup> LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 819.

A pronúncia, portanto, é decisão interlocutória que realiza um juízo de probabilidade no direito processual penal e, mesmo não constituindo sentença de mérito, não perde sua relevantíssima função.

Adquiriu ainda maior protagonismo com as reformas processuais parciais de 2008 e com a infeliz exclusão do libelo acusatório na sistemática do Júri. Assim sendo, é absolutamente incompatível com a Constituição Federal qualquer tentativa retórica de reduzir sua importância, de modo que o julgador deve levá-la a sério.

Linguagem comedida não se confunde com ausência de fundamentação, de modo que a mera existência de *mínimos indícios* não permite a pronúncia de um acusado. A competência do júri para julgar crimes dolosos contra a vida não se sobrepõe, de forma alguma, à presunção de inocência e ao *in dubio pro reo*, sendo certo que tais normas devem ser exercidas em conjunto, uma limitando e garantindo a outra.

A dúvida, ademais, *sempre* irá existir no processo, especialmente em decorrência da total impossibilidade e inadequação em se buscar a *verdade real* do caso penal. Nem mesmo a decisão a sanará totalmente.

Apesar de reconfortante, tais *arrimos teóricos* são inconstitucionais, permitindo o envio de um acusado a júri popular sem o substrato probatório minimamente consistente. Retirar do Tribunal do Júri tais casos penais não é, de modo algum, usurpar a competência deste ou inviabilizá-la, mas sim o garantir.

Pugna-se neste Trabalho, portanto, por uma pronúncia em que todas as garantias constitucionais-processuais tenham plena vigência, considerando-se que princípios têm caráter deontológico, demandando um *dever ser* em todas as oportunidades.

## 5. CONCLUSÃO – PELA DEMOCRACIA COMO IDEOLOGIA E PELA PRONÚNCIA COMO RESPONSÁVEL FILTRO CONSTITUCIONAL-PROCESSUAL

*Na fase final da nossa jornada, deixaremos que a claridade entre e ilumine esses cantos sombrios da psique humana. É chegado o momento de acentuar o positivo, e de eliminar o negativo. [...] Enquanto reconhecemos o poder das forças das circunstâncias de influenciar a maioria de nós a nos comportarmos mal em muitos contextos, também deixo claro que não somos escravos desse mesmo poder. É por meio da compreensão de como operam tais forças que poderemos resistir, confrontar, e impedir que elas nos levem à tentação indesejável. Tal reconhecimento pode nos liberar do subjugo do poderoso alcance da conformidade, submissão, persuasão, e outras forças de influência e de coerção social<sup>202</sup>.*

O local que a pronúncia ocupa em um processo penal democrático, portanto, é o de filtro constitucional-processual, com *plena* vigência do *in dubio pro reo* e em estrito e rigoroso cumprimento das garantias constitucionais-processuais<sup>203</sup>.

Não se pode olvidar que à democracia somente é possível caminhar através de uma opção *ideológica*: *exige que se mostre a cara; que não se esconda atrás das aparências, das abstrações, muito menos dos textos legais*<sup>204</sup>. A força normativa da Constituição certamente está no equilíbrio proporcionado pelos *limites constitucionais da política*<sup>205</sup>, através da observância dos princípios constitucionais, portanto.

No pequeno universo que abrangeu a pesquisa empírica deste Trabalho, nos cem recursos em sentido estrito e suas respectivas decisões de pronúncia analisados, observou-se uma consistente e dominante jurisprudência de matriz inquisitória e distante do constitucional princípio da presunção de inocência. Verificou-se também, todavia, com bastante surpresa, uma decisão (e somente uma) que realiza a correta e necessária negação do *in dubio pro societate*. A decisão, de autoria do Juiz de Direito Antonio Sergio Bernardinetti David Hernandez, da 1ª Vara Criminal de União da Vitória, vale a transcrição:

<sup>202</sup> ZIMBARDO, Philip. **O efeito Lúcifer**: como pessoas boas se tornam más. Rio de Janeiro: Record, 2012.

<sup>203</sup> STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – o assustador manifesto contra a bandidolatria?** Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-ago-10/senso-incomum-isto-assustador-manifesto-bandidolatria>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

<sup>204</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Glosas ao “Verdade, dúvida e certeza”, de Francesco Carnelutti**. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/backup/glosas-ao-verdade-duvida-e-certeza-de-francesco-carnelutti-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

<sup>205</sup> FIORAVANTI, Maurizio. **Costituzione**. Bologna: il Mulino, 1999, p. 161.

*O conhecido postulado in dubio pro societate, ademais, em nosso modesto entender, está equivocado, pois parte de uma falsa premissa de que os requisitos para a sentença de pronúncia são os mesmos da sentença de mérito condenatória, o que, por óbvio, não ocorre. [...].*

*Noutros termos, ousou afirmar que a velha e desgastada afirmação de que a decisão de pronúncia pauta-se pelo in dubio pro societate está completamente equivocada, ou, ao menos, superada pela Lei nº 11.689/2008, que deu nova redação ao art. 414 do CPP. Até porque, havendo dúvidas quanto à materialidade e indícios de autoria, é peremptória a impronúncia do acusado<sup>206</sup>.*

O referido entendimento, apesar de minoritário, não é único<sup>207</sup>. Paulatinamente se reconhece a ilegitimidade do *in dubio pro societate* e demais práticas inquisitoriais na pronúncia, mesmo que tal dissidência seja dissipada frente a esmagadora maioria jurisprudencial que se aparenta inerte à ‘*re-flexão*’.

É momento, pois, de se repensar o *in dubio pro societate*, que cada vez parece adquirir maior relevância não apenas na pronúncia, mas em todo o processo penal. Alastrou-se: do recebimento da denúncia no procedimento ordinário<sup>208</sup> à execução penal<sup>209</sup> (pasmem!).

Não basta que “*boa parte dos magistrados já se envergonhe*” de utilizar o *in dubio pro societate* em suas decisões de pronúncia: muito mais do que isso, é necessário enfrentá-lo, desvelá-lo, colocá-lo em evidência... tudo para permitir sua superação. O Estado Democrático de Direito, perdido na contemporânea pós-democracia, conforme bem retrata Casara, somente será reestabelecido com “a

<sup>206</sup> ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0003686-20.2015.8.16.0174. 1ª Vara Criminal de União da Vitória, do TJ-PR. Relator: Sergio Bernardinetti. União da Vitória, PR, data de julgamento 11/12/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

<sup>207</sup> No Paraná, muita relevância ganhou um julgado de relatoria do Des. José Mauricio Pinto de Almeida, em 2009, quando corretamente afirmou: “*Se perdura a incerteza, mister se faz se opere em benefício daquele contra qual a acusação não encontrou meios suficientes a apontar a alegada conduta criminosa. Encaminhar-se a ré a júri, sobre o fundamento de que estaria, na verdade, resguardando os princípios constitucionais da soberania dos veredictos e do juízo natural não se harmoniza com a própria instituição garantista que caracteriza o Tribunal do Júri*”. ESTADO DO PARANÁ. Embargos Infringentes 445.954-3/01. 2ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. José Mauricio Pinto de Almeida. Curitiba, PR, data de julgamento 19/02/2009.

<sup>208</sup> ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 16190317 PR. 2ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Laertes Ferreira Gomes. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/455323342/recurso-em-sentido-estrito-rse-16190317-pr-1619031-7-acordao>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

<sup>209</sup> ESTADO DE SÃO PAULO. Agravo de Execução Penal. EP 00249713020158260000 SP 0024971-30.2015.8.26.0000. 8ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP. Relator: Alcides Malossi Junior. São Paulo, SP, data de julgamento 18/08/2015. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/221645493/agravo-de-execucao-penal-ep-249713020158260000-sp-0024971-3020158260000>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

*consciência de que o temor deve ser superado em nome da concretização dos direitos e das garantias fundamentais*<sup>210</sup>.

Imperioso se reconhecer, de uma vez por todas, que a pronúncia vista da forma como é tratada pela jurisprudência dominante, portanto, não é democrática. Não se pode tolerar o envio de um acusado ao gravíssimo e quase irreversível julgamento do Tribunal do Júri sem que existam *concretos, fortes e fundados* indícios de autoria. É inaceitável, ademais, considerar que esta conduta beneficie de qualquer forma a sociedade, enterrando de vez a cada vez mais restrita e combalida presunção de inocência.

Finalmente, remete-se ao questionamento *presente* no título deste Trabalho. Afinal, a dúvida favorece que sociedade? Neste sentido, conforme o estudo realizado, dois caminhos aparecem como clareiras no horizonte.

De um lado, tem-se uma sociedade em que direitos e garantias individuais pouco importam frente uma fortíssima sanha pela punição, tão vingativa quanto a das *Erínias*, de Oresteia. Aqui, tal qual na sociedade fascista, o indivíduo se subordina à sociedade e somente “é” na medida em que se faz por esta reconhecido. O Estado, por sua vez, personifica-se no que ele mesmo considera como interesses sociais, coibindo sumariamente qualquer mínima possível ameaça aos *valores* que considera mais sensíveis, inclusive políticos. Tais restrições, porém, parecem pouco importar à sociedade, enquanto parecem sempre se direcionar ao *outro*. Direitos e garantias individuais, nesta ótica, são subordinados aos referidos valores e políticas sociais, sendo as transgressões daqueles meros *desvios necessários* ao atingimento dos objetivos da nação.

Do outro lado da encruzilhada, tem-se a sociedade que efetivamente se importa com os direitos e garantias fundamentais atribuídas. Nem tudo por ali são flores: os crimes ocorrem da mesma forma, e, por vezes, *réus culpados* são absolvidos por ausência de prova acusatória produzida. Ali, porém, a presunção de inocência garantirá que até mesmo as minorias de qualquer ordem tenham seus direitos respeitados, de modo que se constrói um sistema processual penal que se preocupa, antes de mais nada, em se limitar o poder punitivo estatal. Os princípios são levados a sério e ali, *in dubio pro societate* representa o mesmo que o *in dubio pro reo*. Sempre.

Basta ao leitor, finalmente, a *(de)cisão*.

---

<sup>210</sup> CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017, p. 221.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

AMARAL, Augusto Jobim. **A pré-ocupação de inocência no processo penal**. In: Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 62, pp. 85 - 115, jan./jun. 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_arendt\\_origens\\_totalitarismo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf)>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

ASSI, José Marçal de Ataíde. **Guia Prático da Denúncia e do libelo**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1996.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Correlação entre acusação e sentença**. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2000.

\_\_\_\_\_. **Processo Penal**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Revan: Rio de Janeiro, 1999.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**: na encruzilhada da ordem e da revolta. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

BOSWORTH, Richard J.B. **The Italian Dictatorship**: Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism, London: Arnold, 1998.

BRETAS, Adriano. **Estigma de Pilatos**: a desconstrução do Mito *in dubio pro societate* da Pronúncia no Rito do Júri e a sua Repercussão Jurisprudencial. Juruá: Curitiba, 2010.

CALLEGARI, André Luís; Wedy, Miguel Tedesco (Orgs.). **Reformas do Código de Processo Penal**. Porto Alegre: Livrari do Advogado, 2009.

CANÁRIO, Pedro. **“Direito não pode ser corrigido por valores morais”**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-abr-02/valores-morais-nao-podem-nortear-principios-juridicos-lenio-streck>>, acesso em 03 de outubro de 2017.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do Processo Penal**. Tradução: Ricardo Rodrigues Gama. Campinas/SP: Russel Editores. Ebook.

CARVALHO, Salo. **Considerações sobre o discurso das reformas processuais penais**. In: Doutrina (13). Rio de Janeiro: Instituto de Direito, 2002. p. 316 – 339.

CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. **Realidade e Ideologia no Sistema de Justiça Criminal.** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/01/30/realidade-e-ideologia-no-sistema-de-justica-criminal/>>, acesso em 23 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma ilustre desconhecida: a presunção de inocência.** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/01/17/uma-ilustre-desconhecida-presuncao-de-inocencia/>>; acesso em 22 de outubro de 2017.

COSTA, Pietro. Civitas. **Storia della cittadinanza in Europa**, vol. 4: L'età dei totalitarismi e della democrazia. Roma e Bari: Laterza, 2001.

\_\_\_\_\_; ZOLO, Danilo. **O Estado de Direito**: história, teoria, crítica. Tradução: Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal.** Curitiba: Juruá Editora Ltda, 1989.

\_\_\_\_\_. **Glosas ao “Verdade, dúvida e certeza”, de Francesco Carnelutti.** Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/backup/glosas-ao-verdade-duvida-e-certeza-de-francesco-carnelutti-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro.** Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 15, n. 175, p. 11-13, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **O papel do novo Juiz no Processo Penal.** Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/backup/o-papel-do-novo-juiz-no-processo-penal-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 19 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Por que sustentar a democracia do sistema processual penal brasileiro?** Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/por-que-sustentar-a-democracia-do-sistema-processual-penal-brasileiro-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>. Acesso em 10 de julho 2017.

\_\_\_\_\_. **Reformas Parciais do processo penal: Breves apontamentos críticos.** Disponível em: <<http://emporiiodireito.com.br/backup/reformas-parciais-do-processo-penal-breves-apontamentos-criticos-por-jacinto-nelson-de-miranda-coutinho/>>, acesso em 18 de outubro de 2017.

RONALD, Dworkin. **Levando os direitos a sério.** Tradução: Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002

ÉSQUILO. **Oréstia.** 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: Teoria do Garantismo Penal. 2 ed. Tradução: Ana Paula Zomer Sica; Fauzi Haddan Choukr; Juarez Tavares; Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FIORAVANTI, Maurizio. **Costituzione.** Bologna: il Mulino, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Vozes: Petrópoles, 1999

GERMINARIO, Francesco. **Fascismo e antisemitismo**. Progetto razziale e ideologia Totalitaria, Rome and Bari: Laterza, 2009.

GIACOMOLLI, Nereu José. **Algumas marcas inquisitoriais do Código de Processo Penal brasileiro e a resistência às reformas**. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 143-165, 2015, p. 4. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22197/rbdpp.v1i1.8>>. Acesso em 11 de outubro de 2017.

GIAMBERARDINO, André; PAVARINI, Massimo. **Teoria da Pena e Execução Penal: uma Introdução Crítica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012

GUEDES, Néviton. **O direito de ser bem acusado, ou nem tudo pode numa acusação**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-08/constituicao-poder-direito-bem-acusado-ou-nem-tudo-numa-acusacao>>; acesso em 3 de setembro de 2017.

HEIDEGGER, Martin. **Qu'est-Ce Que La Philosophie?** In. Col. Os Pensadores. Tradução: Ernildo Stein, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2005.

HOLANDA, Erilene da Costa; SILVA, Ticiane Teixeira. **Da possibilidade de julgamento antecipado da lide no processo penal**. In: Revista Direito e Liberdade – Mossoró – v. 5, n. 1, p. 461 – 480 – mar 2007.

KAFKA, Franz. **O veredicto / Na colônia penal**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KARAM, Henrique. **A Oresteia e a origem do Tribunal do Júri**. In: Revista Jurídica – UNICURITIBA, vol. 04, nº. 45, Curitiba, 2016, p. 81. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1764/1156>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **O tempo como pena processual: em busca do direito de ser julgado em um prazo razoável**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=458](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=458)>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Tribunal do júri precisa passar por uma reengenharia processual**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-08/limite-penal-tribunal-juri-passar-reengenharia-processual>>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

MARRAFON, Marco Aurélio. **Quadro mental paranoico não pode imperar na solução de casos jurídicos**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-jul-14/constituicao-poder-quadro-mental-paranoico-nao-imperar>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

MANZINI, Vincenzo. **Trattato di Diritto Processuale Penale Italiano**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1956.

MENEZES, Bruno Seligman; CIPRIANI, Mário Luís Lírio. **A decisão de pronúncia: garantia ao réu culpado ou loteria ao réu inocente?** Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/a-decisao-de-pronuncia-garantia-ao-reu-culpado-ou-loteria-ao-reu-inocente-por-bruno-seligman-de-menezes-e-mario-luis-lirio-cipriani/>>. Acesso em 26 de outubro de 2017.

MIRABETE, Julio Frabbrini. Mirabbete. **Código de processo penal interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial**. São Paulo: Atlas, 2003

MOSSE, George L. **The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity**. Oxford: Thamesman Publications, Oxford Brookes School of Business imprint, 1994.

MUSSOLINI, Benito. **Discorso sulla Fondazione dei Fasci di Combattimento**. Disponível em: <<http://www.raistoria.rai.it/articoli/la-fondazione-dei-fasci-di-combattimento/35305/default.aspx>>, acesso em 10 de outubro de 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2008.

NUNES, Regina Lopes Dias. **Tribunal do Júri – alterações no procedimento (instrução preliminar, pronúncia, jurados e quesitação)**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/tribunal-do-j%C3%BArri-altera%C3%A7%C3%B5es-no-procedimento-instru%C3%A7%C3%A3o-preliminar-pron%C3%Bancia-jurados-e-quesit>>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – A hermenêutica jurídica?** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-29/isto-hermeneutica-juridica>>; acesso em 5 de setembro de 2017.

PEREIRA, Marcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? Eis a questão...O *in dubio pro societate* como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro**. In: Revista Espaço Acadêmico – nº 117 – Fevereiro de 2011.

PILATI, Aline Guidalli. **Juízo de Admissibilidade da Ação Penal à luz da Democracia Processual Penal: exercício do Contraditório Prévio e dever de Motivação**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

PONTES, Juliana Fonseca. **O testemunho de Ésquilo: considerações sobre o registro literário do nascimento da Justiça**. In: Revista Eletrônica Amazônia em Foco. Vol. 4, nº. 7, jul – dez 2015. Castanhal: Estácio/FCAT, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

ROCCO, Alfredo. **La Dottrina Politica del Fascismo**. In: GIUFFRÉ, A. Scritti e Discorsi Politici di Alfredo Rocco. La Lotta Contro la Reazione Antinazionale. Milano: G. Colombi & C., 1938.

ROSA, Alexandre Morais da. **Guia Compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

\_\_\_\_\_. **Quando o juiz veste Prada, a moda dita a hermenêutica**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mai-03/diario-classe-quando-juiz-veste-prada-moda-dita-hermeneutica>>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Se o jurista inconsciente, o diálogo com a psicanálise é fundamental**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-27/diario-classe-jurista-inconsciente-dialogo-psicanalise-fundamental>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

SACCONI, Giuseppe. **Il processo penale tra esigenze di difesa sociale e garanzie della persona: l'esperienza italiana**. Disponível em: <<https://www.diritto.it/il-processo-penale-tra-esigenze-di-difesa-sociale-e-garanzie-della-persona-l-esperienza-italiana/>>. Acesso em 3 de setembro de 2017.

SAINSBURY, Mark. **Lógica indutiva versus lógica dedutiva**. Tradução: Desidério Murcho, disponível em <http://www.each.usp.br/camiloneto/tadi/logica.indutiva.versus.logica.dedutiva.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço. **Introdução ao Direito Processual Penal**. 2 ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes. **As condições da ação no direito processual penal**: sobre a inadequação das condições da ação processual civil ao juízo de admissibilidade da acusação. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

\_\_\_\_\_. **A tipicidade e o juízo de admissibilidade da acusação**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2005, Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

STOLZI, Irene. **Private, Public and Collective**: the twentieth century in Italy from fascism to democracy. In Madsen, Mikael R. and Thornhill, Chris. **Law and the Formation of Modern Europe**: Perspectives from the Historical Sociology of Law, Cambridge: Cambridge University Press, 2014

STRECK, Lenio. **Eis porque abandonei o “neoconstitucionalismo”**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-mar-13/senso-incomum-eis-porque-abandonei-neoconstitucionalismo>>, acesso em 05 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise:** Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

\_\_\_\_\_. ***Making a murderer, Orestéia e minha ode à Constituição!*** Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-jan-21/senso-incomum-making-murderer-oresteia-minha-ode-constituicao>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é decidir por princípios? A diferença entre a vida e a morte.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-06/senso-incomum-decidir-principios-diferenca-entre-vida-morte>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é isto – o assustador manifesto contra a bandidolatria?** Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-ago-10/senso-incomum-isto-assustador-manifesto-bandidolatria>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Consenso:** Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Tribunal do Júri:** Símbolos e Rituais. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 11ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da certeza.** Tradução: Maria Elisa Costa. Edições 70: Rio de Janeiro, 1990.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro - I.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZIMBARDO, Philip. **O efeito Lúcifer:** como pessoas boas se tornam más. Rio de Janeiro: Record, 2012.

## 7. ANEXO – A PESQUISA EMPÍRICA REALIZADA

### 7.1. ACÓRDÃOS PESQUISADOS

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1266094-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342461/Acórdão-1266094-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1365558-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342464/Acórdão-1365558-6>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1378761-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328542/Acórdão-1378761-8>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1439750-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342467/Acórdão-1439750-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1453298-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342470/Acórdão-1453298-6>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1470214-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327439/Acórdão-1470214-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1486726-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 11/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12353936/Acórdão-1486726-6>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1529541-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento

03/05/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340745/Acórdão-1529541-9>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1546811-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324662/Acórdão-1546811-0>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1554742-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321707/Acórdão-1554742-5>>. Acesso em  
 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1556344-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346313/Acórdão-1556344-7>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1560647-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324670/Acórdão-1560647-2>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1562183-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321709/Acórdão-1562183-1>>. Acesso em  
 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1563789-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333327/Acórdão-1563789-7>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1564836-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342475/Acórdão-1564836-5>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570694-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:



<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321709/Acórdão-1562183-1>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570700-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346319/Acórdão-1570700-7>>. Acesso em 13 de julho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1570787-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328554/Acórdão-1588235-0>>. Acesso em 11 de julho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1573274-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332451/Acórdão-1573274-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1573496-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332452/Acórdão-1573496-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1574036-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12323176/Acórdão-1574036-8>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1574683-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12330332/Acórdão-1574683-7>>. Acesso em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1578970-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340518/Acórdão-1578970-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1580906-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 11/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12353944/Acórdão-1580906-2>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1582578-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332454/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1582578-6>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1588235-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328554/Acórdão-1588235-0>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1589611-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333339/Acórdão-1589611-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1590247-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342479/Acórdão-1590247-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1590260-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328555/Acórdão-1590260-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1591124-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12330337/Acórdão-1591124-7>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1591984-3 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333341/Acórdão-1591984-3>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1592334-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328556/Acórdão-1592334-7>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1593565-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332458/Acórdão-1593565-6>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1594441-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324689/Acórdão-1594441-5>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1596479-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332459/Acórdão-1596479-7>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1596651-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324691/Acórdão-1596651-9>>. Acesso em 13 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1597524-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333344/Acórdão-1597524-1>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1600288-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342482/Acórdão-1600288-7>>. Acesso em 19 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1602230-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340517/Acórdão-1602230-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1603321-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332463/Acórdão-1603321-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1604314-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12330340/Acórdão-1604314-8>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1605961-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Benjamin Acacio de Moura e Costa. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342485/Acórdão-1605961-1>>. Acesso em 11 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1606020-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324702/Acórdão-1606020-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1606667-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333352/Acórdão-1606667-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1607001-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12326515/Acórdão-1607001-8>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1607926-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332465/Acórdão-1607926-0>>. Acesso em 11 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1608237-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340549/Acórdão-1608237-2>>. Acesso em 11 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1608410-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12333354/Acórdão-1608410-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1608987-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 11/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12353969/Acórdão-1608987-7>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1610224-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12348135/Acórdão-1610224-6>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1611031-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Macedo Pacheco. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12328563/Acórdão-1611031-5>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1611898-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 11/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12352068/Acórdão-1611898-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1618653-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324716/Acórdão-1618653-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1619142-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324717/Acórdão-1619142-5>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1608410-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12334627/Acórdão-1619887-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1621057-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Telmo Cherem. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12325740/Acórdão-1621057-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1622196-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324725/Acórdão-1622196-89>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1622807-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344118/Acórdão-1622807-6>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1624451-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12336329/Acórdão-1624451-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1624588-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342493/Acórdão-1624588-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1625292-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346343/Acórdão-1625292-7>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1626561-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324730/Acórdão-1626561-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628078-9 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12345535/Acórdão-1628078-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628268-3 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327460/Acórdão-1628268-3>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628495-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 06/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12332473/Acórdão-1628495-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628648-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfouri Neto. Curitiba, PR, data de julgamento

30/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327462/Acórdão-1628648-1>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628728-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344121/Acórdão-1628728-4>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628743-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344122/Acórdão-1628743-1>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628908-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12342500/Acórdão-1628908-2>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1628948-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344122/Acórdão-1628743-1>>. Acesso em  
 07 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1629473-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfour Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324746/Acórdão-1629473-8>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1629483-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346354/Acórdão-1629483-4>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1629689-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em:  
 <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12321754/Acórdão-1629689-6>>. Acesso em  
 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1629973-3 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em:

<<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12345537/Acórdão-1629973-3>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1630187-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Naor R. de Macedo Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346356/Acórdão-1630187-4>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1630774-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344124/Acórdão-1630774-7>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1631802-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324749/Acórdão-1631802-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1632969-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327468/Acórdão-1632969-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1634812-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340552/Acórdão-1634812-8>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1634951-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324750/Acórdão-1634951-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1636075-3 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327469/Acórdão-1636075-3>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1636210-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346364/Acórdão-1636210-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.



ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1636302-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12327470/Acórdão-1636302-5>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 16369378 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/456227678/recurso-em-sentido-estrito-rse-16369378-pr-1636937-8-acordao>>. Acesso 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1637145-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 30/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12334629/Acórdão-1637145-4>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1637296-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344126/Acórdão-1637296-6>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1637674-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324752/Acórdão-1637674-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1639495-7 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346369/Acórdão-1639495-7>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1640112-0 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 23/03/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12324755/Acórdãos-1640112-0>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1642901-5 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 20/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12340538/Acórdão-1642901-5>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1643334-8 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12341063/Acórdão-1643334-8>>. Acesso 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1643594-4 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12341064/Acórdão-1643594-4>>. Acesso 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1643721-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344128/Acórdão-1643721-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1652154-9PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Antonio Loyola Vieira. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12344130/Acórdão-1652154-9>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1653408-6 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Clayton Camargo. Curitiba, PR, data de julgamento 27/04/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12341069/Acórdão-1653408-6>>. Acesso 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1655047-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346386/Acórdão-1655047-1>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1655507-2 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 11/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12350735/Acórdão-1655507-2>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Recurso em Sentido Estrito: RSE 1658546-1 PR. 1ª Câmara Criminal do TJ-PR. Relator: Des. Miguel Kfoury Neto. Curitiba, PR, data de julgamento 04/05/2017. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12346388/Acórdão-1658546-1>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

## 7.2. DECISÕES DE PRONÚNCIA PESQUISADAS:

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000004-85.1997.8.16.0110. Vara Criminal de Manguueirinha do TJ-PR. Relatora: Tatiana Hildebrandt de Almeida. Umuarama, PR, data de julgamento 31/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002709-45.2015.8.16.0136. Vara Criminal de Pitanga do TJ-PR. Relator: Mauro Monteiro Mondin. Pitanga, PR, data de julgamento 03/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000014-13.2004.8.16.0134. Vara Criminal de Pinhão do TJ-PR. Relator: Vinicius de Mattos Magalhães. Pinhão, PR, data de julgamento 31/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 06 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000036-47.2001.8.16.0079. Vara Criminal de Dois Vizinhos do TJ-PR. Relator: Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva. Dois Vizinhos, PR, data de julgamento 15/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 06 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000064-98.2016.8.16.0140. Vara Criminal de Quedas do Iguaçu do TJ-PR. Relatora: Juíza Paula Chedid Magalhães. Quedas do Iguaçu, PR, data de julgamento 10/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000095-31.2000.8.16.0124. Vara Criminal de Palmeira do TJ-PR. Relatora: Claudia Sanine Ponich Bosco. Palmeira, PR, data de julgamento 10/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000148-62.1998.8.16.0033. Vara Criminal de Pinhais do TJ-PR. Relator: José Orlando Cerqueira Bremer. Pinhais, PR, data de julgamento 21/01/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000196-69.2007.8.16.0109. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Mandaguari do TJ-PR. Relator: Juíza Angela Karina Chirnev Pedotti Audi. Mandaguari, PR, data de julgamento 28/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000264-56.2015.8.16.0006. 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba, do TJ-PR. Relator: Thiago Flores Carvalho. Curitiba, PR, data de julgamento 10/01/2017. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000282-43.2016.8.16.0006. 2ª Vara Sumariante do Tribunal do Júri de Curitiba do TJ-PR. Relator: Daniel Surdi de Avelar.

Curitiba, PR, data de julgamento 11/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000327-19.2016.8.16.0177. Vara Criminal de Xambrê, do TJ-PR. Relator: Fábio Caldas de Araújo. Xambrê, PR, data de julgamento 13/12/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000338-47.2014.8.16.0006. 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri de Curitiba do TJ-PR. Relator: Thiago Flores Carvalho. Curitiba, PR, data de julgamento 25/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000348-85.2001.8.16.0026. Vara do Plenário do Tribunal do Júri de Campo Largo, do TJ-PR. Relator: Marcos Antonio da Cunha Araújo. Campo Largo, PR, data de julgamento 28/10/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000360-57.2011.8.16.0153. Vara Criminal de Santo Antônio da Platina, do TJ-PR. Relator: Julio Cesar Michelucci Tanga. Santo Antônio da Platina, PR, data de julgamento 12/01/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000627-20.2015.8.16.0046. Vara Criminal de Arapoti do TJ-PR. Relator: Juiz Dawber Gontijo Santos. Arapoti, PR, data de julgamento 23/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000735-68.2004.8.16.0035. Vara Plenário do Tribunal do Júri de São José dos Pinhais. Relatora: Luciani Regina Martins de Paula. São José dos Pinhais, PR, data de julgamento 19/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 17 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000852-52.2016.8.16.0160. 2ª Vara Criminal de Maringá. Relatora: Eliana Cristina Siroti. Maringá, PR, data de julgamento 03/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0000857-52.2016.8.16.0135. Vara Criminal de Piraí do Sul. Relatora: Livia Simonin Scantamburlo. Piraí do Sul, PR, data de julgamento 06/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001005-30.2014.8.16.0104. Vara Criminal de Laranjeiras do Sul. Relatora: Samantha Barzotto Dalmina. Laranjeiras do Sul, PR, data de julgamento 05/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001101-85.2016.8.16.0165. Vara Criminal de Telêmaco Borba. Relator: Marcelo Furlanetto da Fonseca. Telêmaco Borba, PR, data de julgamento 17/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 04 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001135-34.2013.8.16.0046. Vara Criminal de Arapoti do TJ-PR. Relator: Juiz Dawber Gontijo Santos. Arapoti, PR, data de julgamento 10/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001255-78.2016.8.16.0141. Vara Criminal de Realeza, do TJ-PR. Relator: Carlos Gregorio Bezerra Guerra. Realeza, PR, data de julgamento 22/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001316-50.2014.8.16.0159. Vara Criminal de São Miguel do Iguaçu, do TJ-PR. Relator: Hugo Michelini Junior. São Miguel do Iguaçu, PR, data de julgamento 21/08/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001319-06.2016.8.16.0039. Vara Criminal de Andirá, do TJ-PR. Relator: Vanessa de Biassio Mazzutti. Andirá, PR, data de julgamento 16/12/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001339-16.2015.8.16.0044. 2ª Vara Criminal de Apucarana, do TJ-PR. Relator: José Roberto Silverio. Apucarana, PR, data de julgamento 02/08/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001428-16.2015.8.16.0084. Vara Criminal de Goioerê, do TJ-PR. Relator: Christian Palharini Martins. Goioerê, PR, data de julgamento 10/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001431-10.2008.8.16.0021. Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel, do TJ-PR. Relator: Cláudia Spinassi. Cascavel, PR, data de julgamento 21/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001514-44.2010.8.16.0154. Vara Criminal de Santo Antônio do Sudoeste, do TJ-PR. Relatora: Pryscila Barreto Passos. Santo Antônio do Sudoeste, PR, data de julgamento 19/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 24 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001581-51.2016.8.16.0169. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Tibagi, do TJ-PR. Relator: Joao Batista Spanier Neto. Tibagi, PR, data de julgamento 15/12/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 24 de outubro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001630-41.2004.8.16.0031. 2ª Vara Criminal de Guarapuava do TJ-PR. Relatora: Paola Gonçalves Macini de Lima. Guarapuava, PR, data de julgamento 30/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 14 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001726-52.2012.8.16.0071. Juízo Único de Clevelândia. Relator: Marta Valeria Bresolin. Clevelândia, PR, data de julgamento 09/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001890-47.2015.8.16.0124. Vara Criminal de Palmeira do TJ-PR. Relator: Juiz Gabriel Ribeiro de Souza Lima. Palmeira, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001894-15.2007.8.16.0173. 1ª Vara Criminal de Umuarama do TJ-PR. Relator: Juiz Adriano Cezar Moreira. Umuarama, PR, data de julgamento 15/04/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0001953-36.2013.8.16.0094. Vara Criminal de Iporã, do TJ-PR. Relator: Juiz Leonardo Silva Machado. Iporã, PR, data de julgamento 15/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002019-43.2015.8.16.0030. 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, do TJ-PR. Relator: Danuza Zorzi Andrade. Foz do Iguaçu, PR, data de julgamento 26/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002032-17.2015.8.16.0103. Vara Criminal da Lapa do TJ-PR. Relator: Juiz Marcos Takao Toda. Lapa, PR, data de julgamento 16/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002193-90.2016.8.16.0103. Vara Criminal da Lapa do TJ-PR. Relator: Juiz Marcos Takao Toda. Lapa, PR, data de julgamento 04/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002451-87.2013.8.16.0109. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Mandaguari, do TJ-PR. Relator: Angela Karina Chirnev Pedotti Audi. Lapa, PR, data de julgamento 08/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002543-42.2012.8.16.0031. 2ª Vara Criminal de Guarapuava, do TJ-PR. Relator: Nestário da Silva Queiroz. Guarapuava, PR, data de julgamento 25/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002591-32.2014.8.16.0095. Vara Criminal de Irati, do TJ-PR. Relator: Heloísa Mesquita Fávaro. Irati, PR, data de julgamento 20/07/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002636-57.2016.8.16.0130. 2ª Vara Criminal de Paranavaí, do TJ-PR. Relator: Decio Luiz Monteiro do Rosario. Paranavaí, PR, data de julgamento 10/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0002837-02.2009.8.16.0031. 2ª Vara Criminal de Guarapuava, do TJ-PR. Relator: r Paola Goncalves Mancini de Lima. Guarapuava, PR, data de julgamento 05/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0003000-22.2011.8.16.0092. Vara Plenário do Tribunal do Júri de Imbituva do TJ-PR. Relatora: Juíza Ana Beatriz Azevedo Lopes. Imbituva, PR, data de julgamento 02/01/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 14 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0003686-20.2015.8.16.0174. 1ª Vara Criminal de União da Vitória, do TJ-PR. Relator: Sergio Bernardinetti. União da Vitória, PR, data de julgamento 11/12/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0004168-36.2012.8.16.0056. 3ª Vara Judicial (Vara Criminal) de Cambé, do TJ-PR. Relator: Jessica Valeria Catabriga Guarnier. Cambé, PR, data de julgamento 18/04/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0004189-49.2016.8.16.0160. 2ª Vara Criminal de Maringá, do TJ-PR. Relator: Elaine Cristina Siroti. Maringá, PR, data de julgamento 16/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0004727-27.2011.8.16.0056. 3ª Vara Judicial (Vara Criminal) de Cambé, do TJ-PR. Relator: Jessica Valeria Catabriga Guarnier. Cambé, PR, data de julgamento 31/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0004875-36.2012.8.16.0013. 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, do TJ-PR. Relator: Daniel Ribeiro Surdi de Avelar. Curitiba, PR, data de julgamento 11/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0004895-07.2012.8.16.0052. . 3ª Vara Judicial (Vara Criminal) de Cambé, do TJ-PR. Relator: Jessica Valeria Catabriga Guarnier. Cambé, PR, data de julgamento 31/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 07 de novembro de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0005254-74.2015.8.16.0173. Vara Criminal de Barracão, do TJ-PR. Relatora: Juíza Branca Bernardi. Barracão, PR, data de julgamento 06/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0005542-14.2014.8.16.0090. Vara Criminal de Ibiporã, do TJ-PR. Relator: Joao Henrique Coelho Ortolano. Ibiporã, PR, data de julgamento 14/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0005930-53.2014.8.16.0174. 2ª Vara Criminal de União da Vitória, do TJ-PR. Relator: Emerson Luciano Prado Spak. União da Vitória, PR, data de julgamento 07/04/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0006230-45.2015.8.16.0088. 2ª Vara Judicial de Guaratuba, do TJ-PR. Relator: Marisa de Freitas. Guaratuba, PR, data de julgamento 14/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0006569-74.2016.8.16.0021. 2ª Vara Criminal de Cascavel, do TJ-PR. Relator: William da Costa. Cascavel, PR, data de julgamento 02/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0007174-51.2013.8.16.0077. Vara Criminal de Cruzeiro do Oeste, do TJ-PR. Relator: Marcelo Torres Liberati. Cruzeiro do Oeste, PR, data de julgamento 08/09/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0007285-22.2012.8.16.0028. 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo da Região Metropolitana de Curitiba, do TJ-PR. Relator: Hermes da Fonseca Neto. Colombo, PR, data de julgamento 10/10/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 7524-96.2013.8.16.0058. Vara Plenário do tribunal do Júri de Campo Mourão do TJ-PR. Relator: Juiz Fabrício Voltaré. Campo Mourão, PR, data de julgamento 05/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0007783-37.2015.8.16.0021. 3ª Vara Criminal de Cascavel, do TJ-PR. Relator: Leonardo Ribas Tavares. Cascavel, PR, data de julgamento 09/12/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0009007-63.2013.8.16.0026. 3ª Vara Judicial de Campo Largo, do TJ-PR. Relator: Marcos Antonio da Cunha Araujo. Campo Largo, PR, data de julgamento 30/10/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0009227-28.2014.8.16.0058. 2ª Vara Criminal de Campo Mourão, do TJ-PR. Relator: Mario Carlos Carneiro. Campo Mourão, PR, data de julgamento 24/09/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0009463-89.2015.8.16.0075. Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procopio, do TJ-PR. Relator: Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez. Cornélio Procopio, PR, data de julgamento 25/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0009529-04.2015.8.16.0129. 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, do TJ-PR. Relator: Arianne Maria Hasemann.



Paranaguá, PR, data de julgamento 03/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0009968-57.2011.8.16.0031. 2ª Vara Criminal de Guarapuava, do TJ-PR. Relator: Paola Goncalves Mancini de Lima. Guarapuava, PR, data de julgamento 04/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0010481-15.2013.8.16.0044. 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Apucarana, do TJ-PR. Relator: Oswaldo Soares Neto. Apucarana, PR, data de julgamento 01/03/2015. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0011260-60.2015.8.16.0056. 3ª Vara Judicial (Vara Criminal) de Cambé, do TJ-PR. Relator: Jessica Valeria Catabriga Guarnier. Apucarana, PR, data de julgamento 07/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0012562-44.2013.8.16.0170. 2ª Vara Criminal de Toledo, do TJ-PR. Relator: Luciana Lopes do Amaral Beal. Apucarana, PR, data de julgamento 25/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0012639-82.2015.8.16.0170. 2ª Vara Criminal de Toledo, do TJ-PR. Relator: Luciana Lopes do Amaral Beal. Apucarana, PR, data de julgamento 19/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0013015-55.2015.8.16.0045. 2ª Vara Criminal de Arapongas, do TJ-PR. Relator: Leane Cristine do Nascimento Oliveira. Apucarana, PR, data de julgamento 02/06/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0015108-97.2014.8.16.0021. 3ª Vara Criminal de Cascavel, do TJ-PR. Relator: Marcelo Carneval. Cascavel, PR, data de julgamento 09/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0019279-04.2013.8.16.0031. 1ª Vara Criminal de Guarapuava, do TJ-PR. Relator: Carmen Silvania Zolandeck Mondin. Guarapuava, PR, data de julgamento 31/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0020472-50.2014.8.16.0021. Vara Plenário Tribunal do Júri de Cascavel, do TJ-PR. Relator: Filomar Helena Perosa Carezia. Guarapuava, PR, data de julgamento 14/03/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 18 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0023752-69.2013.8.16.0019. 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, do TJ-PR. Relator: Juiz André Luiz Schafranski. Ponta

Grossa, PR, data de julgamento 25/05/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0028943-27.2015.8.16.0019. Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa, do TJ-PR. Relator: Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral. Ponta Grossa, PR, data de julgamento 01/07/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0032326-31.2015.8.16.0013. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba. Relatora: Tais de Paula Scheer. Curitiba, PR, data de julgamento 04/11/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

ESTADO DO PARANÁ. Pronúncia. Autos nº. 0032553-67.2015.8.16.0030. 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, do TJ-PR. Relator: Danuza Zorzi Andrade. Foz do Iguaçu, PR, data de julgamento 31/08/2016. Acesso no sistema PROJUDI-PR em 15 de junho de 2017.

## 7.3. TABULAÇÃO DE DADOS

DISPOSITIVO	QUAIS FORAM	TOTAL
Improvemento integral dos recursos defensivos, confirmando a decisão de pronúncia).	Recursos em sentido estrito nº. 1636937-8, 1628078-9, 1608410-1, 1266094-9, 1560647-2, 1628728-4, 1590247-1, 1610224-6, 1628948-6, 1637674-0, 1658546-1, 1628495-0, 1652154-9, 1631802-0, 1570694-4, 1365558-6, 1622196-8, 1573274-4, 1653408-6, 1564836-5, 1642901-5, 1554742-5, 1546811-0, 1562183-1, 1637296-6, 1593565-6, 1637145-4, 1611031-5, 1453298-6, 1640112-0, 1600288-7, 1643334-8, 1639495-7, 1582578-6, 1563789-7, 1628908-2, 1619142-5, 1611898-0, 1629689-6, 1629973-3, 1655047-1, 1597524-1, 1592334-7, 1636075-3, 1591984-3, 1643721-1, 1636210-2, 1608987-7, 1628648-1, 1591124-7, 1570787-4, 1629473-8, 1625292-7, 1655507-2, 1602230-9, 1605961-1, 1626561-1, 1486726-6, 1603321-9, 1628268-3, 1596479-7, 1596651-9, 1619887-9, 1574683-7, 1589611-4, 1607001-8, 1573496-0, 1594441-5, 1556344-7, 1574036-8, 1636302-5, 1621057-2, 1634951-0, 1608237-2, 1580906-2, 1634812-8, 1439750-9, 1618653-9, 1607926-0, 1578970-1, 1470214-4, 1606020-9, 1629483-4, 1628743-1, 1630774-7, 1624451-2, 1529541-9, 1604314-8,.	88
Exclusão de qualificadoras por recursos da defesa.	1570700-7, 1632969-4, 1606667-2, 1624588-4, 1588235-0.	5
Improvemento integral dos recursos promovidos pela acusação.	1590260-4, 1630187-4, 1591984-3, 1590260-4.	4
Inserção de qualificadora, por recurso da acusação.	1643594-4.	1
Provimento total do recurso (promovido pela acusação, atacando decisão de desclassificação proferida em primeiro grau).	1378761-8.	1
Nulidade tópica decretada.	1589611-4	1

ACÓRDÃOS DE RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PROMOVIDOS PELA DEFESA QUE ...	QUAIS FORAM	TOTAL
Utilizaram expressamente o <i>in dubio pro societate</i> na fundamentação do acórdão.	Recursos em sentido estrito nº. 1636937-8, 1628078-9, 1608410-1, 1560647-2, 1590247-1, 1610224-6, 1658546-1, 1631802-0, 1622196-8, 1653408-6, 1564836-5, 1593565-6, 1637145-4, 1453298-6, 1640112-0, 1600288-7, 1582578-6, 1628908-2, 1629973-3, 1655047-1, 1597524-1, 1591124-7, 1629473-8, 1625292-7, 1626561-1, 1486726-6, 1628268-3, 1596651-9, 1619887-9, 1594441-5, 1556344-7, 1574036-8, 1636302-5, 1608237-2, 1580906-2, 1439750-9, 1607926-0, 1470214-4, 1606020-9, 1629483-4, 1630774-7, 1624451-2, 1529541-9, 1604314-8, 1592334-7, 1636075-3, 1632969-4, 1589611-4, 1606667-2, 1588235-0, 1378761-8.	51 (54,25%)
Não utilizaram o referido princípio de forma expressa.	1266094-9, 1628728-4, 1628948-6, 1637674-0, 1628495-0, 1652154-9, 1570694-4, 1365558-6, 1573274-4, 1642901-5, 1554742-5, 1546811-0, 1562183-1, 1637296-6, 1611031-5, 1643334-8, 1639495-7, 1563789-7, 1619142-5, 1611898-0, 1629689-6, 1643721-1, 1636210-2, 1608987-7, 1628648-1, 1570787-4, 1655507-2, 1602230-9, 1605961-1, 1603321-9, 1596479-7, 1574683-7, 1607001-8, 1573496-0, 1621057-2, 1634951-0, 1634812-8, 1618653-9, 1578970-1, 1628743-1, 1591984-3, 1624588-4, 1643594-4.	43 (45,75%)
Negaram a legitimidade do referido princípio.		0

DECISÕES DE PRONÚNCIA QUE ...	QUAIS FORAM	TOTAL
Utilizaram expressamente o <i>in dubio pro societate</i> na fundamentação do acórdão.	Pronúncias nº. 0010481-15.2013.8.16.0044, 0001005-30.2014.8.16.0104, 0000036-47.2001.8.16.0079, 0000196-69.2007.8.16.0109, 0000226-21.2015.8.16.0046, 0000348-85.2001.8.16.0026, 0000852-52.2016.8.16.0160, 0000857-52.2016.8.16.0135, 0001101-85.2016.8.16.0165, 0001428-16.2015.8.16.0084, 0001514-44.2010.8.16.0154, 0002019-43.2015.8.16.0030 0002543-42.2012.8.16.0031, 0002591-32.2014.8.16.0095, 0004168-36.2012.8.16.0056, 0004189-49.2016.8.16.0160, 0004727-27.2011.8.16.0056, 0005254-74.2015.8.16.0173, 0007524-96.2013.8.16.0058, 0007783-37.2015.8.16.0021, 0009463-89.2015.8.16.0075, 0009968-57.2011.8.16.0031, 0012639-82.2015.8.16.0170, 0015108-97.2014.8.16.0021, 0018935-45.2012.8.16.0035, 0028943-27.2015.8.16.0019, 0000095-31.2000.8.16.0124, 0002837-02.2009.8.16.0031, 0006569-74.2016.8.16.0021, 0001581-51.2016.8.16.0169, 0000004-85.1997.8.16.0110, 0002709-45.2015.8.16.0136, 0000148-62.1998.8.16.0033, 0000360-57.2011.8.16.0153, 0000735-68.2004.8.16.0035, 0001135-34.2013.8.16.0046, 0001255-78.2016.8.16.0141, 0001316-50.2014.8.16.0159, 0001319-06.2016.8.16.0039, 0001339-16.2015.8.16.0044, 0001894-15.2007.8.16.0173, 0001953-36.2013.8.16.0094, 0002636-57.2016.8.16.0130, 0003000-22.2011.8.16.0092, 0006230-45.2015.8.16.0088, 0007174-51.2013.8.16.0077, 0009007-63.2013.8.16.0026, 0009227-28.2014.8.16.0058, 0009529-04.2015.8.16.0129, 0011260-60.2015.8.16.0056, 0012562-44.2013.8.16.0170, 0019279-04.2013.8.16.0031, 0020472-50.2014.8.16.0021, 0023752-69.2013.8.16.0019, 0032553-67.2015.8.16.0030, 0001630-41.2004.8.16.0031, 0002193-90.2016.8.16.0103, 0013015-55.2015.8.16.0045, 0004895-07.2012.8.16.0052, 0001726-52.2012.8.16.0071, 0001431-10.2008.8.16.0021, 0002032-17.2015.8.16.0103.	62 (81,5%)
Não utilizaram o referido princípio de forma expressa.	0000282-43.2016.8.16.0006, 0000327-19.2016.8.16.0177, 0000350-07.2011.8.16.0155, 0005930-53.2014.8.16.0174, 0007285-22.2012.8.16.0028, 0032326-31.2015.8.16.0013, 0000014-13.2004.8.16.0134, 0000064-98.2016.8.16.0140, 0000264-56.2015.8.16.0006, 0000338-47.2014.8.16.0006, 0001890-47.2015.8.16.0124, 0005542-14.2014.8.16.0090, 0004875-36.2012.8.16.0013.	13 (17,1%)
Negaram a legitimidade do referido princípio.	0003686-20.2015.8.16.0174.	1 (1,3%)

ACÓRDÃOS DE RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO PROMOVIDOS PELA DEFESA QUE ...	QUAIS FORAM	TOTAL
Utilizaram expressamente a argumentação de que a pronúncia é <i>mero</i> juízo de admissibilidade da acusação.	Recursos em sentido estrito nº. 1628495-0, 1570787-4, 1560647-2, 1590247-1, 1658546-1, 1631802-0, 1606020-9, 1592334-7, 1628728-4, 1637674-0, 1554742-5, 1643334-8, 1619142-5, 1611898-0, 1643721-1, 1636210-2, 1608987-7, 1628648-1, 1602230-9, 1603321-9, 1596479-7, 1607001-8, 1573496-0, 1578970-1, 1643594-4, 1636937-8, 1628078-9, 1622196-8, 1653408-6, 1593565-6, 1637145-4, 1453298-6, 1640112-0, 1600288-7, 1582578-6, 1628908-2, 1629973-3, 1655047-1, 1629473-8, 1626561-1, 1486726-6, 1628268-3, 1596651-9, 1619887-9, 1594441-5, 1556344-7, 1636302-5, 1608237-2, 1607926-0, 1629483-4, 1624451-2, 1636075-3, 1589611-4, 1606667-2, 1588235-0, 1266094-9, 1562183-1, 1611031-5, 1563789-7, 1634812-8, 1608410-1, 1564836-5, 1597524-1, 1591124-7, 1574036-8, 1580906-2, 1439750-9, 1470214-4, 1529541-9, 1604314-8, 1632969-4.	71 (75,5%)
Não utilizaram a referida argumentação.	1652154-9, 1365558-6, 1655507-2, 1634951-0, 1630774-7, 1628948-6, 1570694-4, 1642901-5, 1637296-6, 1639495-7, 1629689-6, 1605961-1, 1574683-7, 1621057-2, 1628743-1, 1624588-4, 1610224-6, 1625292-7, 1573274-4, 1546811-0, 1618653-9, 1591984-3, 1378761-8.	23 ( 24,4%)

DECISÕES DE PRONÚNCIA QUE ...	QUAIS FORAM	TOTAL
Utilizaram expressamente a argumentação de que a pronúncia é <i>mero</i> juízo de admissibilidade da acusação.	Pronúncias nº. 0007285-22.2012.8.16.0028, 0032326-31.2015.8.16.0013, 0005542-14.2014.8.16.0090, 0000282-43.2016.8.16.0006, 0005930-53.2014.8.16.0174, 0000014-13.2004.8.16.0134, 0000064-98.2016.8.16.0140, 0004875-36.2012.8.16.0013, 0010481-15.2013.8.16.0044, 0001005-30.2014.8.16.0104, 0000196-69.2007.8.16.0109, 0000348-85.2001.8.16.0026, 0000852-52.2016.8.16.0160, 0001101-85.2016.8.16.0165, 0001514-44.2010.8.16.0154, 0012639-82.2015.8.16.0170, 0028943-27.2015.8.16.0019, 0002837-02.2009.8.16.0031, 0006569-74.2016.8.16.0021, 0007174-51.2013.8.16.0077, 0000036-47.2001.8.16.0079, 0000226-21.2015.8.16.0046, 0000857-52.2016.8.16.0135, 0001428-16.2015.8.16.0084, 0002019-43.2015.8.16.0030, 0002543-42.2012.8.16.0031, 0004168-36.2012.8.16.0056, 0004189-49.2016.8.16.0160, 0004727-27.2011.8.16.0056, 0009968-57.2011.8.16.0031, 0015108-97.2014.8.16.0021, 0018935-45.2012.8.16.0035, 0001581-51.2016.8.16.0169, 0000004-85.1997.8.16.0110, 0000360-57.2011.8.16.0153, 0000735-68.2004.8.16.0035, 0001135-34.2013.8.16.0046, 0001255-78.2016.8.16.0141, 0001316-50.2014.8.16.0159, 0001319-06.2016.8.16.0039, 0001339-16.2015.8.16.0044, 0001894-15.2007.8.16.0173, 0001953-36.2013.8.16.0094, 0002636-57.2016.8.16.0130, 0003000-22.2011.8.16.0092, 0006230-45.2015.8.16.0088, 0009007-63.2013.8.16.0026, 0009227-28.2014.8.16.0058, 0009529-04.2015.8.16.0129, 0011260-60.2015.8.16.0056, 0012562-44.2013.8.16.0170, 0019279-04.2013.8.16.0031, 0020472-50.2014.8.16.0021, 0023752-69.2013.8.16.0019, 0032553-67.2015.8.16.0030, 0001630-41.2004.8.16.0031, 0002193-90.2016.8.16.0103, 0013015-55.2015.8.16.0045, 0004895-07.2012.8.16.0052, 0001726-52.2012.8.16.0071, 0001431-10.2008.8.16.0021, 0002032-17.2015.8.16.0103.	62 (81,5%)
Não utilizaram a referida argumentação.	0000327-19.2016.8.16.0177, 0000350-07.2011.8.16.0155, 0000264-56.2015.8.16.0006, 0000338-47.2014.8.16.0006, 0001890-47.2015.8.16.0124, 0002591-32.2014.8.16.0095, 0007783-37.2015.8.16.0021, 0000148-62.1998.8.16.0033, 0005254-74.2015.8.16.0173, 0007524-96.2013.8.16.0058, 0009463-89.2015.8.16.0075, 0002709-45.2015.8.16.0136, 0000095-31.2000.8.16.0124.	14 (18,4%)